

**COMISSÃO DA VERDADE**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

**12/11/2012**

**COMISSÃO DA VERDADE****BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****12/11/2012**

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Bom dia a todos. Inicialmente eu queria compor a mesa. Primeiro convidar a Dra. Rosa Cardoso, Presidente da Comissão Nacional da Verdade para vir para a mesa. Quero pedir ao Ivan Seixas para compor a mesa também pela Secretaria da Comissão Nacional da Verdade. Professora Dra. Maria Rita Kehl que acabou de chegar.

Hoje com base no termo de cooperação entre a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade, nós vamos fazer essa sessão conjunta de hoje, tendo por base o depoimento da Suzana Lisboa. E as testemunhas serão Fernando Morais e Ricardo Carvalho.

Hoje, Oficialmente o Estado brasileiro através da Comissão Nacional da Verdade vai acolher os depoimentos sobre o caso Luiz Eurico Ferreira Lisboa com o depoimento de Suzana Lisboa. Então, quero que a Suzana também já venha para cá, para a mesa, para dar o seu depoimento enquanto nós aguardamos as testemunhas. É com muito orgulho que estamos recebendo o nosso amigo, nosso irmão, o Deputado e advogado dos presos políticos Airton Soares. Airton, gostaria que você sentasse nessa mesa por tudo que você lutou e por tudo que você significa na luta do povo brasileiro. Recebendo a nossa querida Rosa Cardoso.

Rafael Martinelli, nosso companheiro Rafael, sempre presente. Bia Pardi. Queria justificar a ausência da Amelinha. O Cesar Teles, seu companheiro está com problemas seriíssimos de saúde. O Deputado Airton Soares está aqui pela Comissão da Verdade da OAB de São Paulo.

Inicialmente a atriz Dulce Muniz vai fazer a leitura, queria até que providenciasse um microfone sem fio para ela ficar mais liberada. A Dulce vai fazer a leitura da carta da Dona Felícia, mãe da Isis desaparecida política. Então, nós preparamos esse documento hoje para que a Comissão Nacional da Verdade tenha ciência e incorpore o depoimento da Dona Felícia antes de sua morte, sobre o desaparecimento de sua filha Isis. Com a palavra, a Dulce Muniz.

**A SRA. DULCE MUNIZ** – Excelentíssimo Senhor Deputado José Bonifácio, líder da Arena. Lemos hoje nos jornais e ficamos perplexos com a resposta que nos foi dada a respeito do desaparecimento de nossa filha Isis Dias de Oliveira, presa pelo 1º Exército no dia 28 de janeiro de 1972 na Guanabara. É muito fácil, Sr. Deputado, ao Sr. Ministro da Justiça declarar que minha filha está foragida. Foragida de onde? De qual prisão? De qual Quartel? De qual ilha? De qual base aérea? É esse o exato paradeiro dela? Uma filha que nunca ao se afastar de casa, carinhosa e amiga, deixou-nos sem notícia, ficando mais de três anos e dois meses em completo silêncio? O que queremos, eu sua mãe, e em nome de seu pai que está enfermo, de seus irmãos, nossos amigos e não só como familiares de uma jovem moça desaparecida nos órgãos de segurança de nossa tão querida pátria. É sabermos depois de três anos e dois meses de angústia somente uma coisa, seu exato paradeiro. Se se encontra no reino dos vivos ou se se encontra na santa paz do Senhor. 10 de abril de 1975, respeitosamente, Felícia Nardine de Oliveira.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Então era importante o registro desse documento, embora hoje o dia vai ser reservado aos dois casos, Luiz Eurico Ferreira Lisboa pela manhã e Eduardo Leite Bacuri à tarde.

Sem mais delongas eu passo a palavra a Suzana Lisboa para que ela tenha o tempo que for necessário para fazer o seu depoimento.

**A SRA. SUZANA LISBOA** – Caríssimos amigos da mesa e do auditório, eu vou fazer uma intervenção muito breve. Eu queria salientar a importância dessa sessão de hoje. Embora sejamos poucos para a importância, eu tenho certeza da divulgação que foi feita do evento, mas tenho certeza que a chuva atrapalhou muito o comparecimento das pessoas, desde inibindo com as notícias que são dadas, os quilômetros de congestionamento com o trânsito, e até mesmo com as dificuldades de tomarem um taxi para vir até aqui, porque aqui é mais difícil o deslocamento de ônibus ou até de metrô. Aliás, estou falando isso, mas não tenho certeza, porque moro no Rio de Janeiro, mas é o que eu entendi. Eu mesma passei mais de uma hora pela rua procurando taxi, depois de ter marcado um taxi no hotel que jamais apareceu.

Bom, mas eu queria chamar a atenção para a importância dessa sessão, e com ela a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Rubens Paiva se unem para uma série de audiências e o que nós pretendemos com essas audiências é expor, é desnudar o caráter do regime militar, da Ditadura militar, do golpe civil militar que nós vivemos. Uma Ditadura extremamente violenta que não obedeceu as suas próprias Leis que não obedeceu as Leis de guerra que combateu de uma forma extremamente infame, usando uma estratégia e uma técnica infame, que é a tortura e os casos de hoje salientam muito bem o que aconteceu. São dois casos exemplares o do Bacuri e do Luiz Eurico, para mostrar como essa Ditadura atuava. E aliada a essa violência desmedida e infame, eles usavam a mentira, um traço constitutivo a mentira, o ocultamento, a dissimulação que é um traço constitutivo também das Ditaduras, e muito particularmente das nossas, que escondeu, mentiu, deu respostas absolutamente inverossímeis e mentirosas aos próprios crimes que ela cometeu. Na linha dessa mentira eu queria falar, queria prestar conta aqui porque na última sessão em que nós estivemos eu recebi uma documentação, três pastas feitas pelos três órgãos, pelas três pastas, da Marinha, Exército e Aeronáutica entregues em 1993 que era um relatório sobre mortes e desaparecimentos. Um relatório sintético

apresentado por cada uma dessas pastas, o que significava que naquela época se eles fizeram um relatório, eles tinham um acervo de informações para ter baseado aqueles relatórios nas informações que eles tinham. Recentemente a Comissão Nacional da Verdade perguntando e lutando para reestabelecer, para ter esse acervo que para nós é uma questão fundamental. É de suprema importância mesmo sabendo que vamos encontrar nele registros, algumas vezes, muito deturpados do que aconteceu por muitas razões, mas nessa imensa colcha de retalhos de informações, nós poderemos a partir daí saber de mais algumas coisas, ter mais algumas informações. E nessa luta que a Comissão Nacional da Verdade vem desenvolvendo e que procurou o Ministro da Defesa, hoje o Amorim, para receber essa documentação e nós recebemos a informação de que esses documentos estavam destruídos. Então, nós começamos uma discussão que tem um documento, eu não sei se esse documento já está no nosso site, mas é um documento em que nós questionamos, nós apresentamos a legislação vigente a época e a Legislação que está em vigor mostrando que documentos em nenhum momento, apesar de o Ministro Jobim ter dito que documentos teriam sido destruídos segundo a legislação da época, em nenhum momento houve uma legislação que permitisse destruir documentos sem que isso ficasse registrado e tivesse duas testemunhas. Se isso aconteceu, foi crime. Então, nosso documento cita a Legislação e termina fazendo uma série de indagações pedindo outra vez. Nós estamos nesse confronto, o documento que nos foi entregue aqui é uma prova de que a resposta que nós recebemos e que diz que a partir de 1989 os documentos foram destruídos é uma mentira, então, é uma prova que vai ser significativa para nós, e nós estamos em uma situação de confronto com o Ministério, com as três pastas exigindo isso, se nós não conseguirmos nós vamos entregar isso. Isso são crimes que foram cometidos, o Ministério Público terá que tomar as suas providências, e esses crimes não estão cobertos pela Lei de Anistia, e de outro lado nós vamos e não podemos explicar quais são esses caminhos alternativos, mas estamos prevendo caminhos alternativos, sempre temos que ter caminhos alternativos para tentar obter essa informação que nós sabemos que existe. Nós sabemos que podem estar em prédios públicos, podem estar em acervos particulares de militares que levaram isso para as suas residências, seus sítios, e pode estar em algum lugar. Ainda existe uma parte desses documentos e essa vai ser uma das lutas da Comissão Nacional da Verdade.

Voltando a nossa audiência de hoje, eu sei que ela vai ser muito importante para a opinião pública, para a sociedade brasileira. Tem uma notícia que não é uma notícia discursiva, mas é a voz, o testemunho das vítimas, dos familiares contando exatamente o que aconteceu, contando essa história tão bárbara que nada, nenhum relato sobre ela pode ser mais agudo, mais tenebroso do que ela própria explicada como ocorreu.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Antes de passar a palavra para a Suzana vamos combinar o tempo. A gente podia levar essa sessão até meio dia e meia. Você teria uma hora para falar, meia hora para cada testemunha, para a gente encerrar os trabalhos amanhã. Então, sem mais delongas, com a palavra, Suzana Lisboa.

**A SRA. SUZANA LISBOA** – Bom dia a todos e todas. É muito emocionante estar aqui. Eu acho que é o coroamento de uma luta de muitos anos, a minha especificamente começou em 1979 quando eu saí da clandestinidade em 78 e em 79 me integrei a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Então, é um momento muito forte para mim e acho que para todos nós.

Bom dia. Eu queria, acho que a carta da Dona Felícia é uma coisa que nos emociona muito porque ela foi, ela, a Maria Augusta, a Dilma foram as mães, as mulheres mais idosas, o Professor Morais, pai da Sonia, foram as pessoas que nos incentivaram e que nos deram forças todos os dias para a gente seguir lutando. E queria de uma forma muito expressiva, já que isso é para a história, eu não consigo achar outro termo, eu queria lamentar e com muita força mandar todas as nossas energias para a Amelinha e para o Cesar Teles.

Acho que a descoberta da história do Luiz Eurico foi muito significativa para os familiares de mortos e desaparecidos, porque foi o primeiro desaparecido político que

nós localizamos enterrado com nome falso no Cemitério de Perus, em São Paulo. O Luiz Eurico passou a fazer parte da lista dos desaparecidos. O último contato que eu tive com ele foi no dia 19 de julho de 1972. Nós militávamos na ação libertadora nacional, esse último contato que eu tive com ele foi onde nós estávamos à época vivendo clandestinos, eu vim para São Paulo, fiquei um mês aqui e nunca mais o encontrei. Mesmo na clandestinidade eu consegui fazer chegar a denúncia do desaparecimento dele. Então, a história dele fez parte já das primeiras listas de 47 desaparecidos que foram as primeiras a serem divulgadas apesar da ausência dos familiares, como eu estava clandestina, a família também não comparecia. Ele tinha sido condenado. Eu trouxe aqui e acho que depois eu faço essa entrega para a Comissão em Brasília, para vocês não carregarem quilos de papel, mas eu trouxe duas coisas que eu achei mais marcantes e interessantes. Primeiro é a condenação dele em um processo estudantil lá em Porto Alegre. Ele era um dirigente estudantil da União Gaucha dos Estudantes Secundários que não tinha sido fechada pela Ditadura, e eram presos frequentemente em função ou na véspera de quaisquer mobilizações estudantis, e numa delas em que o Grêmio Estudantil do Colégio de Castilhos, que é um colégio tradicional na cidade, tinha sido fechado e os estudantes tinham montado uma barraca na frente da escola onde funcionava o Grêmio Livre e colheram abaixo assinado para a abertura do Grêmio que foi entregue para a direção da escola.

O diretor da escola chamou o DOPS, ele foi preso lá dentro junto com o Claudio Antonio Gutierrez que sobreviveu a Ditadura, mora em Porto Alegre. Foi aberto um inquérito, inicialmente eles foram inocentados pela audiência na auditoria militar. O Luiz Eurico inclusive compareceu a audiência, eu tinha me casado com ele e isso era abril ou maio de 69 e depois em 69, inclusive na época que a gente achava que não tinha mais recursos, a gente ficou sabendo da condenação dele e dos dois a seis meses de prisão pela absurda tentativa de reabertura de (ininteligível) legal; foram condenados a seis meses de prisão pela tentativa de reabertura do Grêmio do Julinho, porque é assim que ele é conhecido. E assim imediatamente nos passamos à clandestinidade, e o Luiz Eurico veio a desaparecer em 1972. Eu comecei a me reunir com os familiares de mortos e desaparecidos em abril de 79. Fui buscada em casa pelo Sergio Xavier Ferreira, que vem a ser primo do Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno, dirigente da VAR Palmares desaparecido. Foi ao Rio Grande do Sul e me procurou, eu ainda não

tinha com a saída da clandestinidade, participado desses movimentos pela Anistia. Tinha recebido uma orientação errada de que era melhor os presos envolvidos na luta armada ficarem de fora naquele início para não parecer uma provocação. Hoje em dia quando eu me lembro disso, dessa orientação que eu recebi, eu lembro muito da coisa do revanchismo, que é uma coisa que nos acompanha na nossa vida até hoje. Mas eu inicialmente não participei.

Eu tinha recebido na época, fiz diversas entrevistas e denúncias desde que eu voltei do Rio Grande do Sul com a história do Luiz Eurico, e quando eu me preparava para participar daquele primeiro encontro da Anistia no Rio de Janeiro e eu tinha casualmente sido procurada por uma pessoa muito próxima. Eu vou dar esse exemplo só para que fique registrado o que eles faziam com os familiares, porque logicamente eles diziam que os nossos familiares estavam vivos. Então, tinha uma pessoa muito ligada a minha família que me procurou perguntando, dizendo que tinha uma relação familiar umbilical com o Otávio Medeiros, que na época era chefe do SNI e que poderia me dar alguma resposta sobre o Luiz Eurico, se eu queria que ela perguntasse. E eu falei, claro. Pode perguntar.

E pouco tempo depois ela me procurou dizendo que ele iria buscar essa informação e que ele me daria dois tipos de resposta. Ou não sei nada, ou se ele identificasse que ele estava morto e enterrado em tal lugar, ele até poderia me dizer, mas eu não poderia fazer uso público dessa informação. Que como era uma coisa muito pessoal, era para a minha certeza íntima, e eu fiquei meio assim, mas falei, tudo bem. Vamos ver o que ele vai me dizer. E aí passou um tempo e essa moça chega à minha casa e claro que não era sempre que ela estava com ele, quando ele ia a Porto Alegre ele ficava na casa da família dela, era uma história pessoal. Passou um tempo e ela entrou na minha casa chorando dizendo que o Luiz Eurico estava em Montevideu, casado, feliz. E eu levei um susto enorme. Eu acreditei, por incrível que pareça, o Ivan e o Serginho sempre brincaram comigo perguntando como eu tinha acreditado. Eu acreditei, porque eu achei que era uma trama tão pessoal que eu, o cara não podia não dizer isso. E eu disse para ela, você me dá o endereço dele que eu publicamente vou retirar ele da lista de desaparecidos. Para nós, seria uma grande derrota. Para a luta dos familiares que



recém se iniciava seria uma grande derrota um desaparecido aparecer vivo. Porque aí colocava em suspensão todas as nossas denúncias que nós começávamos a organizar.

Nesse meio tempo eu fui para o Congresso no Rio de Janeiro eu pensava em ir direto do Rio de Janeiro para Montevidéu. Eu ia fazer uma escala em Porto Alegre, meu irmão ia comigo porque ele que ia pegar o endereço e a gente ia para Montevidéu. Eu cheguei ao Rio de Janeiro e encontrei a Iara Xavier Pereira que voltava do exílio, tinha sido minha companheira de militância na ALN e ela me informou do Cemitério de Perus que eu não conhecia. A família dela estava toda exilada, uma das tias dela que vivia no Brasil tinha procurado os seus sobrinhos, Alex de Paula Xavier Pereira, militante da ALN que foi morto em fevereiro de 72 e o Iuri Xavier Pereira que foi morto em 14 de junho de 1972. Então, essa tia procurava os dois e nunca encontrou. Muitos anos depois ela foi enterrar o marido em um convênio que ele tinha no Cemitério de Perus. E ela pediu para ver os livros. Ela não conhecia aquele cemitério. Então, ela achou o corpo do Iuri e no dia da morte do Alex tinha um nome que ela conhecia, que era Álvaro Lopes Peralta, e ela foi em casa, viu a nota Oficial dos órgãos de segurança que dizia, Alex de Paula Xavier Pereira que usava o nome falso de João Maria de Freitas e Gelson Reicher que usava o nome falso de Emiliano Sessa foram mortos hoje em um enfrentamento com os órgãos de segurança. Então, aquele João Maria de Freitas era o Alex. A Ditadura sabia quem ele era e enterrou por nome falso. Nós nunca tínhamos procurado pelos desaparecidos em cemitério e o Ivan que estava junto tinha informação do uso do Cemitério de Perus, por causa do pai dele que foi o primeiro preso político a ser levado para Perus. A Iara e eu tivemos cinco minutos, pegamos um avião para vir para São Paulo, o Ivan e o Serginho vieram de ônibus morrendo de medo do que a gente ia fazer, porque a gente estava muito enlouquecida. Do próprio aeroporto nós fomos para o Cemitério de Perus e no cemitério, olhando o livro de registros eu encontrei no dia 03 de setembro de 72 como tendo sido morto no dia três de setembro um Nelson B. que eu achei que era ele. Naquela época a gente se correspondia às vezes por uma coisa que o Correio tinha que era Posta Restante. Então, algumas vezes eu me correspondia com o Luiz Eurico, quando a gente se desencontrava, por Posta Restante. E era Nelson Bueno. Mas eu tinha me esquecido do nome. Eu vi aquele Nelson B. e tive a certeza íntima que era B de Bueno, e que era ele. O laudo dele falava do encontro de um corpo em uma pensão, tinha um endereço no bairro da Liberdade, e falavam que o

laudo dele tinha sido assinado pelo Otávio D'Andrea, que na época não era um dos médicos legistas que a gente conhecia. A gente tinha uma lista de médicos legistas que assinavam laudos. E no cemitério logicamente nós encontramos muitos outros que não sabíamos onde estavam. Não era só o Iuri e o Alex que estavam lá. Eram muitos dos nossos companheiros que tinham sido mortos. E aí nós montamos uma investigação, eu fui à pensão junto com o Ricardo Carvalho que era repórter da Isto É e com o Helio Campos Melo que era fotógrafo. Nos apresentamos, eu como mulher do Nelson Bueno que tinha desaparecido de casa, e o Ricardo, um dos dois era meu irmão, acho que o Helio Campos Melo que era mais loirinho era meu irmão, e o Ricardo Carvalho era irmão do Luiz Eurico. Assim que a gente se apresentou, mostrou a foto dele e todo mundo reconheceu que aquele era o Nelson Bueno. Aí a gente, enfim, foi uma descoberta incrível exatamente porque no momento em que eu tinha a certeza íntima que eu ia encontrar o Luiz Eurico em Montevideu sei lá porque, porque ele tinha me abandonado. A pressão dizia isso, eles abandonaram vocês. Então, eu fiquei muito evidentemente, muito mexida. E aí nós resolvemos, eu nem voltei para Porto Alegre na época, nós montamos um comitê de investigação e começamos a percorrer os cemitérios para tentar encontrar outros com os nomes falsos que a gente tinha, não só em Perus como nos outros cemitérios. Vila Formosa, Vila Alpina, aquele que pegou fogo, aquele que não existe mais.

Nesse meio tempo, esse encontro foi em abril e nós só fizemos a denúncia no dia da votação da Anistia que foi em agosto, eu não vou conseguir lembrar em que época, não sei se o Ivan lembra. Nós íamos ao cemitério e eu não tenho, não sou religiosa, não tenho religião alguma. Mas a relação de ter encontrado os nossos no cemitério era uma coisa muito forte, porque a Ditadura tentou esconder, mas eles estavam lá. E não estava só o Luiz Eurico, estavam os meus companheiros de militância política que tinham sido assassinados sob tortura. Estavam os filhos, os irmãos dos familiares que estavam ali, porque de repente todos eram a nossa família. Não era só o Luiz Eurico que estava ali. Éramos todos familiares. E a gente levava flores para o cemitério, percorríamos todas as sepulturas. Eu estava com a Iara, eu acho. Eu não me lembro se o Ivan estava junto, e nós colocamos flores em todas as sepulturas, que na época eram umas 10 no mínimo. Posso fazer a conta, talvez mais de 10. E quando nós estávamos na administração nós

vimos que dois homens percorriam as sepulturas, pegavam as flores, jogavam no lixo. E nós dissemos, eles virão atrás de nós.

Para nós ficou óbvio o seguinte, eles já descobriram que nós descobrimos, daqui a pouco eles vão mexer em tudo e nós não vamos poder fazer a denúncia da história do Luiz Eurico no Congresso Nacional. Enquanto o projeto do Figueiredo nos dava um tal atestado de morte presumida, que era isso que ele dava para os familiares desaparecidos, nós apresentávamos ali a descoberta do corpo do Luiz Eurico e do Denis Casemiro, que também eram desaparecidos políticos e que os dados dele estavam alterados, na idade e outras coisas, no registro dos vivos.

Nós fizemos essa denúncia logo após a votação do projeto da Anistia. O Jarbas Passarinho gritava de lá de cima, vai procurar marido. Porque nós fizemos uma nota que eu guardei e está escrito assim, eis aqui o paradeiro de dois desaparecidos. Então, nós estávamos em uma galeria e a gente jogava aquela nota lá embaixo para os Deputados. E o Ivan também começou a discutir com o Cantídio Sampaio que também não me lembro do que o Cantídio Sampaio dizia, e o Ivan dizia, você é um torturador. Mas o Passarinho gritava para mim, vai procurar marido, que é uma coisa que eu nunca me esqueci. Como é que ele dizia uma coisa dessas de dentro do plenário do Senado para mim que estava fazendo uma denúncia que era a história da minha vida?

Então, foi assim, antes desse momento nós procuramos um inquérito, porque tinha que ter um inquérito de suicídio e não encontramos documento algum. Depois da denúncia, um inquérito, apareceu um processo. Até eu ter acesso a esse processo foi muito difícil. Pulei um pedaço aqui onde o Fernando Morais estava presente. E antes de a gente fazer a denúncia foi ir no IML ver se tinha as fotos daquele corpo, de Nelson Bueno. Como eu imaginava que teria a foto, nós montamos um esquema e todo mundo achava que a Ditadura ia dar.

Então, foi o Fernando Morais que era Deputado, o Geraldo Siqueira, Marco Aurélio Ribeiro, não me lembro se o Airton estava aqui, lembro deles três. Fomos ao IML e enquanto ele me mostrava o álbum com as fotos e eu ia desmaiar, porque eu ia passar mal, e o Fernando Morais ia lá e fotografava, com aquelas máquinas pequenininhas porque a gente achava que eles iam sumir com as fotos. Então, era um

baita esquema. A gente ficava lá fora porque se nos prendessem, enfim, a gente achava que ia ser um caos. E aí muito tempo depois a gente entra naquele grupo das famílias que estão ali buscando os seus, uma situação horrorosa naquele IML, e aqueles documentos que nos mostraram dizia que não tinha foto. Então, nós desmontamos a operação e saímos dali sem saber, porque no fundo as pessoas tinham dúvida se era mesmo ele. Eu tinha certeza, até porque eu ouvi das pessoas dizerem que não. Que eles se chocaram, contaram uma história, a gente gravou depoimentos. O Ricardo Carvalho gravou o depoimento das pessoas. Nós enganamos as pessoas da pensão buscando ouvir essa história. E aí, quando foi feita a denúncia, saiu na capa da Isto É o local do encontro do corpo, a entrevista com as pessoas da pensão, fotos das pessoas da pensão que ficaram muito indignadas. Algumas nos contavam uma história sem pé nem cabeça, que está dentro do processo. É um processo enorme e aqui tem todo o processo do encontro do corpo e o processo de retificação do registro de óbito. Eu não encadernei porque não sabia se eu ia deixar aqui, se vocês iam deixar dois furos, três furos, enfim. Então, esse inquérito só apareceu bem depois da denúncia em Brasília, eu fui diversas vezes ao Fórum e ele nunca estava. Até o dia em que ele apareceu. Tinha inclusive fotos do Luiz Eurico morto. Ele tem uma arma em cada mão, está deitado em uma cama, tem um 32 e um 38, tem quatro disparos pelo quarto e ele teria envolvido a colcha que cobre o corpo dele para se dar o último tiro na cabeça, porque tem sinais de esfumaçamento na cama.

Aí eu entrei com um processo de retificação dos registros de óbito, esse processo correu aqui na 5ª Vara de Registros Públicos, no meio desse processo foi feita a exumação do corpo no local que foi apontado como sendo dele. Harry Shibata era diretor do IML ainda, essa ossada que foi exumada não tinha um tiro na cabeça, então o Juiz mandou reabrir o inquérito porque essa ossada não correspondia à ossada que tinha sido necropsiada em 72. O inquérito foi devolvido ao 5º Distrito Policial, o Delegado era Francisco Baltazar Martins e ele reabriu o inquérito, foram feitas diversas exumações no Cemitério de Perus, eu nem me lembro mais quantas, até que foi localizado um corpo que correspondia às características dos que tinham sido necropsiados, porque como aqueles cemitérios não tem rua, não tem marca definida, não era muito fácil achar.

Foi nomeado um Promotor, Rubens Marchi, que a única coisa que fez nesse processo foi fortalecer a versão policial. Eu, na primeira vez que fui a Delegacia, fui sozinha porque queria ver como estava o inquérito e me levaram para uma sala e ele começou a querer fazer um interrogatório, mas como eu sou bem metida, consegui sair dali sem ser interrogada. Logicamente nunca mais fui à Delegacia sozinha, mas eu, ele me levou para um canto, terrorista, enfim, queria saber coisas da minha vida e queria não sei o que.

Quando eu tive acesso às fotos, apesar de evidentemente parecer uma montagem no fundo sempre tive dúvida se o Luiz Eurico podia ter se matado na hora de ser preso. Essa dúvida é muito dura porque na verdade ele achava que eu tinha sido presa quando ele veio para São Paulo, então, ele tinha morrido me procurando e eu sobrevivi, e isso foi em 74 e fiquei clandestina até 78. Então, do ponto de vista pessoal era muito duro para mim, saber que meu marido morreu me procurando.

A minha militância com os familiares não me fez dar muita, me envolver muito com o caso dele especificamente. Eu nunca tinha mostrado o caso dele para ninguém, até que agora em função desse depoimento eu procurei o Celso Neneve e ele me fez um laudo. O Celso Neneve é um perito criminal, policial civil de Brasília que nós conhecemos na época que começamos a trabalhar na Lei 9.140, na Comissão Especial que eu integrei durante 10 anos. E ele nos foi apresentado como uma pessoa que poderia nos ajudar na confecção e na análise dos laudos necroscópicos. E a gente fez um trabalho da Comissão. Como o ônus da prova era nosso, nós tivemos que provar que aquelas versões de suicídio, atropelamento, tiroteio, eram mentirosas, ele pegava a documentação da morte e ele fazia um laudo sobre isso.

**O SR. IVAN SEIXAS** – A Lei 9.140 é a Lei Federal que faz um reconhecimento do Estado das mortes como responsabilidade do Estado Brasileiro. E a Suzana fez parte da Comissão que analisava os casos de reparação e reconhecimento da responsabilidade do Estado que é essa Lei 9.140.

**A SRA. SUZANA LISBOA** – Essa Lei foi feita em 1995 e foi criada pelo Fernando Henrique, sete pessoas integravam a Comissão e eu integrava em nome dos familiares de mortos e desaparecidos. Em um outro momento, até se tiver tempo eu posso falar sobre os casos que a gente levantou naquela Comissão que foi a parte mais importante daquele trabalho. Foi provar que 132 versões Oficiais de suicídios, atropelamentos e tiroteios e esse trabalho foi feito pelos familiares.

Voltando ao caso do Luiz Eurico, o exame do inquérito já é absurda. A gente não sabe se ele morreu no dia dois, no dia três, as datas são contraditórias, são riscadas. Teoricamente o pessoal da pensão ouviu tiros de madrugada, mas não fez nada, no dia seguinte estranharam que ele não saía do quarto, então no final da tarde, os tiros foram ouvidos de madrugada, então no final da tarde esse casal foi ver se eles estavam no quarto, e aí no final da tarde viram que ele estava morto, chamaram a polícia, tarde da noite e não dá para saber quem foi que atendeu aquela ocorrência, inicialmente quem chegou lá, porque quando a perícia começa a falar do assunto ela fala no dia cinco, no dia quatro. Então, tudo é confuso no inquérito. Eu não sei que dia ele morreu. Se ele morreu no dia dois, se ele morreu no dia três, ele morreu dentro daquela pensão. Essa dúvida eu tinha, e o Celso veio e me tirou, mas eu não sabia nem se ele tinha morrido ali. Aí o pessoal da pensão disse isso. E botaram um jornalzinho por baixo, um destrancou a chave, abriu a porta, achou ele morto ali, levaram o corpo dele no banheiro, lavaram. É uma coisa estranha, mas pelo que eu entendi na época, acontecia mais de uma vez, eu não sei se vocês querem enquanto eu falo, olhar o álbum. Esse aqui especificamente é só o álbum com as fotos.

Com a reabertura do inquérito as pessoas da pensão foram chamadas, e como já tinha sido achado um corpo que não tinha o orifício na cabeça, mas que tinha marcas de fratura, eles mudam o depoimento quando eles depõem da segunda vez. Ao Delegado e ao Juiz. Eles contam que uma delas que foi a que primeiro reconheceu o Luiz Eurico, que dormia no quarto próximo ao dele, dizia que ele era terrorista, que ele usava mais de uma identidade, que o corpo dele tinha sido jogado a escada, porque era no primeiro

andar, então eles jogaram o corpo ao invés de carregar. Jogaram aquele presunto. Então, o Delegado pergunta se ela acha que aquilo podia ter ocasionado às fraturas no corpo, e ela diz que sim, provavelmente, do jeito que chutaram o corpo. Isso já na fase outra. Mesmo assim não há elementos para questionar a fase de suicídio, o inquérito é concluído como suicídio, o Promotor só o que faz é elogiar a polícia, dizendo que eles fizeram o possível para tudo. Para as exumações, fizeram um trabalho de Sherlock e são maravilhosos. Em nenhum momento nada é questionado. Não é questionado a quantidade de tiros por todos os lados, os sinais de esfumaçamento que tinha na colcha, porque a colcha está toda arrumadinha para poder... Eu tenho fotos grandes aqui no meio do inquérito.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Suzana, foi esse Promotor que deu voz de prisão para você e para mim? Para a nossa insistência, porque você estava insistindo muito com a apuração?

**A SRA. SUZANA LISBOA** - O Rubens Marchi. Ele é uma das pessoas que eu inclusive gostaria que fosse chamado a depor. Eles não fizeram, ele não teve o mínimo interesse em absolutamente nada. Eu só descobri alguma coisa diferente do caso do Luiz Eurico quando o Caco Barcelos foi fazer o vídeo da vala do Cemitério de Perus, o Caco estava fazendo uma investigação para o Rota 66, então ele tinha tido acesso aos arquivos do IML, ao examinar os arquivos do IML ele tinha visto diversas requisições de exames que tinha um T em vermelho que identificava os nossos familiares, e ele achava, portanto que com aquele banco de dados que ele tinha, nós iríamos encontrar outros desaparecidos. Então ele me trouxe a listagem dos casos, mas os que ele tinha levantado eram corpos que tinham sido enterrados com nomes falsos e esses nomes falsos a gente já tinha descoberto os processos, enfim, nas investigações que a Comissão de Familiares já tinha feito.

**A SRA.** – (inaudível – fora do microfone).

**A SRA. SUZANA LISBOA** - José Maria Ferreira de Araujo. Era o Edson Cabral Sardinha. O nome dele nós achávamos, um dos mortos no nosso dossiê nós chamávamos de Edson Cabral Sardinha. E depois que nós viemos a descobrir, depois da abertura da vala de Perus, que na verdade ele era o marinheiro José Maria Ferreira de Araujo, desaparecido político, o corpo dele foi enterrado no Cemitério de Vila Formosa e ele morre de mal súbito. É isso que diz o IML. Nós só tivemos acesso aos arquivos do IML em 1991 ou 92. Ali que nós podemos a partir da abertura da vala do Cemitério de Perus, fazer essa pesquisa. Antes disso a gente não estava fazendo.

Eu me perdi em uma coisa que eu estava dizendo e vou retomar do zero. Do Caco Barcelos, que eu só consegui descobrir. Estou aqui me controlando para não ter muitos lapsos de memória, e não chorar. Em 1990 o Caco Barcelos estava fazendo esse trabalho sobre o Rota 66, teve acesso à documentação do IML e nós começamos a buscar os desaparecidos, outros nós não achamos. Mas nós identificamos, coisa que nós nunca tínhamos feito, quem eram os presos políticos que tinham ido parar na vala do Cemitério de Perus, porque até então a gente não tinha feito essa investigação. A gente sabia que o Flavio de Carvalho Molina que foi morto em 71 e usava o nome falso de Álvaro Lopes Peralta, também nós já tínhamos conseguido localizar no registro o livro do cemitério, mas quando nós fomos fazer o traslado dele, que nós descobrimos que ele estava na vala. A gente já tinha marcado o traslado e o diretor do cemitério, Antonio Pires Eustaquio que é uma pessoa muito significativa para a história desse país, porque ele nos ajudou, nos deu acesso aos livros, nos ajudou nas informações e no que ele pode levantar apesar de que ele não era administrador do cemitério. E ele falava para as pessoas. Ele chamou o Caco e falou, aqui tem uma vala onde tem presos políticos. Ele é uma pessoa muito importante para nós e para a nossa história. Ele foi



administrador do cemitério durante muitos anos. Não sei onde ele está agora. E quando o Caco foi fazer esse Globo Repórter, ele resolveu me incluir no programa, e eu com ele fui à pensão. Eu não tinha mais voltado à pensão. Então, eu fui com o Caco Barcelos a pensão, isso em 1990.

A vala foi aberta em 1990, através dos acordos que a gente fez ali, TV Globo com a administração do serviço funerário que o Globo Repórter ia ao ar na sexta-feira. Então, o Caco fez (ininteligível) essa matéria, então no dia da abertura da vala a imprensa inteira estava lá. E para esse programa eu fui com ele a pensão, nenhuma das pessoas que morava na pensão continuava lá, mas tinha um rapaz que eu esqueci o nome.

Esqueci de ver o vídeo para dizer o nome, mas de qualquer forma nós não vamos localizá-lo mais, porque eu já tentei diversas vezes e ele conta que o Luiz Eurico tinha sido morto, que tinham montado a cena ali. Então, pela primeira vez eu fiquei tendo uma informação diferenciada sobre a morte dele. A Globo censurou o programa, não botou no ar porque aquela sexta-feira caía no dia sete de setembro. Então, toda a investigação da vala que tinha sido feita pelo Caco não foi ao ar. A Globo só botou esse programa no ar em 1995 depois da aprovação da Lei 9.140.

A Globo era o único órgão da imprensa que estava lá com aqueles caminhões de link para fazer intervenção ao vivo porque era um fato muito forte. Eu estava sozinho naquele primeiro dia porque eu estava fazendo esse trabalho com o Caco e não tinha ideia que a imprensa inteira estava lá. Eu não tinha chamado esses familiares e achava que seria uma coisinha que ia acontecer, e foi a imprensa do mundo inteiro. Foi um escândalo. Aquela abertura da vala teve uma dimensão muito maior do que a gente pudesse imaginar, mas a história do Luiz Eurico e da morte dele continua oculta em função disso.

Eu acho que cometi um erro muito grande que foi de não ter entrado na Justiça, na época eu era orientada de que deveria fazer uma ação contra o Estado de São Paulo, e eu não queria. Eu achava que o Estado de São Paulo não era Ditadura e eu queria fazer uma ação contra a Ditadura, não queria fazer uma ação contra o Estado que eu até achava que podia ocorrer, mas a minha ação maior era contra a União tenha sido

responsável pela morte e por tudo que tinha acontecido, e acabei nunca fazendo nada. Então, essa parte ficou perdida. Também queria lembrar que na época do processo, uma das coisas que tinha é que aparece no inquérito que foram recolhidas diversas cartas endereçadas à vítima. Talvez essas próprias cartas que eu escrevia para ele ou não. Nós pedimos muito essas cartas inclusive ao DOPS. Na época o Tuma era diretor do DOPS, Romeu Tuma. E o Tuma respondeu ao Juiz de que nada constava sobre o Luiz Eurico, depois de diversas tentativas, nada constava nos arquivos do DOPS.

Em 1991 quando nós entramos no arquivo do DOPS aqui em São Paulo, eu localizei não só o inquérito com o nome falso do Luiz Eurico, como uma listagem que foi encaminhada ao Romeu Tuma em 1978 que chamava 'retorno dos exilados'. Então era a Ditadura se preparando para a volta dos exilados em função da Anistia. Então, eles faziam uma listagem em ordem alfabética, onde está fulano. Luiz Eurico está em Cuba. Muitos estavam em Cuba. Depois havia uma outra listagem que dizia que não estavam em Cuba. É esse nome que a Delora Jan Wright dá para o Livro que ela escreve sobre o Paulo Stuart Wright, 'Paulo Wright não está em Cuba'. É desaparecido político. E aí nessa listagem dizia do Luiz Eurico, suicidou-se. Então, em 1978, antes de eu ter acesso a essa informação e fazer denúncia, o seu Romeu Tuma sabia e mentiu para o Juiz. Eu sempre quis processar o Romeu Tuma e nunca consegui. Foi nessa listagem que nós localizamos no arquivo do DOPS que nós conseguimos identificar a morte do Rui Carlos Vieira Berbert. Porque nessa listagem estava escrito assim, suicidou-se em inatividade. Eu tinha um atestado de óbito há muitos anos atrás, lá na época da Anistia quando tinha me sido dada por um companheiro ligado a Comissão Pastoral da Terra, e dizia, esse atestado de óbito aqui é de alguém do movimento. É algum preso político. João Silvino Lopes, e eu guardei aquilo. Era inatividade no dia 02/01/1972, nós não sabíamos nada do Rui Berbert, nem o ano exato do desaparecimento dele, nem os companheiros do MOLIPO sabiam, que era o Movimento de Libertação Popular ao qual ele pertenceu, e nem a família. Mas quando eu vi 'suicidou-se na inatividade', eu falei, é ele. Para ver como nas entrelinhas dos documentos que nós acabamos descobrindo alguma coisa dos nossos familiares. E por isso é muito duro à gente nunca ter tido acesso aos arquivos nesses anos todos.

E saber que arquivos que nós vimos e chegamos, a saber, da existência deles foram destruídos, como esses que dizem que foram destruídos e que existiam em 1993. Esses arquivos que a Rosa se referiu, das Forças Armadas, existiu em 1993, eles foram produzidos através de um contato que nós tivemos com o Mauricio Correa, que era Ministro da Justiça. Nós estivemos com todos os Ministros da Justiça depois da Ditadura. Os familiares de mortos e desaparecidos, Dona Felícia, o Bernardo Kucinski estiveram antes, eu não estive, inclusive com o Buzaid. Mas depois da Anistia nós estivemos com todos os Ministros, e o Mauricio Correa montou uma Comissão coordenada por ele com os consultores jurídicos das três armas. Eu até falei nesse assunto na audiência dos Comitês lá em Brasília, porque eu sempre falo nesse assunto. E esses consultores jurídicos produziram esses relatórios. Esses relatórios foram enviados para os Ministros Mauricio Correa, e ele enviou para a Câmara assinado. Cada uma das três armas assinou. Nós não temos essa folha de rosto. Mas o Ministério da Justiça e a Câmara dos Deputados tem que ter.

Na época nós não nos interessamos por essa folha de rosto, ela fazia parte dos relatórios, mas a gente se interessou pelo conteúdo, e esses relatórios obviamente, especialmente o da Marinha trazem informações muito importantes e diferentes do que nós tínhamos em relação aos desaparecidos políticos. Agora vai. Então, esses relatórios existiam em 93, nós tivemos conhecimento deles apenas em 94. Como eles eram sigilosos a Câmara custou a nos mostrar. Só o Mario Miranda na época teve acesso aos relatórios, e nós nunca conseguimos ver esses documentos. Eles não podem ter sido destruídos em 94, a Legislação ainda era a mesma. Isso para mim é o pior de tudo.

Eu já estou terminando o meu tempo, então, eu queria brevemente dizer o que tem aqui do trabalho que foi feito pelo Celso Neneve, que eu enviei para ele os documentos da morte. Então, ele faz um exame de reconstrução do evento, não faz especificamente um laudo, ele faz uma reconstrução do evento. Então, ele fala que o exame foi feito no dia 05/09/1972 e que o Otávio D'Andrea que é o perito relator entre outras informações, descreve a existência de outros dois ferimentos de arma de fogo. Um com bordas revertidas realizado na região temporal direita, e outro de saída na região esquerda, e ele destaca as tais soluções de continuidade que aparecem na colcha que cobre, que está arrumadinho o corpo dele. O perito diz isso. Ele deu quatro tiros no

quarto e depois ele envolveu a arma naquela colcha para se dar um tiro na cabeça, para abafar o tiro da cabeça. E ele fala dessa solução de continuidade e ele mostra uma fatura no andar superior. E aí o exame foi feito pelo perito Ney de Lopes Rocha. É o mesmo perito que quando eu localizei o corpo foi chamado pelo Juiz e pelo Delegado para refazer e para se manifestar sobre o assunto. Eu fiquei escandalizada na época. Como é o mesmo perito que vai? O mesmo que foi em 72 vai ser chamado em 80 para ratificar o que ele escreveu? Então, ele diz, eles falam que eles foram, o exame dele foi as 19 e 40 do dia 04/09, teoricamente o Luiz Eurico se matou na madrugada do dia três, e ele comparece e faz o exame do local, descreve o que ele vê sobre a cama de solteiro, quem está ali, a situação que ele estava, normalmente trajado, mostra os ferimentos, fala da colcha, fala que o revólver 38 estava próximo da mão direita, o revólver 32 estava próximo da mão esquerda. Que um tinha dois cartuchos íntegros e o outro tinha quatro estojos, descreve os tiros que ele vê pelo quarto, diz que eles usaram os estojos íntegros como um tiro de prova, mas não faz nenhum tipo de exame sobre nada. Ele diz que segundo consta, a vítima tinha praticado suicídio na data de ontem, e foi encontrado somente hoje, dia três. Então, aí já começa a minha dúvida. É dia dois, dia três, dia quatro, porque o corpo só vai para o IML no dia cinco, não sei onde ficou até esse período.

E ele considera em função do que ele examina que a trajetória do projétil foi retilíneo, o cara deu um tiro na cabeça então o tiro tem que entrar e sair reto. Não pode entrar assim e sair assim. E é isso que o Neneve demonstra que não que o tiro é dado de cima para baixo, então ele tinha que no mínimo, estar sentado naquele lugar. O Neneve chama a atenção de que nos dedos dele tem manchas enegrecidas, semelhantes às manchas de espargimento de sangue, o local onde estão essas manchas não condiz com a arma que ele estaria segurando, porque se ele estivesse segurando as armas, aqueles locais não poderiam estar com manchas de sangue. O local das próprias armas também está errado, também se vê que foi montado, porque se ele tivesse se atirado e permanecido naquela posição, as armas tinham que estar localizadas de forma diferente. Que são incompatíveis as situações, e ele, olhando as fotos ele vê. E ele mostra, que é uma coisa que eu custei a enxergar. Na parede do quarto junto à cama tem uma marca de impacto, produzida por ação contundente com manchas e formas de tonalidade compatíveis com aquelas produzidas com espargimento de sangue com posterior

escorrimento. E esses vestígios todos, é claro que não se encontram descritos no laudo. E junto do piso, exatamente embaixo dessa perfuração tem fragmentos de reboco, grãos de areia. Então, com isso ele quer dizer que ele estaria no mínimo sentado, que aquele deve ter sido o impacto da arma que estaria ali. E ele nos chama muito a atenção para a colcha que está extremamente arrumadinha no corpo dele, que aquelas manchas de esfumaçamento que tem na colcha foram tiros dados de baixo para cima. Então, a sensação que fica é que o local foi arrumado para falar de uma resistência a prisão. O Neneve não diz isso, mas essa é a conclusão que eu chego. Como ele mostra que o local foi montado, o local foi montado para mostrar que houve um tiroteio. Depois eles desistiram e fizeram um suicídio, porque acho que a impunidade era tanta que tanto faz como tanto fez. Seja o que for que eles tenham dito, nada poderia mudar.

Claro que ele menciona que eles não fazem determinado exame de balística que eles podiam ter feito nas mãos dele. Eles não determinam qual foi a arma que matou ele, que pode ter sido uma das que estava com ele ou uma outra qualquer. E esse exame não foi feito. Ele determina que o local apresenta características daquelas observadas em locais de homicídio, diferentemente do que foi lançado no exame necroscópico, e que não teve arrombamento nenhum no cômodo. Enfim, o que ele considera realmente é que tem muita inconsistência técnica no laudo que foi feito, que não foram recolhidos os projeteis para ver qual matou ele, isso também não foi feito. Não tem nenhuma chapa fotográfica das mãos dele para mostrar o que podia ter sido feito. As feridas, não tem nenhuma informação para poder ver se foi disparo de curta distância, se tem marca de despigamento ou se não tem, se tem estriamento ou se não tem. É claro que ele fala tudo isso do ponto de vista técnico e eu estou falando do meu jeito. Não tem nenhum detalhamento de vestígios nas vestes, na colcha, no forro, principalmente dessas manchas de sangue. Enfim, esse é o relatório dele e diz que não apresenta qualquer conclusão que possa levar a que se entenda como o Luiz Eurico tenha sido morto. Em relação à intervenção dele, é o meu ponto de vista no requerimento que eu fiz ao Ministério Público, a Raquel (ininteligível), é que fosse ouvido para que fosse investigado, até porque acho que a Comissão tem um limite, mas evidentemente o caso Alberto Brilhante Ustra que era o chefe do DOI-CODI, o Ministério Público daqui já fez um procedimento incluindo o Luiz Eurico dentre a responsabilidade dele. O médico legisla Otávio D'Andrea e Orlando Brandão, que são quem assina o laudo, o Promotor

Rubens Marchi, que foi a pessoa que fez ao invés de ser um Promotor, fez a defesa da polícia e da Ditadura, o Delegado de polícia Francisco Baltazar Martins, que foi o responsável pela reabertura do inquérito. Eu acho que são as pessoas mais determinantes se a Comissão puder vir fazer essa investigação.

Eu acho melhor eu parar e começar a responder perguntas, porque eu já estou ficando enrolada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Eu só queria saber, você prefere que as perguntas sejam feitas agora ou a gente ouve as outras testemunhas?

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Como vocês quiserem.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Ivan, gostaria de fazer uso da palavra? Com a palavra, Ivan Seixas.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Como essa é a primeira audiência pública de depoimentos sobre casos de desaparecidos, e também é o primeiro registro Oficial sobre as buscas dos desaparecidos, eu gostaria de perguntar a Suzana para registro, primeiro se o Estado reconheceu responsabilidade sobre a morte do Luiz Eurico, e depois eu tenho uma outra pergunta.

**A SRA. SUZANA LISBOA** – Reconheceu no anexo da Lei 9.140 que ‘reconhece a morte de 136 desaparecidos políticos’. Porque nós em função da denúncia não retiramos o nome do Luiz Eurico da lista dos desaparecidos. Durante algum tempo, na medida em que nós fomos localizando, nós tiramos o nome da lista dos desaparecidos. Nós fizemos isso com o Flavio de Carvalho Molina, com o Frederico Eduardo Mayr, os dois estavam na vala do Cemiterio de Perus, os dois foram enterrados com nome falso. Nós descobrimos nesse processo de investigação que estávamos fazendo, logo no início do Luiz Eurico, e o caso deles nós retiramos da lista dos desaparecidos e colocamos na lista dos assassinados. Nós tínhamos um critério na época que era o seguinte, os desaparecidos são aqueles que não têm informação nenhuma por parte da repressão, obviamente. Mas quando a gente encontrou documentos Oficiais, por causa do Molina, o Tuma encaminhava ao Juiz a extinção da punibilidade dele por morte. Do Flavio de Carvalho Lima e do Frederico Eduardo Mayr, e ali estava atestado de óbito com nome falso. Então, a gente achava que aquilo era um documento Oficial, e nós retiramos ele da lista dos desaparecidos. Na verdade não era, nós cometemos um erro porque nós deveríamos ter deixado ele nas listas dos desaparecidos, apesar de que os corpos deles foram encontrados, como foi no caso do Luiz Eurico. Quando nós encontramos o Luiz Eurico, nós achamos que aquilo era muito definitivo de denúncia do que a Ditadura fez com os desaparecidos. Então, nós deixamos ele na lista e o Estado reconheceu junto aos outros, mas nada mudou na minha vida, na época o meu requerimento foi feito a Comissão, inclusive solicitando que fosse feita a retificação do atestado de óbito dele.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Para registro também, a repressão te sequestrou, te agrediu, alguma coisa assim, nesse período de saída da clandestinidade?

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Não. Eu fui perseguida muitas vezes.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Vamos passar a segunda parte, do Fernando Moraes, e a gente vai formando novos depoimentos. E se você quiser voltar a falar... Se você quiser que peça a suspensão dos trabalhos por alguns momentos.

**A SRA. SUZANA LISBOA** – Não. Tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Doutora, a Sra. quer fazer alguma pergunta?

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Nesse momento não. Eu só queria que quando nós terminássemos a sessão nós pensássemos, ou nós disséssemos, como nós pretendemos encaminhar isso para o futuro. Todas essas audiências que nós estamos fazendo, como elas se desdobrarão depois, chamando aqui as pessoas responsáveis por esses crimes que nós estamos levantando aqui.



**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – A assessoria da Comissão preparou, e eu queria agradecer publicamente. Agora, só gostaria que envidasse esforços para encontrar esse documentário do Caco Barcelos porque é uma peça central. Agora vamos ouvir o Fernando Morais.

**O SR. FERNANDO MORAIS** – Bom, bom dia a todos. Naturalmente eu imagino que ninguém espere que eu vá trazer contribuições maiores do que as que foram dadas aqui pela Suzana a respeito do caso do Luiz Eurico. Eu talvez possa explicar um pouco as circunstâncias que se deram essa aproximação da Assembleia Legislativa com a questão dos ditos desaparecidos. Havia um pequeno núcleo de Deputados mais comprometidos, digamos, aqui em São Paulo eleitos em 1978. E o meu gabinete talvez tenha sido o destino mais frequente das pessoas que tenham vindo em busca de algum tipo de ajuda pela circunstância de que eu era Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Como o MDB tinha conseguido maioria de 2/3 na época, por muito pouco tempo porque depois o Governador Paulo Maluf conseguiu corromper boa parte da nossa maioria. Mas nesse pequeno período em que tínhamos 2/3 da Assembleia Legislativa, a gente conseguiu várias conquistas. Uma delas foi conseguir uma Comissão, não era uma Comissão provisória, era uma Comissão permanente com o mesmo poder das outras Comissões técnicas da Assembleia Legislativa e na negociação para provar a criação dessa Comissão, nós tivemos que ceder em uma exigência da oposição que embora fosse minoritária, que era que a Presidência seria de ofício ocupada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, que na época era o Deputado Robson Marinho, que embora fosse do MDB como nós, não era uma pessoa com o grau de comprometimento político que a gente tinha, embora fosse uma pessoa decente, tivesse o comportamento correto, ele passou a ser o Presidente de ofício da Comissão, mas na realidade quem presidia a Comissão, quem presidiu todas as sessões, salvo a primeira de instalação, fui eu.

E isso acabou fazendo com que boa parte das pessoas que estavam em busca de algum tipo de ajuda aqui em São Paulo, sobretudo pessoas de fora do Estado, batessem

na minha porta, embora eu não tivesse sido de forma alguma o único Deputado que estava comprometido com esse tipo de luta, com o que tinha havido nos piores momentos da Ditadura militar, porque embora a Ditadura ainda permanecesse de pé, viva, já se antevia a perspectiva de Anistia, mas ainda havia repressão, prisões, nada que se comparasse ao que houve no período que foi até 76, que se me recordo direito, o último ato de brutalidade da Ditadura militar teria sido o massacre do PCdoB na Lapa. O massacre da Lapa que foi em 1976, se não me engano.

A Assembleia Legislativa, os nossos gabinetes, você citou alguns Deputados, Geralzinho Siqueira, Marco Aurélio Ribeiro, eu me lembro de outros, Eduardo Suplicy, havia aí uns 10 ou 15 Deputados com um grau de comprometimento público com a denúncia da Ditadura, tentativa de tornar públicos os crimes que tinham sido cometidos pela Ditadura, protegidos pelo nosso mandato Parlamentar. E no fundo não se tratava apenas da questão de desaparecidos, mas o apoio que se dava, por exemplo, ao movimento grevista do ABC. Íamos para lá utilizando os mandatos, os carros Oficiais. Íamos de madrugada para denunciar, testemunhar a repressão ao começo das greves, visitas a presídios, a gente organizava as visitas aos finais de semana muitas vezes com gente que vinha de fora como o Senador Teotônio Vilela, que ficou conhecido pelo seu compromisso também. E íamos não só para dar um pouco de apoio político, apoio moral aos presos que eram beneficiados pelo final da Anistia em 1979, mas também para levar alimentos, para tentar melhorar no que fosse possível o tratamento que os presos estavam recebendo tanto no Presídio do Barro Branco aqui de São Paulo, como no Presídio de Tiradentes, no Rio de Janeiro e na Frei Caneca. E muitas vezes esse grupo de Deputados também se comprometeu com ações fora do Brasil.

Eu me recordo que o falecido Sergio Santos, o advogado Idibal Piveta, Cesar Vieira e a Margarida Genevois, que na época era Presidente da Comissão de Justiça e Paz, nós fomos à Argentina no auge da Ditadura argentina para trazer ao Brasil em segurança uma garota que estava marcada para morrer pelo regime, que hoje é a Embaixadora da Argentina no México, Patrícia Navajas. Me lembro de uma outra viagem que fizemos ao Paraguai por orientação do Cardeal Dom Paulo Arns para tentar ver as condições carcerárias de um sindicalista que estava preso a 200 quilômetros de Assunción, então o fato de nós, esse grupo de Deputados ter esse tipo de compromisso,

isso nem sempre era noticiado porque a imprensa que nem sempre estava sob censura tinha a auto censura. Então, era um trabalho que nem sempre era divulgado porque tinha pouca repercussão isso, a Assembleia Legislativa passou a ser uma espécie de destino das pessoas que estavam tentando buscar esse tipo de informação no caso dos desaparecidos. É preciso que se diga por um dever de justiça que o companheiro Airton Soares que na época era um anfíbio, porque ao mesmo tempo em que era um conhecido advogado de presos políticos ele era também Deputado Federal. Então, ele tanto podia operar como advogado nas instâncias possíveis, quanto recoríamos muito a ele como instrumento de denúncia no Congresso Nacional das violências que ainda eram cometidas aqui. Eu não posso deixar de citar o caso do assassinato do Vlado. A primeira denúncia pública da morte do Vlado foi feita pelo Airton no Congresso Nacional, o Vlado foi morto em um sábado, na segunda-feira o Airton denunciou, inclusive para meu alívio pessoal, porque a conselho do Airton e do Iberê Bandeira de Melo e do Zé Carlos Dias e eu acabei fugindo, fiquei três meses fora e só voltei quando o Airton informou minha família que meu nome saiu da captura do pessoal que estava fazendo arrasia contra o Partidão, e uma coisa eu preciso dizer, do qual eu nunca fui militante.

Não cheguei a pagar por crimes, e também não cheguei a cometer. No caso do Luiz Eurico e já tinha havido antes, eu não me lembro exatamente se foi um pouco antes do caso do Luiz Eurico, o caso da Sonia, companheira do Stuart. Foi depois do caso do Luiz Eurico. Os pais, o pai inclusive era um Oficial das Forças Armadas, era um Coronel do Exército, Coronel Moraes, João Luiz Moraes. A contribuição que nós podemos dar tanto para o caso do Luiz Eurico quanto para o caso da Sonia de Moraes Angel é primeiro colocar a pequeníssima infraestrutura que a gente dispunha aqui na Assembleia Legislativa a serviço deles. Então, precisava ir ao Cemitério de Perus, para não chegar lá de taxi a mercê de algum tipo de ameaça, iam de carro Oficial, carro de chapa preta se possível com a companhia de algum Deputado junto. Fosse em Perus, fosse no Vila Formosa, e também uma forma de pressionar ainda que de uma maneira muito pouco eficiente na época, tentar pressionar as autoridades na tentativa de buscar documentos que pudessem ajudar os familiares a descobrir efetivamente onde estavam os restos mortais dessas pessoas. Eu me lembro que estive com outros Deputados, o Suplicy, Geraldinho, Marco Aurélio, dezenas de vezes no DOPS tentando forçar o então diretor Romeu Tuma utilizando do mandato popular, é possível levantar, não sei se isso

interessará a Comissão, é possível levantar nos anais da Assembleia Legislativa uma quantidade muito grande de denúncias feitas por nós, das negativas de autoridades aqui em São Paulo, que era o nosso âmbito de atuação. Liberar por exemplo, o caso que foi citado pela Suzana de que ela requereu uma instituição, o Juiz requereu ao DOPS o inventário, o rol das cartas que teriam sido dirigidas ao Luiz Eurico, e que o Delegado Romeu Tuma declarou firmemente a Justiça de que nada constava, e anos depois vai se descobrir que de fato havia documentos nos arquivos do DOPS, cuja existência o Tuma havia negado.

Eu acredito que é possível aqui nos anais da Assembleia Legislativa levantar informações, dados, os arquivos da Assembleia Legislativa até onde eu sei, hoje estão muito bem organizados. Acho que não seria difícil levantar os pronunciamentos desse período de 78 a 82, desse mandato, sobretudo, porque no anterior o grau de violência da Ditadura ainda era muito grande, portanto, houve cassação de Deputado no mandato que vai de 74 a 78, ainda houve cassação de Deputados dessa Assembleia Legislativa. Eu me lembro, por exemplo, do Santista que era parceiro do Marcelo Gato, Nelson Fabiano, Nelson Fabiano Sobrinho que foi o Deputado eleito de 74, foi cassado de 74 a 78, por exigência do então Secretário de Segurança Pública do Estado que era o então Coronel Erasmo Dias. No período de 78 a 82, como já havia a expectativa do fim da Ditadura militar, isso permitiu que se avançasse mais nas denúncias que eram feitas aqui na Assembleia Legislativa, e na repercussão de denúncias que eram trazidas de pessoa como a Suzana, como o pai da Sonia e dezenas de outros casos em que a Assembleia Legislativa se envolveu. Então, eu estou à disposição da Comissão se for necessário para ajudar inclusive no desentranhamento dessa documentação aqui, porque pelo fato de eu ter participado desse trabalho há outros Deputados que certamente, Ex-Deputados certamente se colocarão também a disposição da Comissão, mas desde já eu digo que no que depender de mim eu posso vir para aqui e me sentar com o Serginho no arquivo da Assembleia Legislativa e dizer, em tal período deve ter tal documentação. Eu me lembro que em tal época eu tenho, eu sou mais ou menos organizado nas minhas coisas pessoais, então, eu posso fazer indicações de momentos em que os arquivos da Assembleia Legislativa poderão conter dados que contribuam para a Comissão da Verdade inclusive mergulhar...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Inclusive quanto ao José Maria Marinho e a morte do Vlado.

**O SR. FERNANDO MORAIS** – Exatamente. Havia Deputados aqui com altíssimo comprometimento. Da mesma forma que havia um grupo pequeno de Deputados comprometidos com o fim da Ditadura e com a denúncia dessas atrocidades, havia aqui dentro da Assembleia Legislativa Deputados que estavam metidos até a raiz dos cabelos com a repressão.

Há uma história aqui e eu não sei se é transmitida ainda, de que um dos Deputados, eu não sei se ainda está vivo é o Deputado Wadi Helu, era Deputado de um sítio aqui nas imediações de São Paulo que era cedido a repressão para a tortura de presos antes que eles fossem levados Oficialmente, fossem presos Oficialmente. Eles eram submetidos à tortura em uma chácara, se não me engano sítio Cruzeiro do Sul, Chácara Cruzeiro do Sul ou algo parecido, aqui na região da grande São Paulo. Arujá. E isso era algo que circulava aqui na Assembleia Legislativa sem que absolutamente ninguém se preocupasse em desmentir.

Eu fiz registros aqui, há requerimentos de Comissão Estadual de Inquérito para apurar envolvimento de Parlamentares e envolvimento da Assembleia Legislativa com a repressão e com, e a eliminação de pessoas. Há um documento que eu não tenho certeza se já passei ao Deputado Adriano Diogo ou não, que é um documento que não sei se (inaudível – fora do microfone) que eu descobri casualmente quando já não era mais Deputado. Muitos anos depois eu era Secretário de Educação ou de Cultura, não me lembro, e estava aguardando uma audiência pública no Palácio e a audiência foi sendo postergada e eu não tinha o que fazer, então desci para os arquivos do Palácio para fuçar um pouco, talvez por causa da minha profissão, desci para fuçar e encontrei um

documento que é um decreto de 1979, portanto, algo já nas imediações da Anistia, que é um decreto do então Governador Paulo Salim Maluf autorizando a Fazenda do Estado a permitir o uso a título precário em favor do Ministério do Exército de imóvel que especifica. ‘Paulo Salim Maluf, Governador do Estado no uso de suas atribuições decreta – fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso a título precário em favor do Ministério do Exército do terreno sem benfeitorias com a área (...) situado à conferência das ruas Tomás Carvalhal e Coronel Paulino Castro no Subdistrito de Vila Mariana nessa capital, com características de constatações constantes da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado. Artigo 2º, este terreno destinar-se-á a instalação do Centro de Operações e Defesa Interna DOI-CODI, 2º Exército. O decreto entrará em vigor na data de sua publicação’.

Na verdade, me dá a impressão de que esse decreto pela data, legaliza uma situação de fato porque o DOI-CODI já ocupava esse terreno em que o Vlado foi morto. É de 09/08/1979.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Na semana da votação da Lei da Anistia para humilhar o povo brasileiro.

**O SR. FERNANDO MORAIS** – A coincidência não me havia ocorrido. O DOI-CODI já funcionava nesse terreno desde a sua criação. Dezenas de pessoas foram mortas desse endereço. O Vlado foi morto nesse endereço. Então, com esse decreto na verdade o Governador legalizava uma situação de fato. Ou seja, o Exército vinha ocupando ilegalmente desde que foi instituído o DOI-CODI, vinha ocupando esse terreno da vizinhança onde funcionava o DOI-CODI. Então, não sei se isso vem a trazer alguma contribuição, mas não acho que seja demais convocar o Ex-Governador para esclarecer o significado disso. Por que na semana da Anistia e por que o Estado legaliza,

quando a Ditadura já estava nos desertores, a Anistia sendo aprovada nessa semana, o que teria levado o Governo do Estado a legalizar a utilização, talvez por receio de que na redemocratização isso aí pudesse trazer algum tipo de problema para o Ministério do Exército, ele estivesse passando uma borracha na utilização ilegal de um terreno do Estado para ser transformado em uma masmorra. De qualquer maneira fica aí a contribuição. Não é um documento secreto, é um documento público, eu xeroquei lá no Palácio dos Bandeirantes, mas de alguma forma eu acho que pode, os membros da Comissão sabem melhor do que eu, esse tipo de investigação não se faz com placa pré-moldada, isso é tijolo e tijolo, é uma pedrinha, um grão de areia e outro grão de areia. De qualquer forma achei que isso poderia ajudar no trabalho dos Srs. na Comissão.

Eu estou à disposição, como eu disse no início, não imagino que alguém esperasse que eu pudesse trazer informações mais importantes sobre o caso do Luiz Eurico, mais importantes do que a própria Suzana trouxe, mas de qualquer forma até para que a Comissão pudesse ter uma noção do que eram as circunstâncias desses fatos que aconteceram, espero que eu possa ter dado a contribuição.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Fernando, o Deputado Airton Soares quer fazer uso da palavra, mas antes de abrir a palavra para o Airton primeiro eu quero ver se você não quer assumir voluntariamente, como Ex-Deputado dessa casa, um assento na Comissão da Verdade, visto que ela não é muito prestigiada aqui no quorum por outros Deputados. Mas desculpa essa brincadeira que eu fiz para dar essa relaxada. Deputado Fernando Moraes, tem um aparte que não entrou para o capítulo da memória política da reconstituição que foi investigada pelo Deputado Roberto Gouveia que era a venda da glândula hipófise no IML pelo Harry Shibata e pela Promovit, que o Roberto Gouveia investigou no capítulo da saúde e tal, que é um material que o Roberto trabalhou para chuchu e nós estamos com dificuldade de encontrar esse material. Não chegou a ser uma CPI, mas o Roberto Gouveia trabalhou muito tempo. E agora com a morte do Abramovich, e você é um homem organizado, nós tentamos contato com o Roberto Gouveia e não conseguimos, para tratar desse

assunto, e como você é uma pessoa dos mais organizados na relação com o arquivo, eu pediria se você pudesse nos ajudar, tanto com o pessoal do Carlão como do Serginho, a recuperar. O pessoal do Levante Popular e outras associações fizeram uma manifestação na porta do apartamento do Zé Maria Marin, e por incrível que pareça, e que pese a Dra. Rosa não está aqui, mas está a Maria Rita Kehl, é uma vergonha para o Estado brasileiro que o Presidente da CBF que foi a pessoa que dos arquivos que você me orientou para ler, o Zé Maria Marin e o Wadi Helu fizeram 15 dias de pronunciamentos consecutivos pedindo a cabeça do Vlado e de todos os jornalistas da TV Cultura que coincidiu com a morte de todas as pessoas que ele chamava de TV Viet-Cultura e hoje esse Sr. é o Presidente da CBF. Imagina a Presidente Dilma e o Estado brasileiro terem que entregar a Copa do Mundo e a coordenação da Copa do Mundo no Brasil para uma pessoa que foi quem mais bateu o bumbo com o Wadi Helu para a prisão do Vlado e sua consequente morte. E naquela semana, naqueles arquivos que você me orientou, eles fizeram uma homenagem ao Fleury.

Então, eu quero passar a palavra para o Airton, mas eu gostaria que a Suzana está aqui e ela já se preparou muito e todos nós, e é o primeiro, se depois a gente poderia falar um pouco do Luiz. Com a palavra, o Airton Soares.

**O SR. AIRTON SOARES** – Eu não quero fazer uso da palavra. Quero simplesmente fazer um aparte daquilo que você disse, sobre a documentação que você traz que é da maior importância, e quem é que legalizou o espaço ocupado então nesses órgãos que atuavam até então na clandestinidade. Eu quero remontar e trazer um depoimento meu que pouco divulguei até hoje, mas quando estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde nós éramos permanentemente perseguidos pelo CCC, que era um misto de estudantes de extrema direita, mas com agentes do DOPS e outros agentes dos órgãos de segurança das Forças Armadas, eu fui preso no Largo de São Francisco depois de uma manifestação que nós estávamos fazendo, assistido a distância pelo CCC e por esses outros agentes, fui preso e conduzido para o QG do 2º Exército na sede da Polícia do Exército. Isso se deu da seguinte forma, tinha havido



uma manifestação no Largo e depois dessa manifestação do Largo nossa o CCC perseguiu uma das pessoas que tinham assistido a manifestação, que tinham me procurado, era um cidadão atarracado, baixo, com uma maleta que dizia para mim, pode ir firme que eu te cubro, quando eu subia para falar na tribuna livre. Eu não dei importância a isso, mas percebi que isso assanhou esse pessoal do CCC em função dessa presença ali.

Voltei para a faculdade, quando saio de novo um dos líderes do CCC que era um estudante chamado João Marcos Flaquer, ele chega próximo, na frente da faculdade, tira um revolver, uma pistola 45 e me disse, você está preso em nome da Aeronáutica. E eu disse, é brincadeira João Marcos. Porque ele era meu colega de faculdade, tinha até sido calouro dele. Que brincadeira é essa? E ele, isso não é brincadeira, é muito sério. Fique quieto e me acompanhe. E eu fui acompanhando ele. Para a minha sorte um estudante comunicou o Presidente do 11 de Agosto e aí já houve uma mobilização ali dentro em função dessa minha prisão ali. Aí eu via que o João Marcos, alguém chegou nele e ele então pede que viesse uma viatura para nos conduzir até um local que eu não sabia onde seria, mas vem uma viatura. E uma viatura da Aeronáutica, e nos conduz porque a essa altura, enquanto esperava esse transporte, um ou outro colega meu de faculdade que saía do trabalho ali no Daae, se acerca e diz, o que é isso? Marcos ali com o Airton? Isso é estranho. Não tínhamos nenhuma razão para estarmos ali. Era um colega chamado Hermes de Paula Araujo que disse, você também está preso. Então, fomos os dois conduzidos para esse Quartel do 2º Exército que obviamente funcionava como um dos primeiros núcleos em São Paulo daquilo que era chamado de Operação Bandeirante.

**O SR. FERNANDO MORAIS** – Já aqui do Ibirapuera ou ainda lá no centro?

**O SR. AIRTON SOARES** – Era aqui no Ibirapuera. Funcionava ali. E que depois então a evolução foi transferir essa atividade para essa área que você documentou aí que não era a Rua Tutóia com Tomás Carvalhal. Eram exatamente as duas de trás. A confusão que se fazia é porque havia uma Delegacia na Rua Tutóia, que era uma Delegacia normal do bairro da Vila Mariana que ficou sendo visto como uma Delegacia, mas que era separada, não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Essa Delegacia tinha uma atividade normal. Atrás dela que se montou nesse espaço aquilo que se fazia clandestinamente e dessa repressão clandestina eu posso te dar esse testemunho hoje de como é que a coisa funcionava. A Aeronáutica envolvida nisso. Mais tarde eu fazia parte então daqueles que deviam ser objeto de investigação da Aeronáutica. Outros fatos que não cabe aqui relatar mostraram que sempre as informações ao meu respeito eram levadas para o órgão da Aeronáutica, o CISA, que era um dos órgãos que atuavam em conjunto com o CENIMAR e o SIECS e que tinha em São Paulo com o DOPS uma perfeita interação. E que não o faz na época do Delegado Fleury a aproximação do Fleury e DOPS era muito mais que o CENIMAR, e há muitos casos em que obviamente a gente desconhece de investigações feitas, CENIMAR Fleury que não eram levadas imediatamente ao DOI-CODI já estabelecido aqui, porque havia uma disputa para saber quem era mais competente em tortura, repressão e o diabo a quatro. E o Fleury então atuava protegido fundamentalmente pelo CENIMAR de São Paulo. Então, eu fiz questão de fazer esse registro para lembrar como eles foram se estruturando. Isso foi em 68 e desde aquela época a repressão clandestina já atuava no meio estudantil, no meio cultural e no meio operário metalúrgico de São Paulo, reprimindo ilegalmente, irregularmente e clandestinamente. Era só para contribuir aí.

**O SR. FERNANDO MORAIS** – Presidente, se o Sr. permitir. Eu me lembro, por exemplo, que o Ricardo Carvalho há pouco tempo juntamente com o Ivo Herzog, filho do Vladimir Herzog estava montando um documentário sobre a imprensa alternativa do Brasil, e eu fui fuçar a papelada que guardava, e descobri um dossiê gordo, robusto, cujo original está aqui e eu tenho uma cópia na minha casa já um pouco

apagada, mas um dossiê sobre como o Centro de Informação do Exército montou uma operação com a utilização da Receita Federal, da Delegacia do Trabalho, de Delegacias Federais para silenciar a imprensa alternativa. Para não parecer que estavam reprimindo o conessor dentro da redação, eles mandavam o fiscal da Receita Federal lá e absolutamente não se pagava nenhum imposto, as coisas funcionavam em porções, jornais absolutamente, não eram clandestinos, mas eram jornais absolutamente miseráveis. Ninguém tinha recursos. Eu trabalhei em quase todos eles e ninguém recebia, ninguém era sustentado de salário e a Delegacia do trabalho ia lá e exigia que a empresa nos registrasse sob pena de fechar. Eu me lembro que o primeiro a ser fechado como parte dessa operação era o jornal da convergência socialista dirigido pelo Marcos Faiman, chamado Versus. Foi o primeiro a ser vítima disso. O CEIECS interrompeu essa mega operação ao do momento que a Comissão de Direitos Humanos daqui da Assembleia Legislativa tornou público isso. Esse dossiê está aqui à disposição da Comissão. Se houver dificuldade para localizá-lo, como eu tenho uma cópia eu posso indicar data e tudo mais. E finalmente para encerrar, para não me estender mais, quando o Deputado Airton Soares se referia a OBAN, eu me lembrei que a última entrevista dada pelo Governador Abreu Sodré como Governador de São Paulo antes de ele entregar o poder para o Paulo Egidio Martins se não me engano, eu fui pelo Jornal da Tarde fazer uma longa entrevista com ele do tipo ping pong, que foi a última página do jornal naquele dia. Lá ele reconhece orgulhosamente ter sido criador da Operação Bandeirante. Tudo bem, é uma pessoa que já está falecida, mas de qualquer maneira para o registro da história, quando os nossos tataranetos estiverem lendo a história é importante que saibam disso.

**O SR. AIRTON SOARES** – Desculpe interromper, mas na minha narrativa ficou um fato pouco esclarecedor, que é a presença desse cidadão que chega para o estudante e diz, pode falar na tribuna que eu te dou cobertura. Esse cidadão depois foi perseguido por esses elementos do CCC junto com o DOPS, e esse cidadão corre e sai pela Rua Riachuelo e o CCC na troca de tiros tentando prendê-lo, atinge um cidadão que estava em um ponto de ônibus que deu origem a um inquérito policial que

obviamente foi arquivado por falta de autoria. Esse cidadão morreu ali e esse que me procurava entra ali na Praça da Bandeira e no meio do povo ele desaparece. É por isso que eu fui levado para esse local, porque eu fui o último que os jovens que estavam ali representados viram conversando com esse cidadão que eu não sabia quem era.

**O SR. FERNANDO MORAIS** – O assassinato do operário Santo Dias, por exemplo, a Assembleia Legislativa tem registros precisos de um Oficial da Polícia Militar, Capitão da Polícia Militar comandando um grupo de Soldados da tentativa de sequestrar o cadáver do Santo Dias no necrotério de Santo Amaro que foi impedido porque por mera casualidade estávamos lá o Deputado Eduardo Suplicy e eu. Atravessamos os carros da porta do necrotério de Santo Amaro para impedir que a Polícia Militar fosse lá sequestrar o cadáver do Santo Dias muito provavelmente para eliminar a identificação de quem o havia assassinado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – A gente então podia passar para a Suzana de novo, e se você quiser na sua fala retomar aquele trabalho do Roberto Gouveia, de quando você acompanhou o trabalho junto com a Amelinha.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Eu só queria falar do Deputado Roberto Gouveia. Eu não lembro especificamente dessa questão da venda de órgãos, agora tem certamente aqui nos arquivos da Assembleia Legislativa toda a investigação que nós fizemos junto com ele em relação ao manicômio do Juquerí. Era o Secretário de Saúde João Iunes, que ano pode ser isso?

**O SR. FERNANDO MORAIS** – 1982, já era no Governo Montoro, senão vocês não teriam acesso.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - O Francisco Drummond que era psiquiatra diretor do Juquerí, ele nos procurou dizendo que tinha uma pessoa lá que se dizia preso político.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Era a Amelinha?

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Não. Não era nenhum dos presos políticos, mas certamente era alguém que conviveu com presos políticos por toda a história que ele contava. Ele reproduzia com muita fidelidade a história de algum preso político. Então, imaginou-se que ele tinha convivido com algum preso político e absorvido aquela história. O manicômio tinha um cemitério absolutamente clandestino que deve ter até hoje. Nós tínhamos o conhecimento do Juquerí para uso de internação de presos políticos. O Antonio Carlos Melo esteve lá, outras pessoas também a gente sabia que tinham estado lá. Então, nós fomos fazer um trabalho de leitura dos processos do Juquerí, que eu acho que foi uma das piores coisas que eu já fiz na minha vida, porque a gente não tem estrutura emocional para ler aquilo. Foi horrível. A gente tinha que ler os processos como um todo para tentar ver se a gente achava alguma informação nas

entrelinhas, que a gente sempre procurou, para ver se a gente identificava aquela pessoa como desaparecida.

No meio dessa documentação que a gente examinou, na época aquilo tudo ia ser posto no lixo e eu não sei o que foi feito daquilo, foi encontrado uma prescrição médica do uso de escopolamina para os presos, que era considerado pelo que eu me lembro, um soro da verdade. Então, aquilo era receitado para os presos políticos. A gente achou um ofício do diretor Paulo Fraletti, o Roberto Gouveia fez um trabalho para uma Comissão. Não era uma Comissão de inquérito. Eu não sei como chamava a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT – Comissão de Estudos.**

**A SRA. SUZANA LISBOA -** Dentro da casa durante muitos anos onde deve estar também essa parte dos órgãos que eu não me lembro disso. E nós acabamos também não encontrando nada naqueles arquivos e não conseguimos terminar a busca porque a cabeça não aguentou. Era muito difícil a gente ler aquilo, o sofrimento de cada pessoa, a miséria, eram muito pesadas. A gente começava a ler, chorava meia hora, voltava a ler e chorava mais meia hora. Foi muito difícil. A gente não conseguiu terminar aquela reportagem no Juquerí. Então, eu tentei me ater ao caso do Luiz Eurico e acabei passando por cima de muitas das investigações que enquanto Comissão de Familiares nós fizemos nesses anos todos, que de repente podem auxiliar o trabalho da Comissão. Mas certamente o manicômio judiciário do Juquerí é um desses lugares onde houve internação de presos políticos e onde houve em uma época denúncia de que Davi Capistrano teria passado pelo hospital do Juquerí. Então, uma das coisas que a gente buscava nesses registros era se alguns dos nossos desaparecidos tinham sido colocados lá com o nome falso. E pudesse estar enterrado ali no próprio cemitério que é uma coisa informal.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Complementando isso, Suzana, tem um pedido de informação do Comandante do destacamento da Polícia Militar que fazia a segurança do manicômio judiciário, do diretor que era o Paulo Fraletti ao Almirante e médico psiquiatra, em que ele pergunta quantos presos políticos estão no nosocômio, que é o manicômio. Só temos essa pergunta, não temos a resposta. Então, deduz-se que havia presos políticos não só o Nelinho como o Aparecido Galdino, que era um líder messiânico que era um preso político, e também o Antonio Adolfo de Castro, que era um dos fundadores da ALN que foi enlouquecido também na tortura como o Nelinho, e foi levado para o manicômio judiciário. Antonio Costa Pinto, ele ficou lá no manicômio durante vários anos, como o Nelinho também ficou durante vários anos, e o Nelinho só é retirado de lá quando houve a abertura política. Ele sai em dezembro de 1976 já no processo chamado de abertura lenta, gradual e segura do General Geisel. Então, só para registro que o manicômio judiciário é um local que deve fazer uma investigação, porque ele foi usado como aparelho de manutenção de presos políticos.

**O SR. FERNANDO MORAIS** – Me desculpem a falta de método, mas eu acho que é preferível assim do que deixar de fazer registros. Há indícios fortes de que um dos sequestradores do Jurista Dalmo Dallari tenha sido o Tenente Coronel Carlos de Carvalho que chefiava o serviço secreto, serviço reservado da Polícia Militar que era conhecido pela alcunha de Taturana pelo bigode, tinha um bigodão. E que nós trouxemos aqui na Assembleia Legislativa. Ele foi intimado por uma Comissão de Inquérito que apurava as responsabilidades do Governador Maluf e do comando da Polícia Militar no espancamento de Parlamentares populares em um ato da Freguesia do Ó, ficou conhecido como Ato da Freguesia do Ó. O Governo Itinerante do Paulo Maluf na Freguesia do Ó onde foram espancados o Deputado Geraldo Siqueira e Sergio Santos, que, aliás, morava na Freguesia do Ó. O comando dessa operação, nós

identificamos quase todos que batiam e trouxemos aqui, e o comando estava a cargo do Tenente Coronel Carlos de Carvalho, chefe do serviço reservado da Polícia Militar que depois disso foi promovido, talvez por esse mérito, promovido a Coronel pelo Governador Paulo Maluf. Há indícios que ele tenha sido um dos sequestradores do jurista Dalmo Dallari. É muito fácil comprovar isso, basta levar fotos dele ou retiradas do prontuário dele na Polícia Militar ou retiradas dos arquivos daqui da Assembleia Legislativa, porque quando ele veio depor aqui, ele foi fatalmente fotografado. Eu acho que isso é importante também. São dois elos juntando a máquina Oficial com operações clandestinas como a do sequestro do Dalmo que justificou inclusive homenagem a ele feita pelo Papa João Paulo II.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Quando da visita do Papa que o Dalmo Dallari foi sequestrado, o José Carlos Dias.

Suzana, nós conseguimos achar o vídeo. O vídeo estava fora, nós conseguimos, estava no arquivo do Marcelo Zelik e o pessoal da assessoria ia apresentar o vídeo falando da vala de Perus, estava muito difícil. Como nós conseguimos, nós vamos encerrando já...

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Eu só gostaria de pedir a Rosa e a Maria Rita se tem alguma pergunta a me fazer, se eu não fui clara em alguma coisa que eu possa esclarecer. Enfim, que outra informação que eu puder acrescentar.



**A SRA. ROSA CARDOSO** – Eu acho que sua exposição foi muito clara. Eu tinha pedido já também o relatório que tinha sido preparado sobre o caso, e que fica preparado. É um documento que já está pronto, que foi preparado pela Amelinha, o Ivan, o Deputado Adriano Diogo, então, eu propriamente não tenho dúvidas. Eu tenho as dúvidas que você tem. Eu me pergunto como isso aconteceu efetivamente. Até hoje a gente não tem uma história absolutamente clara sobre o que aconteceu. Eu acho que essas dúvidas a gente não vai poder sequer, nós não vamos responder a isso também quando nós chamarmos pessoas para responsabilizar por esses fatos. Essa é uma perda que eu não sei como a gente vai recuperar, porque todos nós queremos saber em relação a um familiar, um ente querido, como foi até o fim. Isso eu acho que a gente não vai poder saber. Assumo isso previamente como perda. Tem muitos outros ganhos nessa história e é isso que a gente está tentando produzir. Eu tenho essas dúvidas que você tem também, que você levanta, que você se refere a elas. Essas dúvidas que você tem de não saber uma porção de coisas. Mas eu acho que do ponto de vista da exposição, ela foi muito clara.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Então, como eu poderia, eu tenho algum procedimento a fazer através da Comissão da Verdade ou não em relação a pelo menos mudar o atestado de óbito do Luiz Eurico, que até hoje consta como suicídio. Em função desse laudo pericial, que ele está sendo encaminhado assinado pela própria Comissão. Eu tenho uma cópia dele. O (ininteligível) me disse que também tinha visto o laudo e achou inquestionável. Que procedimento eu poderia fazer, através da Comissão ou eu tenho que fazer juridicamente para que pelo menos, eu nunca vou saber como ele morreu, quem matou, provavelmente vou morrer com essa dúvida, mas pelo menos eu não vou ter no atestado de óbito a versão de suicídio.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Eu acho que você pode encaminhar a Comissão com solicitação. Se nós precisarmos de algum apoio seu, de alguma questão que você levante para a gente nós vamos lhes dizer. Eu acho que esses casos vão ter que ser pensados pela Comissão um a um, não são fáceis porque o Herzog nós conseguimos mudar. Conseguimos uma decisão que nós pensávamos que não haveria recursos em relação a ela. A decisão foi até comemorada, foi feito um cartaz, foi um prêmio para esse cartaz, houve uma comemoração em uma noite de comemorações, e, no entanto houve um recurso e nós estamos fazendo a correlação desse recurso e dizendo de duas questões fundamentais pelo menos, que é o respeito, a fidelidade, a sentença, a união e reconhecer que a morte dele...

**O SR. FERNANDO MORAIS** – O recurso do Ministério Público?

**A SRA. ROSA CARDOSO** – O recurso do Ministério Público, mas é de um outro Ministério Público que não é o Federal que tem aquela Comissão de Direitos Humanos. É o Ministério Público Estadual. Então, nós estamos cobrando que em função da fidelidade a sentença, que declarou que a União foi responsável e que a morte foi por prisão e maus tratos e também pela verdade material que toda opinião pública conhece, que mais jornalistas na época e comunicadores fizeram no momento, enfim, por várias razões de ordem política que retrata essa inverdade material, que essa é a medida. Mas quem vai julgar isso é o Juiz Corregedor. Mas o que eu quero dizer é que é uma luta ainda. Tem os que estão do outro lado. Tem os que têm uma visão da realidade. Então, nós temos que alcançar isso, lutar por isso, conseguir isso. E no caso dessas mudanças de atestado, não vai ser uma coisa fácil. Ela é muito simbólica. Essas mudanças são muito simbólicas, mas encaminhe que nós vamos lutar por isso.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - (ininteligível) uma entrevista do Presidente da Comissão, Marco Antonio Barbosa, junto com a Ministra Maria do Rosário dizendo que iam mudar mais de 400 atestados de óbito. Eu fiquei muito assustada com isso, até porque nós questionamos muito a atuação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, não foi à toa que eu me retirei dela. E eu acho que isso não pode ser assim. Em relação aos mortos e desaparecidos políticos, nós não queremos que mude o atestado de óbito de ninguém que o corpo não foi localizado. Se a Comissão estiver fazendo isso, ela vai estar nos prejudicando do ponto de vista jurídico pelos avanços que nós temos tido (ininteligível). Então, como a nossa instância para nós hoje é a Comissão da Verdade, e eu acho que falo aqui pela Rosalina, Laura, Criméia, Denise, Ângela, que são os familiares que estão aqui que tenho certeza que não concordam com essa decisão e dessa manifestação da Ministra e da Comissão.

**A SRA. ROSA CARDOSO** - Da Comissão, eu não tenho notícia que houve pronunciamento da Comissão, até porque para haver pronunciamento da Comissão...

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Não foi da Comissão da Verdade, foi da Comissão de Mortos e Desaparecidos.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Sim. Aí nós não temos também uma ingerência, mas eu acho que também se ele entender, eu não sei se ele expressou a vontade de que pudesse em algum momento, a partir das descobertas que fossem feitas, mudar. Se ele

estava dizendo isso, se houve fidelidade ao que ele disse por parte da imprensa. Mas de qualquer forma eu acho que é fundamental que ele seja procurado para que seja esclarecido isso. Mas de qualquer forma nós não estamos nesse particular, atuando com ele e nem fizemos esse tipo de declaração.

**A SRA.** – Nós temos uma boa interlocução com o Marco Antonio Barbosa, então, acho que também podemos conversar com ele sobre a inconveniência de ser feito dessa maneira. Então, aí simplesmente passou uma borracha, virou a página e encerram-se as pressões pelo estabelecimento das verdadeiras condições da morte. Eu acho que ele deve ser sensível a isso. Eu não sei por que ele falou que ia mudar os 400, não tenho a menor ideia disso, mas eu acho que a Comissão pode fazer essa interlocução com ele. E a outra coisa, rapidamente já que você perguntou para nós duas, eu acho que muito importante do seu depoimento não é a questão de você ter trazido ou não novidades. O Luiz Eurico é um dos encontrados, mas eu acho que o importante do que você diz é cada vez que a gente ouve uma nova pesquisa dos familiares, é a importância que a Rosa falou, é um confronto, não é fácil, mas é a Comissão não desistir da abertura de arquivos.

Esses arquivos destruídos, quer dizer, o importante é a Comissão não se conformar com isso. Temos que achar a ordem de destruição, temos que achar o responsável porque talvez o único recurso que ainda exista para esclarecer os muitos recursos que ainda exista sobre esses desaparecimentos sejam esses arquivos. Então, o importante é a Comissão ter um compromisso. Nem é a minha área na Comissão, eu estou com os camponeses e indígenas que também tem arquivos, mas o importante é que a Comissão até o fim não aceite essa versão, e se for o caso no fim, no relatório final ainda denuncie isso como uma versão que a Comissão não pôde aceitar. Mesmo porque, sem os autos de quem ordenou destruir e etc., nós não vamos aceitar. Isso fica uma informação de boca e não é confiável.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Com a palavra, o Airton Soares.

**O SR. AIRTON SOARES** – Olha, eu tenho a incumbência de entregar às (ininteligível) da Comissão Nacional. Um documento exaustivamente trabalhado e compilado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão essa que temos ligações muito antigas, desde a primeira vez em plena Ditadura essa Comissão foi responsável pela ida de familiares de políticos no Congresso Nacional fazer a denúncia que depois fundamentou no pedido de CPI na Câmara dos Deputados para apurar os mortos e desaparecidos. Então, fico honrado em poder entregar para vocês esse documento que a Comissão elaborou sobre o Luiz Eurico Tejero Lisboa, na certeza de que será encaminhado para que possa receber a devida apuração. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Em seguida a entrega do documento, queria passar a palavra, Ricardo Carvalho. É uma das testemunhas desse depoimento da Suzana, ele acabou de chegar. Com a palavra, Ricardo Carvalho. Fica a vontade. Já pode falar direto sobre a sua participação no caso, porque a Suzana quando fez o relato, ela já te citou várias vezes e tal. Até a gente estava dando um tempinho para você entrar no clima, mas a gente queria ouvir seu relato direto. Obrigado.

**O SR. RICARDO CARVALHO** – Pois não. Eu sou jornalista e costumo dizer que mais do que jornalista, eu sou repórter, porque durante muitos anos da minha

carreira como repórter de direitos humanos na Folha de São Paulo, na TV Cultura também, no Jornal da República e na Isto É, eu pelas circunstâncias profissionais daquele momento eu tinha como fonte de informação nada menos do que Dom Paulo Evaristo Arns, no colo de quem caíam todas as denúncias pela América Latina inteira. E ele me chamava, e a Folha naquele momento dava espaço para esse tipo de reportagem, e nós fomos avançando até que o Luiz Eduardo Greenhalgh, da Comissão de Direitos Humanos da CURIA, me chamou um dia lá mesmo, eu só quero dar um pouquinho essa circunstancia. Ele me chamou na sala da Comissão de Direitos Humanos e disse, Ricardo, acho que estamos perto de encontrar um corpo de um desaparecido político, e pelo que a gente dá conta é o primeiro e tal. Você topa fazer a reportagem? Aí eu costumo dizer que a reunião de pauta começou imediatamente.

E aí fomos atrás, o Ivan estava junto com a gente nessa empreitada, mas me lembro muito bem de eu, Suzana e Luiz Eduardo, o Ivan como sempre do lado da gente, indo procurar as circunstâncias do assassinato do Tejero. E estava junto da gente como fotógrafo o Helio de Campos Melo que era repórter fotográfico e hoje é editor da revista Brasileiros, e nós começamos a tatear, correr atrás. Procura daqui e procura dali, chegamos em uma pensão na Rua Conselheiro Furtado no bairro da Liberdade onde como jornalista e como repórter. E foi uma emoção muito grande para mim como repórter, a gente vai chegando perto de encontrar o objetivo daquela reportagem, e mais ainda a emoção que a Suzana passou ali, foi uma coisa impressionante quando nós encontramos ali as evidências do assassinato do Tejera Lisboa naquela pensão. Tiros no teto, a emoção das pessoas que nós entrevistamos. Uma moça se abraçou com a Suzana quando descobriu que aquele caso acontecido tantos anos antes estava sendo desvendado e que tinha essa importância política para aquele momento. Então, dali como repórter, o repórter quando vê esse tipo de coisa, ele enlouquece. Ele quer saber tudo, vai atrás, pergunta. E nós chegamos a essa evidência dos tiros na parede. E eu estava em transição do Jornal da República para a revista Isto É e quando o Mino Carta me chamou, o editor da revista me chama e fala, como é essa história aí. A gente faz o que a gente chama de jornal falado para a chefia de reportagem, a gente vai narrando o que é e o Mino foi se impressionando e aquela reportagem acabou capa, aliás, uma capa muito forte e muito bonita do ponto de vista gráfico da revista Isto É, e ali a gente narra o que aconteceu. Mais detalhes dessa reportagem está nesse livro aqui, 'O Cardeal e o

Repórter', que eu acabei escrevendo em uma compulsão de contar às coisas que foram acontecendo na minha função de repórter de direitos humanos, essa história está narrada em mais detalhes aqui, e outras histórias que eventualmente poderão interessar a Comissão da Verdade, só para citar rapidamente, como o preso político brasileiro que estava no manicômio em São Paulo e que foi retirado por conta, obviamente, da ação de Dom Paulo Evaristo Arns, e por conta da reportagem que nós fizemos ao descobrir o caso. O Aparecido Galdino Jacinto é uma história também impressionante do ponto de vista político e jornalístico obviamente, e que eu narro aqui que quero deixar esse livro com a Comissão porque tem outros relatos, obviamente, que poderão interessar a vocês.

Eu fico a disposição de perguntas, o que mais eu poderia detalhar, fico a disposição.

A matéria em si. Quando nós entramos naquela pensão, eu me lembro como se fosse hoje, nós estávamos com muito receio até porque o portão estava aberto. Aí então já sabem da gente. A gente sempre tinha esse certo receio de que o DOPS já sabe. Eu pelo menos tinha esse receio porque conversa daqui e conversa dali. Quando nós entramos por aquele corredor, nós fomos caminhando no corredorzinho estreito, quando nós subimos o primeiro degrau, nós encontramos o marido da dona que disse que ninguém ia falar sobre nada ali. E aí essa Sra. uma moça de personalidade forte, quando encontrou Suzana ela se emocionou, começou a lembrar do caso, chamou a dona da pensão e criou um clima que não tinha mais volta. Tinha que contar aquela história. E eles começaram a narrar como tinha sido aquilo. Que o Tejera estava quase que em uma edícula, em um quarto fora do prédio da própria pensão, e começaram a narrar que eles encontraram a polícia, era uma polícia camuflada, não era a polícia Oficial fardada da capital, entrando, procurando e atirando. E todo mundo ficou fechado nos seus quatinhos com medo do que estava acontecendo. Quando o barulho acabou eles saíram e olharam pelo vidro e viram um corpo estendido na cama, ensanguentado e quando eles entraram, as pessoas que estavam ali entraram. A polícia saiu e falou algo como, vamos limpar o sangue desse local aqui. Porque tinha muito sangue naquele quarto.

Eles começaram a limpar, espremia pano em uma bacia tentando limpar o ambiente do jeito que estava, eu não me recordo agora como o corpo foi tirado de lá. Eu

não me lembro. Você lembra, Ivan? Não é o caso. Mas enfim, eu não me lembro exatamente como eles narraram que o corpo foi retirado.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Esse detalhe é realmente importante, porque em um segundo momento surgiu à versão no inquérito de que o corpo teria sido chutado. As pessoas não mantiveram essa história depois. Assustadas, a história que contaram a vocês depois não foi mantida, não é isso? É o que Ricardo não acompanhou. A Suzana contou isso. Você pode narrar para ele?

**A SRA. SUZANA LISBOA** - É que depois que nós fomos à pensão, quando eles narravam que ele teria morrido ali, eles sempre mantiveram a versão de que ele se matou, de que chamaram a polícia. E depois na fase de reconstituição de identidade é que quando eu fiz a primeira exumação e o corpo não tinha o tiro no crânio, não correspondiam às características do que tinha sido necropsia do, e tinha fraturas, eles quando foram ouvidos de novo pela polícia na reabertura do inquérito disseram que o corpo havia sido chutado na escada para tentar justificar. Isso tanto a Maria de Lourdes, a moça que primeiro reconheceu ele, essa história que chorava. Você se apresentou como irmão dele, eu era a mulher dele, o Nelson Bueno. E aí ela e a dona da pensão modificaram o depoimento. Esse cidadão que não queria falar nada, a gente teve informações de que ele chama Silvestre Borgia, era o zelador da pensão e ele era um informante da polícia. Todo mundo dizia isso. Ele mesmo falava que ajuda a polícia sim. Essa fase da mudança do depoimento deles você não acompanhou.



**O SR. RICARDO CARVALHO** – A revista deu a reportagem e a gente como jornalista, eu sabia da exumação, sabia de uma ou outra coisa, mas jornalisticamente a gente não acompanhou mais. A revista não acompanhou mais e eu também não. Talvez por isso que não sabia. Esse ‘depois’, porque eu não acompanhei mais o caso.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Então agora para a Suzana, que não terá esquecido como foi a versão que ela deu na hora sobre a retirada do corpo, só para ficar aqui registrado outra vez.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Eles disseram que ao ver o corpo, espiarem pelo basculante e ver o corpo deitado, eles chamaram e o quarto estava fechado por dentro, eles empurraram a chavezinha assim na porta, tiraram com o jornal, a polícia teria feito isso. Entraram no quarto e depois retiraram o corpo normalmente, que a polícia teria levado. Essa era a versão de chutado pela escada, porque era no primeiro andar, só aparece depois, em uma fase do inquérito policial quando o tal corpo tinha fraturas e o Delegado acintosamente ele induz as pessoas a dizerem isso. A leitura dos depoimentos é nesse sentido. Eu não fui ouvida em nenhum momento.

**O SR. RICARDO CARVALHO** – Eu tenho uma recordação de quando a polícia teria chegado, a outra polícia, a Polícia Oficial chegou, quando eles viram o crime eles ficavam muito inseguros do que fazer.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - É que depois que saiu a matéria na Isto É nós não voltamos a pensão, eu pelo menos não voltei a pensão porque nós enganamos aquelas pessoas, de que a gente estava fazendo uma coisa que era para mostrar para a mãe, estava gravando depoimento. Então, a história de que ele teria mais de uma identidade, que era terrorista, que a polícia chegou e tirou todo mundo, e não sei o que, isso aparece depois já nessa fase de investigação. Mas eles não acrescentaram coisas suficientes para dizer o que aconteceu, a não ser esse vídeo do Caco que diz que eles entraram ali, mataram, lavaram o corpo e não sei o que, montaram a cena. Mas não é uma testemunha ocular. É uma testemunha indireta que soube dos moradores da pensão.

**A SRA. MARIA RITA KEHL** – Que ano saiu à matéria da Isto É? Queria saber também se as pessoas que estavam com medo de falar sofreram...

**O SR. RICARDO CARVALHO** – 1979.

**A SRA. MARIA RITA KEHL** – E você sabe se as pessoas que acabaram falando, achando que era família e tudo, sofreram algum tipo de pressão depois, de susto, vocês sabem alguma coisa de pessoas da pensão?

**O SR. RICARDO CARVALHO** – Não. O livro tem fotos. Eu não sei se chegaram a ser mostradas as fotos da Suzana abraçando essa moça que se emocionou muito ao vê-lo, a Suzana entrando na pensão e a capa da revista, ‘Aqui está enterrado um desaparecido’. Depois quem quiser ver tem as fotos.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Eu encontrei essas pessoas na época da reconstrução de identidade, no depoimento Oficial. E elas tinham muita raiva de mim. Elas demonstraram muita raiva porque, você não me disse o que era. E eu não podia dizer. Se eu fosse dizer eu estaria comprometendo a minha defesa para elas foi o seguinte, se eu estivesse dizendo alguma coisa eu até ia estar comprometendo vocês com uma história que não era de vocês. Eu queria que vocês dissessem o que aconteceu com o Nelson Bueno. E nem isso vocês conseguiram me dizer por que tinham medo de dizer, e estão mostrando que tinham medo porque mudaram o depoimento. Mas isso foi uma conversa comigo ali na antessala. E eles não se emocionaram a me dizer nada porque, eu acho que por medo. Com certeza até pelo Delegado que fez eles mudarem o depoimento deles. O Delegado fez eles disserem outras coisas que eles não tinham dito antes como, por exemplo, tinha mais de um documento, era terrorista, a polícia chegou dizendo isso. Isso para eles era uma justificativa de que tinha que fazer qualquer coisa. Se o cara era terrorista, entendeu? Então, eu senti essa pressão neles, mas também ficou por isso mesmo. O que eu podia fazer em plena Ditadura? Isso era Ditadura ainda.

Espero que eu possa ter contribuído.

Eu queria apenas fazer um registro rápido. Eu participei nesse final de semana em Rio Branco, no Acre, do 35º Congresso Nacional de Jornalistas, e que estão formando uma Comissão da Verdade. E eu citei a minha convocação aqui como algo inédito, algo inusitado ou algo importante. Eu até falei, eu sou jornalista. Eu não fui preso e nem torturado e a Comissão da Verdade me chamou como repórter e isso abre uma perspectiva do meu ponto de vista, muito interessante nas Comissões da Verdade que estão se formando Brasil afora, principalmente essas de jornalistas que participaram

como repórter de determinados eventos e que presenciaram a história de alguma maneira. Eu acho que isso é muito importante, é inusitado, eu acho que deveria chamar, o Caco Barcelos, a Inês Caravaggio do Estadão, são profissionais que tem ou tiveram acesso a informações. E, aliás, eu acho que isso foi uma ideia brilhante chamar jornalistas que estão aqui como repórteres, narrando o que aconteceu.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Você faz parte dessa Comissão?

**O SR. RICARDO CARVALHO** – Eles estão formando ainda. Eu fui a Rio Branco como representante do Instituto Vladimir Herzog por conta de uma homenagem a imprensa alternativa, era um projeto que estava sendo levado. E lá eles souberam da minha convocação aqui e pediram para eu falar como tinha sido essa convocação e tal.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Eu queria sugerir, eu acho muito importante essa mobilização que está havendo no país. Essa multiplicação de Comissões da Verdade, até uma Comissão em uma tribo indígena, a Maria Rita depois pode falar, surgiu sobre isso. Mas eu acho que nessas Comissões em que as pessoas integram, tem a possibilidade de escrever como é o caso dessa Comissão de jornalistas, eu acho que primeiro é importante que nos ofereçam, nos municiem de todas as informações que forem possíveis. É importante nós sabemos disso até para saber quem são as pessoas que estão nessa sintonia. Porque quem está na Comissão vai estar mais sintonizado nessa questão. Mas é muito importante também que os jornalistas façam uma pauta própria importante, que surgisse uma porção de relatos, relatórios, bons livros, bons textos didáticos sobre o que foi esse período. Que a Comissão da Verdade pudesse deflagrar esse tipo de

produção no país porque nossa história vai ser insuficiente. Na nossa história não cabe tudo porque é preciso em um determinado momento é fazer uma história que pode ser lida. A gente pode ter um conjunto de anais, a gente pode ter, me faltou agora à palavra, mas ter um texto principal e ter os outros textos. Os anexos, nós podemos até ter um texto principal e os anexos, mas os anexos nem sempre são muito lidos. E nós vamos até querer levar o nosso relatório para as livrarias. Quem frequenta livraria não é a pessoa do povo. Essa talvez não leia dessa forma, nós queremos produzir também por outra maneira, em outras mídias o relatório, e queremos colocar também nas livrarias. E não queremos fazer uma coisa enorme, porque isso não funciona também. Então é muito importante que as Comissões que puderem produzir os seus relatos falando com mais especificidade de algumas coisas, que façam isso.

**O SR. RICARDO CARVALHO** – Só para complementar. A Comissão proposta na reunião da FENAD, a Federação Nacional, quatro jornalistas que segundo eles não foram solicitados ainda, mas com certeza participariam, e dois de São Paulo, o Audálio Dantas e a Rose Nogueira, são dois jornalistas que vão estar nessa Comissão Nacional. Eu inclusive lá ofereci o trabalho que o Instituto Vladimir Herzog quer chamar dos jornalistas a atenção para essa Comissão o desrespeito aos direitos humanos, inclui a censura, algo especificamente que seja de jornalistas. O Instituto Vladimir Herzog preparou, o Fernando Moraes e a própria Maria Rita Kehl depuseram no sentido de resgatar a história nesse sentido no Brasil. então, o Instituto Vladimir Herzog lançou e tem os protagonistas dessa história. São 60 depoimentos de jornalistas que participaram de uma maneira ativa na imprensa alternativa, resistindo cada um a sua maneira. Tem ali o Brasil que obviamente que a gente coloca a disposição de vocês também, porque daí vão aparecer outras histórias e eu posso me comprometer de falar na FENAD ou fazer a ponte com FENAD levando essa sua sugestão.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Nós estamos indo já para os encaminhamentos finais dessa Sessão Solene. Suzana, você quer fazer alguma consideração final.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Nós vamos ver o vídeo ou não? É para eu falar antes de ver o vídeo?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Só para te explicar, está uma delegação de estudantes do nordeste aqui, do Levante Popular que eles estiveram aqui por conta de uma manifestação na porta do Zé Maria Marin, e eles estão sendo processados lá em Recife porque eles levantaram a história de um médico que participou do processo da Ditadura, e agora eles estão sendo processados. Então, eles vieram ler um documento para a Comissão Nacional. Então, se você quiser falar depois do vídeo também, tudo bem. Mas seria, você faria as considerações, eles leriam o texto aí todos nós assistiríamos ao vídeo e daríamos por encerrada essa sessão.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Por mim já pode abrir para eles. Da minha parte, não sei se eu falei o que eu gostaria de falar, mas falei o que eu consegui falar. Então, o resto fica para depois.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Mas você fica a vontade. Se você depois do vídeo tiver alguma coisa para falar, para acrescentar, fique a vontade porque essa manhã é exclusivamente sua.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Eu só acho que foi uma manhã extremamente importante para nós da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Desde a época que eu fiz a denúncia do corpo do Luiz Eurico até hoje, quantos anos se passaram e nós temos ainda as mesmas reivindicações que nós tínhamos naquela época. Nós queremos saber quem são, que os corpos sejam identificados, queremos saber quem matou, queremos as punições dos responsáveis, nenhuma dessas reivindicações foi atendida. Durante muitos anos nós fomos mal quistos e mal vistos, e até hoje somos especialmente em áreas que trata desse assunto dentro do Governo Federal. Isso é uma coisa que nos machuca todos os dias. Nós vimos recentemente um General envolvido na busca dos desaparecidos no Grupo de Trabalho Araguaia, que para nós é um terror, não é um grupo de trabalho. Ele violentamente reagir quando estava assistindo um vídeo (inaudível – fora do microfone) não sei o nome dele. E retirar da sala onde estava passando o vídeo os militares que estavam ali. Nós deixamos de participar do Grupo de Trabalho Araguaia. Eu cheguei a participar uma vez junto com os familiares em nome da Comissão dos Familiares para acompanhar a busca, e realmente aquilo é uma (ininteligível) a todos nós que buscamos ainda verdade e justiça. É uma vergonha o que está sendo feito, o dinheiro que está sendo gasto. É uma tristeza. A gente sabe que houve no exterior, na Califórnia foi identificado o DNA de oito ossadas e que o Grupo de Trabalho Araguaia não desenvolveu o resto do trabalho porque não queria dar ao laboratório da Califórnia o louro da identificação, então, não forneceu a eles o banco de DNA dos familiares e eles tampouco forneceram ao GTA a extração do DNA das oito ossadas que tiveram.

Então, para nós estar depondo na Comissão, e eu estou falando especificamente do caso Luiz Eurico e não consigo deixar de falar em outras situações, porque eu e a Laura tivemos sorte de achar os nossos familiares. A Laura faltam dois, e eu achei um,

eu tive essa sorte. E os outros familiares não tiveram. E o Governo nos trata com desdém e desrespeito até hoje. E especialmente o Grupo de Trabalho Araguaia.

**A SRA. MARIA RITA KEHL** – Eu não sabia sobre esses DNA da Califórnia. Podemos combinar que a Comissão da Verdade vai requerer então. A gente tem poderes legais de requerer esses exames de DNA e encaminhar para aqui.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - A Polícia quer comprar uma máquina que custa...

**A SRA. MARIA RITA KEHL** – Essa máquina já está sendo comprada.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Eles não estão procedendo aos exames porque eles querem ter a tecnologia para ter essa máquina. Durante anos nós não aceitamos que a Polícia Federal se envolvesse nas nossas buscas e nos exames de DNA porque nós sabemos que polícia é polícia. Porque a Polícia Federal não entregou os documentos que tinha, porque mantém os arquivos fechados, até hoje nós temos certeza que existe informações dentro do banco de dados da Polícia Federal através do sistema INFOSEG que eu tive acesso uma vez. Então, nós nunca aceitamos que fossem eles porque no nosso ponto de vista, o interesse dessas corporações persiste. Nós vivemos outro período, mas Exército, Marinha e Aeronáutica, Polícia Federal não limpam essa história, não enfrentam essa história, e ainda tem entre eles o (ininteligível) no meu



ponto de vista, de não abrir essa história. Porque recentemente no Governo Lula uma turma de Oficiais que se formou aqui em São Paulo pegou como patrono o Médici. O que esses estudantes estão aprendendo dentro da Escola de Formação do Exército para escolher como patrono um dos maiores assassinos dessa nação? É isso.

**O SR. FERNANDO MORAIS** – E a turma do ano passado de Agulhas Negras teve como homenageado o Almirante Rademaker, da Junta Militar, um dos três a quem o Dr. Ulisses se referia como os três patetas.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Criméia.

**A SRA. CRIMÉIA DE ALMEIDA** – É o seguinte, essas oito ossadas que foi retirado o DNA é um laboratório norte americano e ele não entregou isso a Polícia Federal. Ele conseguiu identificar o DNA das ossadas e precisava do banco de sangue dos familiares para fazer a comparação. A Polícia Federal, o Governo brasileiro ou qualquer coisa assim não entregou esse banco de dados e não a identificação, afinal de contas, os nossos familiares servem apenas como serviu na Unicamp, para se adquirir máquinas sofisticadas e tecnologia. Então, esse resultado não foi entregue a Polícia Federal, não tem o que requisitar. Agora, se essa máquina é comprada, sabe para que os nossos familiares mortos vão servir? Para eles treinarem, aprenderem a usar a máquina, depois tentarem tirar o DNA e depois comparar com o banco de sangue. Ou seja, mais 10 anos, mais não sei quantos anos quando a parte mais difícil havia sido feita na Califórnia. Por outro lado a Polícia Federal não precisa dessa máquina porque recursos para retirar DNA de ossos nós temos em laboratório aqui em São Paulo muito mais

barato. Custam seis mil reais a identificação do DNA de uma ossada. E essa máquina custa sei lá quantos milhões. Ou seja, nós, como fomos usados na Unicamp pelo Badan Palhares, nós estamos sendo novamente usados pela Polícia Federal, pelo GTA, por não sei quem. É isso.

**O SR. FERNANDO MORAIS** – Presidente, eu queria pedir permissão ao Sr. e aos demais membros da mesa para me retirar antes da exibição do vídeo. Eu tenho que buscar minha neta em uma escola na Santa Cecília e o trânsito de São Paulo está absolutamente caótico. Eu estava com o coração apertado aqui. Vou, não vou. Vou ter que me retirar, mas eu reitero a minha disposição para colaborar com a Comissão, sobretudo para verificar o que haja na Assembleia Legislativa que possa dar contribuição seja para a Comissão Nacional, seja para a Estadual. Com licença.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Com a palavra, o pessoal do Levante Popular. Se identifica para efeito de gravação.

**A SRA. JESSY DAYANE** – Bom dia. Sou de Sergipe. Na verdade o caso aconteceu em Aracaju. Sou militante do Levante Popular da Juventude, e aí a gente trouxe uma carta que a gente escreveu a Comissão da Verdade e queria publicizar e trazer o caso à tona do que está acontecendo lá, já que é um Estado pequeno e em geral o que acontece é ignorado, justamente por ser um lugar muito pequeno e a política não olhar para lá.

Aí eu vou ler a carta e a partir da carta eu posso explicar um pouco do caso.

“Nós, do Levante Popular da Juventude, em 16 Estados brasileiros, nos dias 26 de março e 14 de maio de 2012, com o calor dos debates acerca da composição da Comissão Nacional da Verdade, realizamos denúncias de agentes públicos que torturaram no período da Ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964. A forma de luta utilizada foi o escracho, que consiste em expor os notórios torturadores, em sua casa ou em seu local de trabalho, com manifestações massivas da juventude e ampla divulgação pela imprensa, notadamente pelas redes sociais.

Em Sergipe, denunciemos o médico Dr. José Carlos Pinheiro, atual diretor do Hospital e Maternidade Santa Isabel, que, nos tempos da Ditadura, “auscultava para conferir o sofrimento e até que ponto o ser humano aguentava as torturas”. Fizemos tal denúncia com base em ata da 85ª sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Aracaju, realizada no dia 20 de setembro de 1989, cujo trecho está transcrito acima, em que o então vereador Marcélio Bomfim fala sobre o caso, e também com base nos testemunhos dos militantes e torturados daquele período, que sempre relembram a participação do médico escrachado, sendo, portanto, um fato de domínio público. Além do ímpeto pela defesa da história real do povo brasileiro, por ser necessário rechaçar as práticas e agentes públicos que ferem nossa dignidade e soberania, manifestamo-nos por entendermos que a efetivação dos direitos à memória, à verdade e à justiça é fundamental para darmos passos largos à realização de mudanças mais profundas no nosso país.

Indignado com nossa postura, o escrachado ofereceu uma queixa-crime contra seis estudantes, a qual tramita no Juizado Especial Criminal de Aracaju, autos do processo nº 201245102302, sendo que nem todos os universitários listados participaram das manifestações. Trata-se de uma clara tentativa de criminalização e intimidação do movimento. Além disso, trata-se de um processo em que há a clara tentativa de ocultar de vez um retalho importante da história do Brasil, de Sergipe e de Aracaju. Afinal, para o escrachado, uma inocência poderia significar uma “borracha” nesse passado inglório.

Está em jogo nesse processo e no cenário político, portanto, além da legitimidade de o povo brasileiro lutar, os direitos à memória, à verdade e à justiça. Para consagrar tais direitos e avançarmos no desvelar da nossa história, fazemos um apelo ao povo brasileiro e às suas organizações, para que se solidarizem com a pauta, com o

nosso movimento e com os(as) estudantes processados Larissa Alves, Jessy Dayane, Tatiane Leal, Viviane Leal, Camila Almeida e Gilson Junior. Apelamos, também, à Comissão Nacional da Verdade, para que colabore com a elucidação do que aconteceu nas dependências do 28º Batalhão de Caçadores, no ano de 1976, e de quem “auscultava para conferir o sofrimento...”. Se necessário, provocaremos a Organização dos Estados Americanos (OEA) e sua Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para que o direito de lutar pelo restabelecimento da verdade durante a Ditadura Militar seja garantida ao povo brasileiro.

Pelo direito à memória, à verdade e à justiça! Para que não se esqueça; para que nunca mais aconteça!

Em solidariedade aos seis estudantes processados por se manifestarem contra a Ditadura Militar!

Levante Popular da Juventude. Aracaju/SE, 26 de outubro de 2012”.

A gente escreveu essa nota e enviou para todo mundo que a gente pode para receber apoio quando a gente fez escracho lá. Em vários Estados aconteceram o escracho e em vários Estados houve uma repercussão muito grande. Saiu nos jornais e na mídia em geral. Em Sergipe isso não aconteceu. Justamente por ser um Estado pequeno, os próprios jornais querem colocar, não querem se posicionar diante do caso. Então, ficou silenciado, ficou abafado. E aí o médico dentro dessa situação sabendo que a gente muito provavelmente não teria muito apoio fez essa queixa crime contra esses estudantes, e está conseguindo articular. Ele é articulado politicamente e está conseguindo intimidar a gente, intimidando assim o movimento para que a gente não faça mais nada contra ele, contra ninguém, e isso faz com que os militantes fiquem receosos de participar acerca da justiça, se afastem da luta por esse direito, além de criminalizar os militantes que estão sendo processados nesse caso. Eu trouxe o processo todo, impresso e xerocado, que a gente queria deixar nas mãos do representante da Comissão da Verdade, é um caso específico, e em todos os casos que a gente fez, nenhum agente da Ditadura foi de encontro. Nenhum no Brasil inteiro. Ele foi o único que teve a audácia de ir de encontro e processar os que estavam fazendo essa

manifestação. Aí está aqui. A gente agradece muito o espaço que foi aberto para a gente. E qualquer dúvida, estamos à disposição.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Eu queria dizer, eu sugiro a vocês, vocês já tem advogado?

**A SRA. JESSY DAYANE** – Temos. A OAB de Sergipe também declarou apoio.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – A OAB Federal, a OAB de Sergipe, e um advogado criminalista experiente. É importante.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Eu acho que tem que fazer desse caso uma denúncia nacional disso. Se a imprensa de Sergipe está impedindo a divulgação, podia pedir aos jornalistas aqui presentes que pudessem fazer uma denúncia a nível nacional. Eu acho que nós podemos tentar ajudar em uma matéria a nível nacional. O próprio recebimento pela Comissão da Verdade pode ocasionar nisso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Deixa eu organizar, primeiro o Ricardo vai entregar o livro. Faça a entrega formal para a Comissão da Verdade. Eu estou até um pouco atrapalhado. O Ernesto é filho do Manoel Dias do Nascimento. Quando na época da Ditadura, foi uma das crianças presas e sequestradas no regime militar. Você vai fazer a entrega de algum documento, Ernesto?

**O SR. ERNESTO CARLOS DIAS DO NASCIMENTO** – Meu nome é Ernesto Carlos Dias do Nascimento. Quando eu vou na minha infância, eu me emociono. Sou forte, mas quando eu vou no meu passado me emociono. Mas eu consigo. Eu ganhei um presente sábado que fala um pouco das crianças que sofreram na época da Ditadura e eu fui uma dessas crianças. Eu tinha dois anos de idade. Eu não tenho recordações, mas eu tenho traumas, eu sinto aqui dentro as cicatrizes de verem os meus pais serem torturados, e tenho certeza que eu apanhei. E aqui está sendo reveladas algumas fotos da nossa saída. As fotos falam por si. Então, eu peço a Comissão da Verdade que busque. Não fui só eu. Eu fui registrado, fui várias vezes a Secretaria de Segurança Pública e descobri que eu tenho carteirinha de subversivo e terrorista, com dois anos de idade. Ernesto, elemento menor de dois anos de idade, terrorista, subversivo. E não só eu. Fui eu, Zuleide, Carlinhos, Samuel, Telma, Kito, Denise, as filhas da Geni, Celinha Coqueiro, Sueli, enfim, eu conheço centenas de crianças, eu sei que foram milhares de crianças que sofreram nesse período, e eu gostaria que fosse a fundo um pouco nisso. Eu descobri algumas coisas recentes, eu agradeço em nome, o jornalista Plínio Fraga do Instituto Moreira Sales que fez essa reportagem lúdica, me esclarece muitas coisas, me alivia, me ajuda. Agora foram abertos os arquivos, então tem mais de 15 mil fotografias disponíveis, a revista especializada em fotografias, e ele pegou algumas fotografias de crianças e aí foi um pouco atrás de algumas informações e levantou.

Então, eu vou emprestar ao meu companheiro a revista que registra essas matérias e registrar o pedido de que se busque um pouco, eu fui também julgado agora dia dois de fevereiro nesse ano, fui Anistiado político no Ministério da Justiça em

Brasília, fui Anistiado político como filho de exilados, como foi aberto isso. Mas se eu fui torturado, e tem registro que mesmo devoto do meu exílio, eu fui privado dos meus direitos de cidadão, eu fui banido por decreto presidencial. Tem provas documentais. Eu fui banido por decreto presidencial. Na verdade eu fui resgatado pelo Capitão Carlos Lamarca, foi ele que me deu a liberdade, mas foi instituído meu banimento por decreto presidencial pelo Médici. Está aí o número do decreto. E eu fui Anistiado. Mas eu quero o reconhecimento que crianças também foram perseguidas políticas, foram usadas e torturadas com objetivos bárbaros, e isso tem que ser levantado porque nós temos que melhorar. Não estamos aqui defendendo nenhuma bandeira, estamos defendendo nossas cores, defendendo a humanidade. Melhorar a nossa humanidade, isso é um exemplo. Nós temos que ter orgulho. O Brasil tem que ter orgulho, tem que ter DNA. Nós temos que reconhecer nossos heróis, nossos mártires, para nós termos identidade cultural histórica, se não se reestabelecer essa história, não teremos identidade. Então, fica o meu registro para que fique levantado. Só no dia que eu fui lá tinham 26 crianças. Está aqui o Ivan Seixas que também sofreu quando era jovem. Teve criança lá que estava surda de tortura que sofreu. E são muitas. São milhares de crianças que sofreram nessa época bárbara. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Ernesto, isso é o que você está entregando para a Comissão Nacional? Dá uma registrada na publicação, a gente devolve o exemplar, 2012. Suzana, com a palavra.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Manoel, eu não sei se o que eu vou te dizer pode te trazer mais dor, mas pelo menos vai te ajudar na busca da verdade.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Pessoal, vamos interromper a sessão por aqui. À tarde a gente continua às 14 horas. Vamos dar uma assistência ao companheiro. A gente encerra e depois a gente volta. Está suspensa a sessão.

\* \* \*

A REUNIÃO ESTÁ SUSPensa POR UMA HORA.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Pessoal, vamos começar. São 14 e 35, a parte da tarde é muito longa, o Pittoli veio lá de Bauru, vamos lá. Vamos sentando.

Nós vamos ver o vídeo. Todo mundo pode se acomodar nas cadeiras.

Comunicamos que acabam de chegar dois correspondentes de guerra. A companheira Lucia Rodrigues e o companheiro Marcelo Zelic.

A Suzana vai dar um recado, vai deixar claro algumas coisas que talvez não tenham ficado claras na parte da manhã, e em seguida nós vamos assistir esse pequeno vídeo de quatro minutos. A sessão da tarde é dedicada ao companheiro Bacuri. Vai ser uma sessão enorme com todas as características do companheiro Bacuri. Então, eu quero organizar da seguinte forma, a Suzana fala, passa o vídeo, a Petit vai fazer uma homenagem a Suzana e a tudo que ela e o Tejera representam. Aí a gente passa



rapidinho o material de seis minutos que o Marcelo Zelic fez com a Laura Capriglione sobre os índios e a gente começa a sessão da tarde. Tudo bem?

Com a palavra, Suzana Lisboa.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Boa tarde a todos e todas. É só para fazer um rapidíssimo esclarecimento, para que não fiquem dúvidas. Às vezes a gente fala muito rápido e pensa que todo mundo está entendendo. Eu fiz críticas hoje de manhã à atuação da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos que foi criada pela Lei 9.140 que funciona hoje junto a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. As críticas que eu fiz não foram a Comissão Nacional da Verdade. Era só isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Vamos passar o vídeo do Caco Barcelos.

\* \* \*

É FEITA A APRESENTAÇÃO DO VÍDEO.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Eu queria pedir para a Suzana vir para cá. A Petit, nós vamos encerrando. Petit, em nome dos familiares a Petit vai dar uma palavrinha.

**A SRA. LAURA PETIT** - O Adriano Diogo disse para eu dar uma palavra para a Suzana. A intenção é lógico, é homenagea-la. Nada mais justo. Eu não preparei a fala, mas eu vou falar com o coração. Porque nós nos conhecemos, ao longo da nossa luta e ela foi àquela companheira que nunca nos abandonou. Ela sempre foi fraterna. Nós lutamos e ela lutou pela Anistia. Ela foi a nossa genuína representante na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, e ela continua sendo até hoje nessa incansável busca da verdade. E eu queria dizer para ela, não precisa dizer por que ela sabe o quanto nós, familiares de desaparecidos políticos somos gratos por essa luta que ela vem, anos a fio, buscando a verdade, esclarecendo os fatos. E a gente continua aqui. Parece um mantra, mas a gente continua há 40 anos dizendo onde estão, quem são os responsáveis e queremos justiça, além da verdade. Então, pode parecer um mantra. Como a gente diz lá em Belo Horizonte, é o nosso mantra. Abram os arquivos e comecem a fazer justiça. E eu quero dizer mais uma coisa, nas nossas camisetas, ela é mais que uma irmã gente, mas nossas camisetas que ela mandou imprimir lá em Porto Alegre, e tem lá aquela frase que diz que foi lida na Corte Interamericana na Costa Rica, os Juízes que nos acolheram, eles leram e pediram para a Crimeia que levava a camiseta, ler a frase, repita comigo. A única luta que se perde é aquela que se abandona. Então, é isso.

Agora me dá um abraço.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Adriano, você quer me matar, não é? Vou colocar os óculos.

**A SRA. LAURA PETIT** – Ela vai ler, mas tem a foto do Luiz Eurico jovem, e dizer assim, morreu jovem. (inaudível – fora do microfone) e eu gostaria de dizer que o Brasil perdeu muito com esses que deram a vida tão jovens e que lutaram por esse ideal de democracia, de justiça, de socialismo, tudo que há de bom para o nosso povo. Podem crer que eles eram os melhores.

**A SRA. SUZANA LISBOA** – “A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva homenageia e reconhece os valores políticos e históricos dos familiares de Tejera Lisboa, que deu a sua vida lutando pela liberdade e pela democracia. Por verdade, memória e justiça. Adriano Diogo, Presidente da Comissão da Verdade Rubens Paiva”.

Sou eu quem tenho que agradecer e em especial tudo que a Ditadura nos tirou. De alguma forma a gente só consegue sobreviver porque tem Laura, tem Crimeia, tem as irmãs que eu reencontrei no caminho, nova família. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Vamos começar a parte da tarde. Com um pouco de atraso, mas vamos lá. Agora Eduardo Leite Bacuri, vamos organizar a mesa. Doutora Rosa Cardoso, Maria Rita Kehl pela Comissão Nacional, para recompor a mesa. Então, quero chamar as testemunhas, Ottoni Guimarães Fernandes Junior, Reinaldo Morano, Ariston Lucena, Carlos Roberto Pittoli e Roberto de Assis Tavares de Almeida. Ottoni, Morano, Lucena, Pittoli e o Roberto de Assis Tavares de Almeida. E a Denise. Tem uma pessoa do projeto do Colégio Vocacional, um projeto do Ottoni Venturi, sobre o projeto no Colégio Vocacional e a percepção da

Professora Maria Nilde Mascellani da escola do projeto Vocacional. Só uma coisa, aquele fato que o Ernesto se referiu, esse livro é o último exemplar que a Comissão Estadual tem, mas parte da história das crianças está nesse livro aqui que o Ministro Paulo Vanuque fez com o Politi lá no Ministério. A história das crianças está contida aqui. Esse é da Comissão porque é o único exemplar, mas é para a gente compartilhar. Vamos lá. Vamos começar então. O depoimento central é da Denise Crispim, ela que vai fazer todo o depoimento e depois as outras testemunhas vão fazer o complemento do depoimento da Denise.

**A SRA. DENISE CRISPIM** – Eu queria em primeiro lugar recordar uma pessoa que não é presente hoje porque ela já morreu, mas foi uma testemunha do período da prisão do Eduardo, de tudo aquilo que aconteceu com ele, e foi muito generosa porque ela deu depoimentos, ela denunciou na auditoria militar. Era aquele Professor Vinicius Caldeira Brant. Ele foi generoso comigo, me proporcionando documentos da época e eu fui muito grata a ele. Então, nesse momento eu queria reforçar a presença dele aqui. Ainda não obstante, ainda que ele não esteja mais. Desculpe, mas eu estou particularmente emocionada. Eu não sei nem como começar, porque a história do Eduardo já é um pouco conhecida. É complicada, é dolorosa. (Pausa).

Eu fui presa antes do Eduardo. Um mês mais ou menos antes que ele. No momento da minha prisão ele passava de carro na frente da casa onde eu vivia com ele, e eu o vi passar. Estava a Operação Bandeirante que foi me buscar lá. E eu vi que ele passou com o carro. Obviamente não parou. Eu fui levada para a Operação Bandeirante e ele continuou desesperadamente ligando para os vizinhos pedindo que me levassem, e os vizinhos diziam que não tinha acontecido nada na casa. E ele pedia que me levassem para eu responder o telefonema dele. Eu estava na Operação Bandeirante, eles tentaram me levar, depois quando eu vi que a situação eu não podia mais segurar, quando eles estavam insistindo em me levar, eu disse que ia dizer que estava presa. Isso são outros detalhes que não interessa na história do Eduardo. Essa foi uma das últimas vezes que

eu vi o Eduardo vivo. Ele ficou aquele último mês desesperado tentando salvar a minha vida. E ele ameaçou, ele chegou a negociar com os militares, a vida de um General e a minha, vamos dizer assim, render pública a minha prisão. E ele conseguiu, porque ele ameaçou de todas as maneiras e eu tenho quase certeza, aliás, eu tenho certeza que ele teria feito. Então, eles fizeram uma audiência, me levaram grávida de seis meses lá, e foi isso que consegui salvar a minha vida no primeiro momento. Depois o Eduardo foi preso, eu acho que foi dia 21 de agosto. Eu fui presa dia 23 de junho e ele dia 21 de agosto. Mais ou menos, pode sair de um dia ou outro.

Antes de o Eduardo ser preso, eles depois da audiência do Tribunal Militar eles me levaram, eu passei para o DOPS e do DOPS eu fui para uma espécie de hospital que eles diziam que era hospital maternidade, que eles iam me por lá porque eu estava em uma condição de indigência, visto que eu era filha de uma família comunista que não tinha nenhuma condição para poder me receber. Eu estava em liberdade condicional, assim era dito Oficialmente, e eu fui para esse hospital. Esse hospital estava tomado, literalmente tomado pelos guardas da Operação Bandeirante, do DOPS e do Exército. O quarto onde eles me puseram, a clínica inteira era assim. Depois eu vim, a saber, que era uma fachada de uma clínica, era uma fachada de uma prisão clandestina. E aí eles ficaram comigo lá e fizeram esse tipo de coisa para ver se o Eduardo ia me buscar lá. Deram publicidade que eu estava nessa clinica porque eu tinha uma família degenerada e eu era indigente. Então, eles tentaram isso para ver se o Eduardo teria feito uma ação de qualquer maneira para me tirar desse lugar. O Eduardo obviamente não veio e depois, sucessivamente foi preso.

Durante esse período da minha prisão lá, quando ele foi preso não muitos dias depois, ele foi preso em agosto, ficou no Rio de Janeiro, depois trazido para São Paulo até chegar ao DOPS no início de agosto e quando ele chegou ao DOPS eu consegui ainda mandar um dos funcionários, aqueles militares, depois da prisão dele diminuíram as guardas dentro do hospital. Então, tinha pouca gente. Eu tinha normalmente quatro militares dentro do meu quarto, e quando ele foi preso ficou um. E eu consegui mandar para o Eduardo ainda em uma cela do DOPS através de um dos carcereiros que eu tinha lá que de vez em quando acontecia raramente, mas acontecia de você encontrar qualquer pedaço, fragmentos de humanidade lá dentro. E essa pessoa era assim. E ela me

ofereceu. Ela disse, eu estou indo para o DOPS amanhã e se você tiver alguma coisa para mandar ao Eduardo, eu levo para ele. Aí minha filha já tinha nascido, ficou aquela história famosa do sapatinho da Eduarda, que era um sapatinho de lã que tinha mandado, eu mandei para esse presídio junto com um bilhetinho para ele, dizendo que ela ia chamar Eduarda, por enquanto, até enquanto eu não pudesse decidir junto com ele o nome da menina.

E mandei uma lata de leite condensado, que alguém tinha mandado para mim lá. Eu sei que ele recebeu isso porque quando eu soube depois, os presos políticos que estavam lá recuperaram na cela, não sei como, tem alguns deles que podem lembrar desse episódio ou não, mas não tem grandes importâncias, só para saber que era um contato, que eu sabia que ele estava vivo e estava lá. Nem uma semana depois eu fui tirada desse lugar, e levada, eu acho que foi até antes, eu acho que eu fui levada, me foi vendado os olhos e eu estava no DOPS. Quando ele apenas foi preso e trazido para São Paulo, chegou o momento em que ele foi entregue ao Fleury, e eu fui tirada do DOPS eu acho, vocês vão desculpar a minha imprecisão, mas são passados 40 anos. Tem uma carga de emoção enorme, tem (Pausa). Difícil, os detalhes esfumam muitas vezes.

E eu fui levada com os olhos vendados, fui posta dentro de um jipe, eu não sei o que era, um daqueles carros deles, e circularam comigo pela cidade por, eu acho que talvez meia hora. A gente não tem noção do tempo lá. Parece que o tempo não termina nunca. Qualquer coisa que eles façam com você, o tempo parece que não termina. E de repente para um carro, eles me fazem descer sempre com os olhos vendados e me levam, me posicionam na frente de uma escada e me fazem começar a subir uma escada, uma rampa de escadas. Eu subo, termino essa rampa de escadas e eles me dão uma volta no meu corpo, me fazem fazer um meio giro e depois me tiram a venda. Eu dou de cara com uma pessoa muito grande, muito alta, que eu não conhecia. E me diz, me olha lá de cima e me pergunta se eu conhecia ele, se eu sabia quem ele era. E eu falei que não, porque realmente eu não sabia, não tinha visto. Não tinha encontrado aquela pessoa, aquele personagem ainda. Era o Fleury. Ele diz, eu sou o famoso Fleury. Apontou uma porta que estava do lado e diz, aqui onde está essa porta está o seu marido. Você tem um minuto de tempo para falar com ele, porque ele quer te ver, ele se recusa a responder qualquer interrogatório se ele não tiver a certeza que você está viva.

Você vai entrar, e você está proibida de se aproximar a ele. E tinha uma cadeira. Tinha uma escrivaninha clássica fechada. Uma mesa com uma parte de cima, bem grande essa escrivaninha, maciça, fechada em toda a volta. E o Eduardo estava sentado na parte, em uma poltrona posicionado do lado interno da escrivaninha e me puseram uma cadeira na frente da escrivaninha.

O Eduardo estava com o rosto muito abatido, ele tinha marcas de hematomas pelos braços, ele estava algemado nessa posição e obviamente, quando ele me viu, ele teve uma emoção muito grande. Os olhos dele que eram mais ou menos da cor dessa blusa que eu trago agora, ele que, aliás, eu coloquei era para lembrar ele, para trazer ele, uma lembrança a mais. E ele teve o tempo de sentar, as lágrimas caíram, dele, minha, e ele me perguntou como eu estava. O que eu podia responder? Eu estava bem. Ele também estava muito bem, como vocês podiam imaginar. E ele pede para eu me aproximar dele porque ele queria tocar minha barriga, queria tocar o neném. Aí eu me levanto e olho para a porta. Estava sempre o Fleury na frente da porta. Ele me faz um sinal assim com a mão (não) e fala que acabou o minuto.

Aí vem um deles e me pega pelo braço e me tira para fora, e eu dou as costas para o Eduardo, e eu olho e vejo ele bater com uma fúria, uma raiva, um desespero enorme com os dois braços na mesa e abaixar a cabeça. Esse foi o único momento, o último momento que eu vi o Eduardo vivo. Depois do que eu soube, de todas as torturas que ele tinha passado, eu imaginei que ele estava detrás daquela porta, daquela mesa porque provavelmente ele não tinha condições para caminhar. Ele devia estar com as pernas paralisadas, e eles não queriam mostrar para mim porque eu ia voltar para o DOPS, depois eu fui para essa clínica e tudo mais. Quer dizer, eu podia passar informação das condições de onde ele estava para fora. Não sei, é uma suposição minha que talvez não tenha nem uma grande importância. E depois eu fui levada para essa clínica. Eu voltei na clínica, já nem me lembro mais se foi do DOPS que eu fui tirada. Já estou fazendo uma confusão mental incrível. Até ontem parecia que eu estava muito lúcida. Hoje estou mais confusa. Mas (Pausa) eu voltei a ver o Eduardo morto, porque depois que eu sai eu fui para a casa do pai dele, e quando teve o sequestro do Cônsul Suíço, eles anunciaram a imediata morte do Eduardo em tiroteio. Foi a primeira vez que

eu me separei da Eduarda, que eu deixei a Eduarda com a mãe do Eduardo. A Eduarda era pequenininha, ela tinha dois meses, e fui ver o corpo dele.

Foi uma coisa terrível, porque ele tinha um corte transversal na cabeça, na frente, entre a testa, vinha lateralmente, passava por volta de um olho e subia na frente, como se ele tivesse pego uma pancada forte ali. Tinha outras marcas. Marcas nos braços, ele estava bem martirizado. Era um corpo de uma pessoa que tinha sofrido muitíssimo.

Eu quando vi aquele corte, eu tive um choque tão grande. Tive um momento de desespero e comecei a dizer que não era possível que esse homem tinha morrido no tiroteio, e no meu lapso de loucura eu corri para um telefone público que tinha ali perto do necrotério do Cemitério de Areia Branca e chamei o Estado de São Paulo. Liguei para lá. Respondeu uma voz que me disse, eu estava no velório do Cemitério Areia Branca e ali estava o corpo do Eduardo Leite, conhecido como Bacuri, que tinham dito que ele tinha morrido em um tiroteio e que eles viessem ver como é o corpo de uma pessoa que morre em tiroteio. Se eles realmente sentiam, tinha um pudor e a vergonha de ostentar a profissão que eles exerciam. Não levou nem cinco minutos, apareceu um Senhor, uma pessoa, um homem mais ou menos por volta dos seus 40 anos com uma máquina fotográfica pendurada do lado e fez cena de fazer algumas fotografias. E disse que ele era do Estadão, e que ele tinha vindo porque eu tinha chamado. Perguntou quem eu era e tudo mais. Esse homem desapareceu, o Eduardo foi enterrado sem atestado de óbito, com um pedaço de papel fornecido pelo próprio cemitério e depois o resto que eu soube foi através das pessoas que testemunharam. Então, eu vou deixar a palavra para vocês e se voltar alguma coisa que eu posso lembrar enquanto isso...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Quero saber se a Maria Rita Kehl e a Dra. Rosa querem fazer alguma pergunta para a Denise? Já passamos para as testemunhas então? Ottoni com a palavra.



**O SR. OTTONI GUIMARÃES FERNANDES JÚNIOR** – Boa tarde para todos e para todas. Eu sou jornalista e vou me referir ao que aconteceu quando eu conheci o Bacuri em agosto de 1970. Eu era militante da ação libertadora nacional no Rio de Janeiro e eu já estava sendo procurado há bastante tempo pela repressão. Vivia clandestinamente com outro nome. Eu não vou contar cronologicamente porque tem alguns detalhes que eu só vim a descobrir muito tempo depois. Mas o fato é o seguinte, no dia 21 de agosto de 1970 por volta das oito horas da noite eu fui preso por uma equipe de policiais do DOPS, do CENIMAR quando eu chegava ao quarto alugado onde eu morava no Rio de Janeiro na Rua Marques de Valença na Tijuca. Quando eu ia chegando os policiais me prenderam e colocaram dentro de um carro, e outros carros deviam estar atrás, me encapuzaram, e o que me chamou a atenção era que embora encapuzados dava para ter uma noção mais ou menos para onde estariam indo. Eu achei que eu poderia estar indo ao Quartel do DOI-CODI ou o Quartel da Barão de Mesquita, o DOI-CODI da operação do Rio que era muito perto. Mas aí eu percebi que ele não estava indo naquela direção, achei que podia ser no CENIMAR que era próximo a Praça Mauá. Mas aí eu também me dei conta de que o carro, uma hora passou porque eu ouvi barulho de máquina, aí eu me perdi porque eu não sabia onde eu estava indo por cerca de 40 minutos. Parou o carro em um lugar que tinha cascalho, cobertura no chão, eles retiraram, eu estava algemado com as mãos nas costas, desci alguns degraus e senti que estava passando por uma pequena ponte. Depois eu fui colocado em um quarto e eles começaram a tortura ali. Depois de algum tempo sendo espancado, ele estava no pau de arara, depois uma coisa muito semelhante ao que a Denise conta, essa pessoa me tirou a venda, (inaudível – fora do microfone) era o Fleury, e ele fez a mesma coisa. Você sabe quem eu sou? Mas eu estava no chão. Ele gostava de ostentar o seu poder e tentar despertar de repente o medo. Você sabe quem eu sou? Eu falei que não, não sabia. E ele falou, eu sou o Fleury. E nessa altura, como todo mundo que era preso, eu tinha uma história, uma lenda, e eu comecei a contar essa história, que eu era (ininteligível) estudante, mas eles sabiam exatamente quem eles estavam prendendo. Muito tempo mais tarde, um ano depois eu descobri que existe um grupo tático armado do qual eu participava, ALN, e tinha uma outra infiltração que foi responsável direta pela prisão do Bacuri. Mas isso eu só fui descobrir quase um ano depois na cadeia, quando eu estava

preso. Aí eu percebi, eu sou muito míope, eles tinham tirado os meus óculos, mas eu vi que eu estava em uma sala que era uma casa e que tinha outro cômodo embaixo, o piso era de madeira, não era na laje e depois de algum tempo eles me levaram para um dos quartos que tinha embaixo e eles tinham montado um pau de arara. E aí eu passei a ser torturado pelo Fleury e pelo Comandante da Marinha Armando Amauri do Vale. Ele, isso eu descobri depois que era ele, guardei a face dele. O que me preocupava era o fato de eles terem tirado a venda, e me preocupava porque podia indicar que eles estavam querendo me matar ali mesmo e não estavam preocupados com depoimento.

Aí eu fui torturado durante alguns dias nessa casa e no segundo ou terceiro dia, eu fui preso no dia 21 de agosto, eu ouvia enquanto eu estava lá, eu ouvia gritos e torturas em outro quarto. E acho que no segundo ou no terceiro dia eu fui tirado do pau de arara e colocado em um quarto onde tinha uma cama de casal, e aí como eu disse, eu não conhecia o Bacuri, nós estávamos totalmente compartimentados dentro da organização, e eu não o conhecia. Mas aí trazem o Bacuri, depois ele fala quem era ele, colocam-no na cama, algemam um ao outro. E nesse momento o Bacuri faz um sinal para mim que deveriam ter colocado o microfone embaixo. Como nós não falamos nada, logo depois eles nos tiraram. Cada um voltou para a sua sessão de tortura.

A equipe que estava, a equipe que estava, a maior parte dos policiais era da equipe do Fleury no DOPS. Eu reconheci pelo menos o Luis Carlos Tralli, o Waldemar Piolin, que eu fiquei sabendo que era um membro do Esquadrão da Morte, abertamente denunciados em São Paulo e é uma coisa... Aí você começa a ver o que é... Porque um deles que era, eu não sei se era cego de um olho, era um mulato forte e ele tinha um olho esbranquiçado e ele era um dos que mais me torturava. E em mais de um momento que tinha junto um Oficial médico que comandava o ritmo da tortura, quando eu estava em uma situação muito ruim eles mandavam parar. E em um dos momentos em que eles comandavam a tortura, eu fui tirado desse quarto e colocado nesse quarto onde estava a cama e foram me dar um descanso. E esse policial cego de um olho, ele era uma coisa extraordinária. Em poucos minutos ele estava me torturando. Telefone, dando choque elétrico. E ele veio conversar comigo. Conversar! Não tinha nenhum ódio, ele era um profissional. Ele estava ali torturando para arrancar alguma coisa. Porque ele falava, você já esteve em Cuba? E eu falava, não estive em Cuba, mas gostaria de ter estado. E

ele falava, você sabe como são as coisas em Cuba, como é a educação? Como se fosse uma conversa de bar. E parou, me colocou na tortura de novo e continuou o serviço.

Essas pessoas tinham absoluta frieza. E eu acho que nós dois, Bacuri e eu escapamos dessa casa, como eu escapei, porque até me alegro a contar isso porque eu passei a perna no Fleury, e isso é uma coisa que me deu uma grande alegria na vida porque eu sabia quando eu estava na clandestinidade, que eu ia ser preso. Era uma questão de tempo. Com dois metros de altura, fazendo (ininteligível) sendo procurado, era uma questão de tempo. Então, eu me preparei para ser preso e eu sabia pelos depoimentos que vinham dos companheiros que estavam na cadeia, como eram mais ou menos os métodos da repressão, nós sabíamos, por exemplo, era muito comum que os militantes para ganhar um tempo, eles inventassem um ponto de encontro fora, obviamente, da prisão. E para tentar ganhar um tempo, às vezes para tentar fugir ou etc. nós sabíamos que a repressão não mais levava a maior parte dos companheiros para esses pontos frios, como a gente chamava. Então, eu fiz o seguinte, eu comprei uns envelopes e nas abas dos envelopes eu escrevi 24, 25 e 26, Alameda Santos, Restaurante Bambi, não me lembro agora se era 19 e 30, uma senha, você trabalha na (ininteligível) e o outro respondeu, eu trabalho na IBM. Escrevi tudo isso e botei em um maço de 50 envelopes que estava no quarto onde eu morava. Eu morava em um quarto onde só tinha um guarda-roupa, uma cama. Eu talvez tive um pouco de bom senso de não abrir isso imediatamente. Obviamente o que eles queriam saber... Os pontos de segurança, a direção da organização eles sabiam. Eu falei que eu tinha perdido todos os contatos e que eu estava sem nenhum contato, mas eles sabiam que a gente tinha um ponto de segurança mensal ou semanal, e eles queriam isso. E eu esperei no terceiro dia para abrir esse ponto frio.

Eu falei, eu tenho um encontro em São Paulo, eu não me lembro onde é, mas tem um maço de envelopes no meu quarto. Achava que eles iam voltar lá? Não. Eles tinham tirado pouquíssima coisa, e os envelopes estavam ali. Aí um deles saiu, vai a algum lugar, pega um envelope e eles ficaram de uma alegria brutal. Porque acharam que eles estavam pegando o Ferreira, (ininteligível) o Toledo, nosso líder, e eles imediatamente pararam a tortura. Porque era o objetivo que eles tinham. O Bacuri não falou nada, eu inventei isso aí. Não podia ser inventado porque estava escrito. Do ponto

de vista deles não era uma coisa inventada na hora. Eles não podiam imaginar que eu tinha me preparado para ser preso e preparado esse artil.

Graças a isso, eu não sei o que teria acontecido, mas porque eles poderiam nos matar lá? Porque foi a primeira vez que um militante foi levado para uma casa da morte. O Bacuri e eu. Até então eles sempre levavam os militantes ou para Quartel, ou uma Delegacia, ou DOPS. O fato de eu não estar encapuzado, o Bacuri também não estava encapuzado. Mas o fato que eu acho, graças a esse artil eles pararam a tortura, veio um camburão do serviço policial do Corpo de Fuzileiros Navais, alguns, tinha um Soldado do Corpo de Fuzileiro Naval que, o Bacuri sequer conseguia ficar de pé, eu estava muito machucado e ele mais ainda. Eu ainda conseguia me apoiar nas costas de dois fuzileiros e chegar ao camburão e nós fomos colocados em dois diferentes camburões. Depois eu fiquei sabendo que o Bacuri foi levado o hospital da Ilha das Cobras, mas não tenho certeza dessa informação, foi alguém que me falou depois, quando eu estava na Ilha das Flores, e eu fui colocado em uma cela no primeiro subsolo do 1º Distrito Naval, antigo Ministério da Marinha no Rio de Janeiro. E no dia seguinte de manhã eu vi os policiais passarem na frente da porta, isso era dia 25 se não me engano. Eles batiam na porta de aço da cela e diziam, agora vamos pegar seu chefe. Então, no mínimo, a única coisa que me deu alguma... Foi eu ter enganado a repressão. E eles foram e não acharam ninguém porque não tinha ninguém. Era um ponto inventado. E depois de dois dias eles me entregaram para a PE, para o 1º Batalhão de Polícia do Exército. Eu já estava na Ilha das Flores no Rio de Janeiro, que era uma prisão da Marinha. Uma outra coisa importante dizer, como funcionava a repressão.

A coisa que mais me espantou foi que no dia seguinte que eu cheguei nesse Distrito Naval, eu fui chamado para um inquérito civil militar comandado pelo Oficial da Marinha, José Maria Gomes Gusmão. Esse já faleceu. O Armando Amorim do Vale está vivo ainda, o Fleury como vocês sabem, morreu em primeiro de maio de 1979. E eu estava muito machucado, com a roupa ensanguentada porque botaram a roupa em cima de ferimentos, e eles me carregaram, me escoltaram na cela, antiga cela do Ministério da Marinha, o salão principal de entrada, onde tinham os elevadores. Como se fosse a coisa mais normal do mundo carregar alguém naquelas condições. Era muito menos do que nós assistimos no filme do Batalhão Indígena, mas era esse sentido de impunidade.

Tudo era possível, eles não estavam preocupados em esconder nada. Eu fui responder esse inquérito, ele me interrogou e cada vez que eu fazia uma denúncia de tortura o Comandante José Maria Gomes Gusmão falava para o escrivão não anotar isso ou aquilo.

Eles reconheceram a minha prisão. Eu tinha participado de uma das ações armadas em que foi morto um guarda de segurança, saiu à notícia no jornal que prenderam o mata-guarda. E isso me deu um certo alívio quando eles souberam disso, porque talvez não fossem fazer mais nada. Mas eles me levaram. Aí apareceu um Oficial do Exército cujo nome eu vou tentar lembrar, foi me buscar na Ilha das Flores e me levou para um Batalhão de Polícia do Exército junto com o companheiro que também foi preso, Reinaldo Guarani Simões. Nós fomos levados e lá eu voltei a ser condenado e torturado pela equipe do Exército.

Agora, outra coisa. Em um depoimento que eu até já dei a Maria Rita e ao Paulo Sergio Pinheiro da Comissão Nacional da Verdade, a gente tem muita condição também de descobrir onde era essa casa. É bastante possível reconhecê-la. Aí eu vou chegar como foi à suposição da nossa prisão. Eu, depois de um ano na prisão já tendo sido julgado, condenado. Eu fui condenado à prisão perpétua e depois caiu para 30 anos. Os meus companheiros me pediram no sequestro do Embaixador Suíço, a repressão não me deixou sair alegando que eu estava em curso, em pena de morte e etc.

Aí eu fui preso, condenado, já estava na Ilha Grande quando em uma passagem pelo Rio de Janeiro para ir fazer um outro depoimento, eu encontrei o companheiro Raul de Carvalho do PCDR que me contou como nós teríamos sido presos. Segundo, tinha duas infiltrações, uma que estava no grupo tático armado, era o chamado Arthur e o que teria, onde estaria Bacuri em uma casa, era o Tio. Esse Tio teria se apresentado na época para a organização, inclusive esse Tio teria dito, eu não sei se para o Bacuri ou para outra pessoa, que tinha uma casa muito segura, tranquila.

Pela informação que eu tive na cadeia, o Bacuri estava nessa casa quando ele foi preso. Era uma casa que eventualmente estaria sendo usada por um esquema de sequestro de um diplomata que estavam buscando fazer, o grupo ligado ao Bacuri, eu não estava, para libertar companheiros e companheiras e que esse Tio teria entregue o

Bacuri. E por que é uma suposição? Esses dois, um deles, o Arthur, ele foi afastado do grupo tático armado no dia seguinte a essa ação. Ele morreu guarda. Porque ele fugiu durante a ação no momento em que estávamos deixando o banco, e ele foi afastado do grupo tático armado pelo companheiro Elcio (ininteligível). O que eu suponho hoje é que eles estavam fazendo uma infiltração com o objetivo de derrubar um sequestro, eles deixariam fazer o sequestro, sabendo a casa, sabendo o esquema, soltar o Embaixador que a gente... Porque a infiltração funciona assim. Ela vai dando corda, ela tem objetivos maiores. Então, eu era o objetivo menor para eles. É uma hipótese que eu estou fazendo, porque quando a gente afastou esse Tio e esse Arthur do grupo tático armado, imediatamente no dia seguinte começam as quedas. São presos além do Bacuri e eu, foram presos Reinaldo Guarani Simões, Francisco Roberval Mendes. Foram presos no Rio de Janeiro. Nenhum falou do outro, ninguém falou e nem sabia nada e eles começaram as prisões. A gente presumiu que foram quatro ou cinco prisões e eles podiam chegar a outro esquema. E pelas informações que eu tenho, o companheiro Bacuri, ele foi preso dessa forma. Teria deixado ele sair da casa e foi preso fora da casa.

Como eu fiquei sabendo onde era essa casa? Eu não conhecia tão bem o Rio de Janeiro principalmente a zona sul. Quando eu dei o depoimento na primeira auditoria da Aeronáutica em dezembro de 1970, eu assumi que eu era militante da ALN, defendi a minha organização, mas denunciei as torturas, denunciei o desaparecimento de vários companheiros e denunciei essa casa. E falei, essa casa é na Barra da Tijuca. Quando eu saí depois desse depoimento, foram os mesmos policiais fuzileiros do serviço policial da Marinha que me levaram de volta para o 1º Distrito Naval e de lá para a Ilha das Flores, quando eu estava na casa da guarda do 1º Distrito Naval, um dos policiais era o negro alto, um pouco menor que eu, muito forte. E ele estava na auditoria, era minha escolta. E ele falou assim, a casa não era na Barra, era em São Conrado. Aí que eu me dei conta por que eu via o Hotel Nacional quando eu saía, que é um prédio absolutamente inconfundível, porque é uma torre cilíndrica. E mesmo míope eu conseguia ver o Hotel Nacional. Eu voltei várias vezes por lá, naquele tempo não tinha o Túnel Lagoa Barra, provavelmente o carro que me levou veio pela estrada da Gávea. Hoje tem o Túnel Lagoa Barra, e logo que se sai desse túnel em direção da Barra se olha a direita em Conrado, do lado esquerdo está o Fashion Mao e do lado direito ficava essa casa. Eu procurei descobri-la, fui lá várias vezes, mas hoje tem muitas casas lá e eu não consegui.

Eu suponho que era uma casa em cima de pilotis, encostada no barranco, você saía de um patamar, encostava no barranco e entrava nessa casa. Eu já falei a Comissão Nacional da Verdade que se pegarem o registro de imóveis daquela data a gente vai poder reduzir muito o número de casas possíveis e eu poderia identifica-la. E gostaria muito de identifica-la, porque alguém cedeu essa casa. Ou eles se apropriaram ou alguém cedeu.

A casa não tinha luz, eles estavam com gerador portátil. E eu quando citei esse Comandante José Maria Gomes Gusmão, eu acho que é importante esse trabalho de recuperação da memória, da história, da responsabilidade, também que além dos torturadores diretos que torturaram mais diretamente, que também a gente procure esse Oficial da Marinha já falecido, que comandou esse inquérito e que podia não conhecer a tortura que já estava acontecendo. Ou os Comandantes de unidades militares como o Comandante Clemente da Ilha das Flores, que patrocinava torturas na Ilha das Flores, ou o Major Malhares, que acompanhava as torturas. A gente tem que culpar também essas pessoas porque eram uma máquina, e não eram só a face mais terrível que eram os torturadores diretos.

Eu acho que a gente tem que avançar. Por isso que eu tomei um pouco mais o tempo de vocês. Estou à disposição para qualquer outro depoimento e enfim, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Reinaldo Morano. Doutora Rosa, gostaria de fazer alguma pergunta? Maria Rita? Vamos passar ao segundo.

**O SR. REINALDO MORANO** – Boa tarde. Meu nome é Reinaldo Morano Filho. Eu sou ex-presos político e eu vou concentrar aqui o meu testemunho em alguns

momentos de convivência com o Eduardo Leite. Eu o conheci na militância ainda quando o Bacuri era o Comandante da Resistência Democrática. Uma organização com a qual a ALN tinha desenvolvido algumas ações além do MRT e da VPR. E eu conheci o Eduardo na militância. Eu lembro bem do azul do olho dele. E eu fui preso no dia 15 de agosto de 70, por indicação de uma jovem estudante que não fazia a menor ideia do que eu naquele momento estava fazendo. Conversávamos sobre política, discutíamos política, obviamente um erro meu de segurança. E ela foi presa porque era amiga de uma pessoa que também tinha sido presa e aí muito torturada acabou indicando um ponto de encontro comigo. Mas absolutamente, para ela eu provavelmente era um estudante da USP que gostava de conversar sobre política.

Na prisão já uma peculiaridade. Eu fui preso pelo Esquadrão da Morte. Pelo Trali, pelo Campão. E o carro em que eu fui preso era uma Mercedes azul marinho que era de um militante da ALN que na época tinha sido preso, ele não foi preso, ele foi de carro até o aeroporto e eles furtaram o carro dele. O que vai se repetir com o meu carro quando eu fui preso.

O nome da moça era Básia Ita Waitman. Ela, depois eu fiquei sabendo da trajetória da Básia, e se for do interesse, eu gostaria muito, a gente podia depois em um outro depoimento falar do calvário que a Básia sofreu nas mãos da repressão. De qualquer forma, eu gostaria que a Comissão registrasse o número do processo dela na Comissão de Anistia Estadual, aquele processo de reparação é 265357. A Básia foi absurdamente torturada, mantida em isolamento durante meses, e ela entrou em um processo de abalo psíquico e enfim, eu não queria me desviar, mas ela acabou sendo internada em um desses hospícios da época. Foi estuprada dentro do hospício, e desenvolveu um quadro grave de psicose. Pelo que eu entendi, um quadro esquizofrênico. Ela engravidou desse estupro, enfim, é um daqueles horrores na conta da Ditadura.

A Básia e eu fomos levados nesse Mercedes para o 41º Distrito Policial aqui em São Paulo, que é lá na zona leste, na Vila Rica, onde naquele momento o Fleury era o Delegado titular, para onde ele tinha sido deslocado como punição por um ‘teretete’ entre o DOPS, CENIMAR, Exército. E toda a equipe do Esquadrão da Morte, o nome do sujeito é José Campos Correia Filho. Campão, é o grandão. O outro é João Carlos



Tralli. Eles estavam locados na Delegacia. O outro era o Delegado Josecyr Cuoco, que eu não sei se estava lotado na Delegacia, mas que vai aparecer logo em seguida, eu fui preso em um sábado às cinco horas da tarde. Nós fomos levados ao 41°. A Básia já estava presa lá e foi lá que eu fui torturado, enfim.

Cerca de uns 10 dias depois eu vi chegando alguém carregado coberto com uma manta, eu via os pés descalços da pessoa, chegando no 41°. Nesse dia, à noite por volta, os tempos àqueles são todos em chute, mas eu suponho que seja por volta de meia noite, uma hora da madrugada, nós fomos tirados dessa Delegacia, a Básia e eu na frente de uma viatura, e atrás a gente percebia que tinha gente. Rodamos por São Paulo umas três ou quatro horas, uma coisa aterrorizante, porque você imagina que a qualquer momento eles param e fuzilam. E aí fomos devolvidos ao 41° e no dia seguinte, à tarde provavelmente, eu fui levado para uma sala, e nessa sala, encapuzado fui posto em uma cadeira e aí tiram o capuz e tiram da pessoa da frente e era o Bacuri.

Eu conversei um pouco com o Ottoni aqui, no meu registro isso seria dia 24 ou 25. O Ottoni acha muito apertado porque foram presos dia 21, mas é um pouco por conta do prumo da noção do tempo. Eu estava no pau de arara no sábado dia 15 e fez exatamente a mesma pergunta, o vaidoso. Você me conhece? E eu ponta cabeça olhei bem para a cara dele e falei: não, não faço ideia. Porque para um vaidoso desse é dar a frustração... Mas essa era uma pergunta, eu já ouvi de vários companheiros o relato aí. Mas enfim, era o Bacuri, uma acareação absolutamente desnecessária, porque ele falou que não me conhecia, eu falei que não o conhecia e ficou por isso mesmo. Não tinha nenhum objetivo aparentemente essa acareação. Eu vou ver o Bacuri de novo no DOI-CODI. Porque no dia sete de setembro a Básia e eu fizemos parte da mudança, do retorno do Fleury para o DOPS. Eu acho que ele foi Anistiado das encrencas, e ele voltou para o DOPS. E eu fiz parte da mudança.

A Básia nessa altura foi posta no isolamento da carceragem do DOPS. Uma coisa de um absurdo, de uma crueldade. No fundão do DOPS, lá embaixo, tinha quatro celas. Em uma cela estava o Vinícius Caldeira Abrante, com quem depois eu convivi no Tiradentes. Em uma outra cela estava a Básia. No dia sete de setembro eu fiz parte da mudança, eu fui ameaçado pelo Fleury de que eu ia então ser transferido para o DOI-CODI, e dependendo do que eu abrisse de novo lá, quando eu voltasse para o DOPS ele

ia acertar as contas comigo que era um grande estímulo para você realmente não falar mais nada. E aí fui para o DOI-CODI. No DOI-CODI logo na minha chegada tinha o interesse deles. E eu fui interrogado pelo Comandante, não era o Ustra, era o Valdir Coelho. O Valdir Coelho mais o Homero Machado, eles queriam saber do Bacuri, porque eles ouviram dizer que o Bacuri tinha sido preso. A prisão do Bacuri foi CENIMAR e Esquadrão da Morte. E eles fizeram by-pass, botaram o DOI-CODI aqui de São Paulo naquela disputa, botaram de escanteio. Então, o interesse era que eu pudesse confirmar a prisão do Bacuri. No DOI-CODI eu encontrei o Ariston lá nas celas, não estávamos nas mesmas celas, e depois o Bacuri que foi posto na sua cela. Depois disso eu encontro de novo o Bacuri no DOPS, em outubro, aonde ele vai para o mesmo fundão onde estava o Vinicius, a Bácia, ele vai para uma outra cela e aí é aquele episódio que eu já relatei em algumas situações, onde o dia do assassinato do Comandante Toledo, no dia seguinte, em uma notícia de jornal consta lá que o Bacuri tinha sido o responsável por localizar o Toledo, uma notícia, e que ele se aproveitando da ocasião, teria fugido.

O Bacuri em nenhum momento saiu do fundão e esse jornal, a Folha da Tarde, o jornal de maior tiragem da época, e um Tenente que funcionava lá na guarda um cara da Polícia Militar, ele usava aquilo, Tenente Chiari, uma coisa de uma crueldade também, ele levou o jornal para o Bacuri ver. O jornal em que falava do Bacuri ter sido responsável pela prisão e morte do Toledo e onde constava a fuga do Bacuri. Mostrou para o Bacuri o jornal. Tenente Chiari.

Alguém que depois foi agraciado, ele foi premiado com o comando da ROTA já no Governo Maluf. Em função dessa notícia, eu estava preso com mais uns 50, nas discussões que nós fizemos achamos que aquilo seria um sinal de que o Bacuri ia ser retirado dali, ia ser posto em quarentena para ser assassinado. E resolvemos montar um plantão de todos os presos. E organizamos um plantão de hora em hora para ficar durante a noite em vigília, até porque um outro Delegado tinha feito naquela tarde um trabalho de azeitar as dobradiças da entrada para o fundão e as dobradiças das celas do fundão. Era uma coisa assim, a certeza da impunidade, porque faz isso na frente de 50 presos lá. Aí montamos o plantão. Nessa noite não ocorreu nada. Alguns dos companheiros presos no dia seguinte de manhã falaram que o pessoal da paranoia

exagerou, não tinha perigo, não tinha nenhum risco. E eu era do ‘pessoal da paranoia’ e avaliamos que íamos manter os plantões. E por coincidência foi no meu plantão, eu estava na cela com o Becker, era o Becker e eu na minha cela, estávamos de plantão para não dormir quando ouvimos a Ana Miranda gritar: Eduardo, para onde vai? E com um espelhinho que a gente tinha, nós vimos o Bacuri sendo carregado pelos policiais para fora, do fundão para fora da carceragem do DOPS. Foi a última vez que eu vi o Eduardo. Imediatamente todos gritávamos e batíamos os pratinhos de alumínio e o que tínhamos na mão, uma gritaria de um volume. Não houve nenhuma bronca, ninguém apareceu para dar bronca. Gritamos, gritamos, e foi isso.

Eu queria dizer também que estou à disposição se houver interesse para falar do Arariboia, José Maria Ferreira de Araujo. O Ariston e eu somos testemunhas da chegada do Arariboia preso. Antes estava lá um cidadão que eu acho que teria que ser convocado para falar, que é o Dudu, Mário de Freitas Gonçalves, é um cidadão que está por aí que teria sido quem saiu para encontrar o Arariboia e teria fugido. Só que diferentemente do que ocorreu, da notícia falsa do Bacuri, o Dudu não voltou, e depois ele reapareceu. Então, é um assunto a ser esclarecido. E o Araribóia chegou. Eu me lembro dele falando algumas coisas, trocando algumas palavras com o Ariston, que eu acho que o conhecia. Logo em seguida ele é levado para a sala de tortura, a gente ouve a gritaria, e ele é assassinado no ato. Desce o carcereiro do DOI-CODI e fala que ele tinha morrido no pau de arara. Também me coloco a disposição se for interesse. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT – Ariston Lucena.**

**O SR. ARISTON DE OLIVEIRA LUCENA** – Eu quero pedir desculpas, porque eu estou fazendo um tratamento dentário então eu devo ter alguma dificuldade para falar, mas eu começo dizendo o seguinte, meu nome é Ariston de Oliveira Lucena.

Eu fui militante da Vanguarda Popular Revolucionária. E fui preso em agosto de 1970. Os meus pais foram presos. O meu pai foi morto, assassinado em Atibaia no dia 20 de fevereiro, e a minha mãe foi presa e saiu no sequestro do Cônsul japonês Nobuo Okushi. Foi para o México e depois foi para Cuba com os meus irmãos. Eu fui preso em agosto em uma batida policial de rua, que era muito comum na época.

Fui para o DOPS, ou melhor, eu fui para uma Delegacia, fui preso na quinta-feira, fui para uma Delegacia, fui lá espancado, bati, apanhei e etc., mas não falei quem eu era. Na segunda-feira eu fui levado para o DOPS, e aí me ocorreu o seguinte raciocínio. Estava rolando essas histórias de Esquadrão da Morte. E aí eu fiquei preocupado pensando, esse pessoal vai me confundir com bandido comum e eu posso ser morto. Santa ingenuidade minha.

Aí eu abri, eu falei quem eu era. Eu falei que meu nome era Ariston de Oliveira Lucena, sou da VPR e tal. Aí já fui direto para o pau de arara. Isso na segunda-feira. Na quinta-feira eu fui levado para a Operação Bandeirante. Chegou lá o Capitão Mauricio Lopes, e eu não estava andando por causa do pau de arara que eu tinha tomado, eu sai arrastado de lá, algemado e fui levado para a Operação Bandeirante. Chegando lá já fui direto para a cadeira do dragão, tomando choque elétrico, etc. e tal.

Lá, uns dias depois aí chegou o Bacuri lá, todo arrebitado também. E nós ficamos na mesma cela. Ele estava muito machucado e tal. Então, eu me lembro de comentários dos torturadores. O Bacuri não falou para o Fleury, não é para nós que ele vai falar. Então, enquanto eu estive com ele lá, ele não foi torturado. Eu não sei se depois ele foi torturado porque nós não ficamos o tempo todo. Eu voltei para o DOPS. Então, naqueles dias em que eu estive com ele lá, ele não foi torturado porque eles diziam isso. Esteve na mão do Fleury e não falou, não vai ser para nós que ele vai falar.

Nós fomos acareados inclusive porque eu tinha dito que a gente andou tirando documentos falsos em cartórios em São Paulo. Aí nós fomos acareados, eu e ele, pelo Capitão Benoni de Arruda Albernaz. Aí quando acabou essa acareação e etc. nós voltamos para a cela e eu lembro que ele me deu uma dura. ‘Ariston, deixa de ser safado. Não tem que falar coisa nenhuma para esses torturadores.’

Então, eu fiquei muito envergonhado com essa história. E isso mostra o que? Que ele era um cara que não era macho. Ele era um cara revolucionário. Um cara digno. Sempre teve uma postura de muita coragem, muita combatividade.

Então, a gente viveu esse período lá e depois eu fui transferido para o DOPS, eu e vários companheiros, e entra essa história que o Reinaldo estava contando. Aí ele apareceu outra vez no DOPS, foi levado para o fundão, continuou sendo torturado, continuou tomando, davam injeções de pentotal nele para ver se ele falava. E ele estava impossibilitado de andar. Eles levavam ele lá para cima para torturar, e ele ia sempre carregado. Ele nunca estava andando porque ele estava muito detonado. Então, quando foi em outubro se não me falha a memória, essa história que o Reinaldo está contando, o chefe da carceragem tirou os atores que ficavam em uma cela que dava de frente para a carceragem. Os atores eram os ex-companheiros nossos que traíram e foram para a televisão fazer declarações contra a luta armada. Então, eles tiraram os atores dessa cela, lubrificaram as dobradiças, tiraram o Bacuri lá do fundo e colocaram ele nessa cela com as dobradiças azeitadas que estava de frente para a carceragem do DOPS.

A cela mais próxima da cela do Bacuri era a cela das companheiras. Então, elas ficaram com a responsabilidade maior de ficar vigiando, porque a gente sabia que estava em curso alguma coisa contra o Bacuri, e aí a coisa se confirma quando o tal do Tenente aparece lá com o jornal dizendo que o Bacuri fugiu. Chama-se 'A crônica de uma morte anunciada'. É claro que eles iam matar o Bacuri. Eles iam tira-lo e iam mata-lo. E isso vai acontecer. Eles tiraram ele de lá. E quando acontece a morte dele? Quando acontece o sequestro do Embaixador Suíço, porque eles sabiam que o primeiro nome seria o do Bacuri, com certeza. Então, vamos matar o Bacuri por que... A gente não queria entregar ele, ele era inimigo visceral da gente e ele estava muito detonado, você não tem como explicar aquilo. Ele não levou um tombo, ele não foi atropelado. Ele foi torturado barbaramente. Então, é uma das coisas mais absurdas que eu vi na minha vida. Eu tenho muitos pesadelos por conta desse período. Até hoje, 40 e poucos anos depois, eu tenho muitos pesadelos. Agora, o meu pesadelo maior é a coisa com o Bacuri. É o que mais me... (Pausa) porque eu vi o que aconteceu com esse companheiro. As barbaridades que fizeram com ele. Eles tinham um ódio mortal e visceral dele, porque ele nunca abaixou a cabeça. Ele nunca se curvou.

Eu me lembro, quando a gente estava na OBAN, chegaram uns homens todos de terno, eu desconfio que eram pessoas do SNI. ‘E aí, e o Bacuri, se a gente não tivesse topado a troca com o Embaixador, o que vocês fariam? A gente ia executar ele. Isso é guerra. A gente ia executar sim para não passar o que nós estamos passando aqui. Então, a gente ia sequestrar para trocar.’

Então, eles ficavam muito raivosos por conta disso, pela coragem, pela abnegação e pelo despojo desse companheiro. Era isso que eu queria dizer. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT – Pittoli.**

**O SR. CARLOS ROBERTO PITTOLI** – Meu nome é Carlos Roberto Pittoli, moro em Bauru. E relativamente ao Bacuri eu estava preso já no Tiradentes depois de 10 meses de uma solitária na Praia Grande, Quartel onde o Erasmo Dias era o Comandante. E eu tenho fatos e datas que efetivamente o tempo vai apagando o neurônio aqui, a gente acaba não fazendo a coisa direito e não se lembrando bem. Mas de agosto para setembro de 1970 eu fui para uma acareação na 2ª Auditoria Militar na Brigadeiro Luiz Antonio com o Cabo do Exército José Maria Ferreira Alves. E chegamos frente a frente, perguntas e as nossas declarações não batiam. Suspenderam a sessão, tiraram o Mariani, desceram com ele para o Corpo da Guarda e ele acabou sendo torturado lá. O próprio Corpo da Guarda, Auditoria Militar. Subiu bastante esquisito, reclamando, e eu senti que a situação dele não estava muito boa, complicada, mas mantive o que eu estava falando. Não tinha muito o que perguntar, neguei muito o que ele mencionava no começo e encerraram aquela audiência e me levaram para o DOPS.

Fiquei três dias no DOPS, cheguei lá e me colocaram lá perto do fundão, uma cela com uns 10 companheiros, bastante gente. Me tiraram, subiram, fui para a cadeira

do dragão, acabamos não fechando bem do jeito que queriam, mas também não estavam muito preocupados comigo. E foi a única vez que eu estive no DOPS porque só tinha passado por tortura na PE mesmo. Eu era Sargento da Polícia do Exército aqui em São Paulo.

E aí depois desses dois ou três dias eu voltei para o Tiradentes. Antes de voltar, sabiam que eu ia voltar para o Tiradentes, alguém veio até mim e eu não me recordo como foi esse fato porque na ocasião eu não dei importância, e me entregaram um sapatinho de lã de neném para eu levar para o Tiradentes e para mandar para a companheira Denise Crispim. E foi o que eu fiz. Entreguei na cela quando cheguei e relativamente ao Bacuri, vi ele sendo carregado, arrastado, muito torturado. Eu acho que eu não suportaria o que ele suportou. É só.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – A última testemunha dessa fase é um companheiro completamente diferenciado dessa sequência que nós tivemos até agora. É o Roberto de Assis Tavares de Almeida. Eu tenho pouca coisa para falar sobre o Roberto, mas diretamente as pessoas podem fazer um rápido juízo de valor.

O Roberto foi incorporado ao Exército em 16 de maio de 70. E ele se licenciou em 31 de março de 71. Tempo de serviço segundos dados militares, 10 meses e 16 dias. A história desse companheiro que o Ivan Seixas e outros companheiros... Ele era militar lá na fortaleza e ele viu o Bacuri nos seus últimos dias. Ele voluntariamente se apresentou em fazer um depoimento quase inédito nessa série do Bacuri, dos últimos dias do Bacuri. Ele que presenciou como militar o Bacuri preso lá em Santos, antes da sua morte.

Então, primeiro nós queremos valorizar muito a sua coragem, o seu depoimento, e que você se sentisse a vontade para contar aqui o que você viu, o que você testemunhou. Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Boa tarde. Meu nome foi dito pelo Deputado, é Roberto de Assis Tavares de Almeida.

Eu, sobre o Bacuri na época, eu servia o Quartel, era o conscrito, e o tempo eu não conseguia ter claro, são 42 anos atrás, o fato para mim não era de grande importância na época. Mas eu sei que por um determinado momento, pelos depoimentos e pelas conversas, diz que era depois de setembro e porta de outubro, eu não sei se o Comandante da unidade na época, ele na ordem do dia comunicou que tinha um preso no Quartel que estava lá sob nossa custódia, que ele não podia revelar o que era, que posteriormente passaria mais informações. E nós deparamos nesse momento com esse preso.

No começo da prisão do Bacuri ele foi levado para uma prisão chamada Bueno, que é uma prisão perto do mar. Uma prisão pequena que consiste em uma casinha com quarto e banheiro. Perto do mar, bem na praia, a praia chamada Bueno a uns 500, 600 metros do Quartel. E lá ele ficou preso.

No começo só dava guarda nesse local uma equipe de guardas, de Soldados por eles escolhidos. Eu, conversando com o Ivan Seixas, eu pensei que o Bacuri ficou mais tempo no nosso Quartel, porque esse cuidado foi deixado de lado. E isso geralmente é o tempo que faz as pessoas relaxarem. No começo, o Bacuri era um preso lá que só guardas chamados especiais prestavam serviços nesse momento, mas aí com o tempo relaxou, parece que caiu em um lugar comum. E aí começou que a guarda desse prisioneiro foi feito por, começou a rodar na escala comum. E eu que não era da guarda especial, acabei sendo colocado para fazer esse serviço.

Nós fomos orientados a não conversar com ele. Está aí o preso, vocês vão lá, mas não fala com ele, não pode, é proibido e não sei o que. Curioso, a guarda era dada por dois Soldados. A gente pedia para o colega ficar espiando a ronda e eu me lembro que o Bacuri nesse momento estava de pé, ele mancava de uma perna, mas não estava



detonado. Ele estava de pé. E pelas grades, ele ficava olhando para nós com aquele olho dele azul, olhando para nós e tentando se comunicar.

E aí me aproximei, ouvimos os primeiros diálogos. Uma vez eu perguntei para ele se eles matavam Soldado, ventilava-se naquela época que eram terroristas, matavam Soldados. E eu acho que eu devo ter inquirido sobre isso ou aquilo e ele de pé na grade, olhando para mim. E ele falou: imagina, não vou matar Soldado! Também fui Soldado!

Então, tive esse contato com ele. E outra coisa que eu guardo na lembrança é que ele pensava que estava preso na fortaleza do Itaipu. Ele falou: eu estou preso na Praia Grande, não é?

Eu ouvi aquilo e fiquei quieto. Ele estava preso no Quartel do Guarujá. Aí ficou um tempo lá. A gente, nas memórias, para mim parece que ficou muito tempo, mas não foi muito tempo pelos relatos dos companheiros. Em um dado momento, em uma chuva, um grande temporal lá na beira da praia, raios, ele faz um buraco na cela. Os guardas, os Oficiais, quem cuidava dele, entregava comida para comer com colher de plástico. Mas parece que ele pegou a bomba da descarga, tinha um banheiro e uma descarga. E ele, esperto, foi lá e tirou a coisa da bomba que era um ferro e fez um buraco. E contam, os colegas que estavam na hora, eles eram dois Soldados meio assustados, eu era capaz de dormir na hora. Eu confesso, é aquele esquema, um dorme e o outro olha. Mas eles estavam bem atentos. E ele fez um buraco, mas o Bacuri não pôs a cabeça para fora, ele pôs a perna, porque ele estava com medo que atirassem nele. Ele testou se estava sendo visto, mas estava. Os guardas estavam atentos e ouviu-se aquele movimento. Eles deram o alarme, é tocado o alarme e teve aquele rebuliço, aí foram lá e prenderam o Bacuri. Prenderam assim, pegaram da coisa e algemaram na grade.

Anterior a esse, parece que na hora que foram levar alimento para ele, anteriormente, acho que eu presenciei uma cena, porque o pessoal foi levar alimento para ele, aí eu entrei na cela junto. Estavam lá o Capitão, tinha um Tenente, os Soldados. E os Soldados, acho que todos nós, nós não, mas os Oficiais podiam fazer aquele 'creck' assim. Tiravam o nome. E eu me lembro que um Soldado chamou o Tenente pelo nome. O Tenente ficou bravo, até passou uma descompostura no Soldado depois.

Mas nesse momento eu vi que o Bacuri não estava, a fisionomia dele podia estar abatida, mas eu não vi nada de diferente. A gente via que ele puxava de uma perna. Parece que mancava. Então, voltando ao relato dessa noite, foi algemado e depois ele foi levado para o Quartel de Guerra, que é um Quartel subterrâneo, e lá ele foi colocado. Falo que eu não tenha noção de tempo que ele ficou lá. Depois disso eu não tive mais contato, porque não subi mais para lá. Acho que as precauções aumentaram e não chamaram, os guardas foram escolhidos a dedo para ficar lá.

Não que fossem cúmplices e tal, mas pessoas mais disciplinadas, que eles tinham um pouco mais de confiança. Então, ele fica nesse Quartel de guerra que é subterrâneo. É bem uma fortaleza, um Quartel totalmente subterrâneo. Interessante lá. (ininteligível). E lá ele ficou. E eu nunca mais fui para lá e aí perdi contato com o Bacuri, não tive mais contato com ele.

E em um determinado momento, um dia X que eu não sei precisar, houve um bochicho grande, o Quartel estava nervoso. E aí falaram, acho que vão pegar um prisioneiro terrorista, não sei o que, vão levar ele. E eu não quis me aproximar porque quanto mais bochicho... E a gente era cauteloso. Vai que pegavam a gente lá. É melhor ficar distante de aglomeração de Oficiais e Sargentos. E houve aquele rebuliço. E eu vi passar em um caminho bem tortuoso, passaram duas peruas largas chamadas C14, que depois mais tarde eu ouvi falar que era o tipo de veículo utilizado pelo DOI-CODI, pela OBAN, então, esse foi o depoimento que eu tinha dado desses momentos que eu servi como Soldado no Quartel, na década de 1970 a 1971. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT – Denise Crispim.**

**A SRA. DENISE CRISPIM** – Eu queria dizer que antes eu tive um momento muito difícil, mas agora eu já me recuperei bem e estou perfeitamente lúcida e consciente da tarefa que eu tenho aqui. Então, eu deixei um monte de lacunas no meu depoimento. Eu fui muito essencial, porque eu deixei os outros companheiros falarem, porque assim eu também tinha o tempo de me recuperar.

A primeira coisa que eu tenho para perguntar para o Roberto, qual era o nome dos Oficiais que estavam lá.

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Eu não recordo o nome dos Oficiais. Esse nome, pela data a Comissão da Verdade vai poder recuperar o nome deles todos. Quem assina o meu Certificado de Reservista é o Major Comandante Milton Wanderley. Aí tinha o Tenente Jonas, o Capitão Magalhães, mas aí eu não lembro mais o nome do Oficialato. Mas o nome deles é facilmente levantado.

**A SRA. DENISE CRISPIM** – Posso perguntar para você, quem era o Luiz Carlos Cortez?

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Não era Soldado?

**A SRA. DENISE CRISPIM** – Era Soldado. Foi um dos Soldados que fez também o depoimento na ocasião do Reinaldo. Saiu uma reportagem em 1980 em um jornal que chamava ‘Repórter’, e essa reportagem foi incrível porque um Soldado que tinha servido nos finais dos anos 70, lá no Forte do Guarujá decide de ir depor, contar uma história de uma pessoa que ele tinha conhecido lá dentro, que tinha sido assassinada lá dentro. E essa pessoa é o Eduardo, o Bacuri. E esse Reinaldo faz uma entrevista que vem publicada no jornal. Eu recebo em Roma, porque eu morava em Roma, essa revista, leio, obviamente ele entra em detalhes dessa, como chama ali? O Forte Bueno... Que em um primeiro momento eu pensei que fosse até uma pessoa, a Prisão Bueno. Ele conta os horrores que foi o final da existência do Eduardo lá dentro.

Você Roberto, me diz que ali ele estava bem fisicamente. Quer dizer, o bem é um pouco relativo porque ele tinha uma ferida na perna enorme, e já estava com início de gangrena. Ele estava com febre e tudo. Um dos depoimentos do Reinaldo ele diz isso. Que ele estava com essa ferida bem ruim. Talvez você é aquele que menos tinha tido contato com ele, mas o Eduardo era uma pessoa como os gatos. Sete vidas. Tanto é verdade que naquelas condições que ele estava depois de tudo que ele passou, ele conseguiu tirar um pedaço de ferro de algum lugar, ali da descarga e começar a fazer um buraco para tentar sair. E foi aí que ele foi preso, tentando passar pelo buraco. Diz que ele cavou a terra por baixo de uma, eu não sei se era uma grade ou o que tinha lá.

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Eu acho que ele rompeu a parede.

**A SRA. DENISE CRISPIM** – É. Você imagina a fúria dessa pessoa. Imagina a força de resistência que tinha esse indivíduo. Não é ao acaso que ele tenha sido

torturado por 109 dias. O final da existência dele foi 109 dias, que ele ficou preso e torturado praticamente com poucos momentos de intervalo. 109 dias de tortura.

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Mas o intervalo que eu tive contato com ele, ele não estava sendo torturado.

**A SRA. DENISE CRISPIM** – Eu também não tenho conhecimento que ele foi torturado lá. O que eu tenho conhecimento é que ele era de toda maneira interrogado lá, e ele tentou várias vezes entrar em contato com vocês lá para obter ajuda. Uma das vezes que ele entrou em contato foi com o... Eu tenho inclusive o depoimento teu aqui, feito em uma época muito mais precedente, que foram feitos, eu acho que foi para a OAB, deve ter sido naquele ano, 80. Que era talvez para a Comissão da Anistia, coisa desse tipo, eu não lembro exatamente. Mas nos meus depoimentos, em toda a documentação que tem a Amelinha eu forneci para ela. Porque esses depoimentos, eu recebi as cópias quando eu estava em Roma. De vez em quando me chegava alguma coisa em Roma. Só que era tão desesperada a minha leitura dessas coisas, porque a minha incapacidade de poder fazer alguma coisa era tão castrante, frustrante, que eu entrava em uma espécie de delírio e eu escondia de mim mesma. E aí a memória acantonava tudo e eu tentava continuar minha sobrevivência como eu podia lá.

Depois passava um pouco de tempo e eu de repente encontrava pedaços aqui, pedaços ali. E quando agora começou a Lei da Anistia, não, o reconhecimento dos mortos e desaparecidos, eu comecei a ir em busca de tudo aquilo que eu tinha do Eduardo. Então, algumas coisas eu encontrei. E uma das coisas que eu encontrei foi esse depoimento, esse artigo do jornal. O depoimento eu encontrei agora, bem recente.

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Então, eu me lembro que, eu não sei se era no escritório do Deputado Marco Aurélio, primeiro chegou esse depoimento lá. E eles ficaram meio incrédulos porque eles não conheciam o Soldado. E aí esse Soldado citou meu nome. E como na época eu já militava, então, o pessoal achou que o meu depoimento seria mais vitrescível, porque era de uma pessoa que eles conheciam e de alguma forma eles respeitavam. E aí eles me procuraram. De data, eu sou meio ruim. Mas dei esse depoimento, quem sabe em 80 a minha memória era melhor, mas é basicamente isso, eu não posso aumentar e nem diminuir o que eu vi. Então, eu dei esse depoimento. Depois eu estive no escritório do Deputado, advogado na época. Eu acho que na época de 80 mesmo. Uma coisa que me guardou é que o escritório era bem arrumado, bonito, tinha umas moças bonitas. Então, eu dei esse depoimento lá.

O Fontes que me procurou. O Fontes foi preso político e depois estava trabalhando para o advogado e eu prestei depoimento para ele. Depois, ninguém nunca mais me procurou. Depois de um longo tempo eu acho que foi o Ivan que me contactou sobre esse caso. E também eu estive no Memorial. Foi feita alguma homenagem aos presos políticos e lá eu contei. Falei, estive com o Bacuri, olhei, conversei, tive oportunidade, eu acho que foi uma das últimas pessoas que o viu ainda vivo.

Como digo, os tempos para mim eram outros. Para mim era muito delatado. Eu achei que era mais tempo. Pelo relaxamento que teve nas normas de segurança, de permitir que a guarda dele fosse rodada em uma escala comum, mas aí depois do depoimento dos companheiros, eu vi que não era tanto tempo assim. Mas o tempo para nós era outro. Um jovem de 19 anos de idade... Me lembro também, como ele era conhecido no Quartel, quando ele era retirado do Quartel. Eu não vi, mas os relatos era que tiraram ele encapuzado, ou estava dentro de um saco, amarrado, e isso os Soldados viram.

E quando publicam no jornal que ele trocou tiro com a polícia, não sei o que, morreu em resistência, em um momento de descontração, no rancho ou alguma coisa

assim nós, Soldados, estávamos comentando. E aí acho que indagamos um Sargento, um Tenente, não me lembro quem era.

O que é isso? O homem sai daqui amarrado, nós sabíamos que ele estava enfraquecido porque correu uma história que ele estava em greve de fome. Parece que teve esse problema. Então, eu falei, um sujeito que sai enfraquecido e com uma greve de fome, amarrado, dentro de um saco, vai trocar tiro com a polícia? Nós inquirimos os Oficiais, um Sargento. E os caras falaram: Não se mete nisso, fica na sua.

E aí passou o tempo, nós tínhamos outras preocupações na vida, mas a gente registrou isso, não tanto por uma questão de humanidade, respeito. Mas também por questão de falar, ninguém aqui é bobo. Não vai passar atestado de trouxa para a gente. Nós vimos, presenciamos, uns por contar, outros porque viram mesmo. Eram curiosos. Acho que a hora que ele sai do buraco lá, vários Soldados presenciaram. Os homens, o AC14, parece que um Oficial nosso, o Comandante, o tratavam com medidas, parecem que eram autoridades, esses indivíduos que o pegaram no Quartel.

Então, é isso.

**A SRA. MARIA RITA KEHL** – Eu queria fazer duas perguntas. Primeiro, é uma curiosidade, mas enfim, acho que pode ser interessante saber por que você deixou o Exército em 71? Se foi por causa disso que viu, foi pelo seu tempo de serviço mesmo?

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Não. Esse é um fato que não... Ficou na minha vida, na minha consciência. Mas não teve nada, nenhuma consequência. No futuro que eu vi que tinha repressão, Ditadura, matavam, assassinatos, mas nada mais. Eu saí do Quartel normal, como todos os colegas saíram.

Tudo regular, uns mais, outros menos, mas não teve nenhuma crise no Quartel. Os Soldados estranharam aquele fato.

Não tinha preso lá. Esteve preso conosco Sargentos. Mas não foram para o Bueno. Ficaram presos lá no corpo da guarda, em uma cadeia mais arrumadinha. Então, aquilo para nós era uma coisa mais anormal. Mas os jovens tinham muita coisa para fazer, passou. Mas não teve crise nenhuma.

**A SRA. MARIA RITA KEHL** – A outra pergunta é se o Sr. conheceu nesse período, eu não sei se ele era Sargento. O Josimar Bueno. Porque ele disse que esteve em serviço nesse presídio onde estava o Bacuri, e ele era encarregado, ele era massagista também, ele deu uma entrevista a Comissão da Verdade. E que ele massageava as pernas do Bacuri. Provavelmente para permitir que ele ainda caminhasse. Agora a Denise disse que talvez ele até tivesse uma gangrena. Mas ele deu um depoimento e a gente quer saber o quanto o depoimento dele é verdade, o quanto ele já está inventando. E ele sustenta essa versão, claro, porque ele era Sargento então ele tem que sustentar essa versão da morte em tiroteio. Fugiu e foi morto em tiroteio.

Ele acredita nisso, ou ele finge que acredita e quer que a gente acredite. Mas o principal é...

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Uma coisa, por exemplo, quando ele entra no Quartel, eu não tenho contato com ele porque foi aquele período que era o período especial. Eu só vou ter contato com ele, aí tempo para mim há 42 anos atrás, o tempo é outra coisa. Então, eu só tenho contato com o Bacuri quando é relaxada a guarda dele. Quando a guarda dele passa a fazer parte da escala normal de serviço. Eu não me recordo desse Sargento e eu não sei precisar porque não vi, não ouvi



comentário da situação que ele chega ao Quartel. No tempo que eu vi, olhando assim, estava lá ele de pé, olhando, conversando, procurando de várias maneiras se comunicar. De fato ele pedia ajuda. Pedia ajuda para vários colegas. Vários colegas ouviram ele. Logicamente ninguém o ajudou que eu saiba.

Então, é isso. Aí eu tenho consciência desde o tempo que eu vi quando relaxaram a guarda, até quando levam ele para o Bueno. Quando tiram ele do Bueno e levam ele para o Quartel de Guerra, aí eu não tenho mais contato com o Bacuri. Aí eu vou saber do Bacuri saindo do Quartel. Repito, eu não estive lá, não fui na boca, não fui saber do buchicho. Eu vi passar as tais das peruas.

Eu acho que quem foi, isso é uma suposição. Quem passou pela mão do Fleury, do DOI-CODI, não ia ser aqueles Oficiais que não é do ramo. A não ser que fosse tirar a informação dele. Eu vi ali aqueles Tenentes para conversar com ele, o Capitão todo imponente, mas daquele mato ali não ia sair coelho. Eles só estavam guardando ele para esperar o desfecho que foi esse desfecho, que foi o assassinato dele e no Quartel souu mal porque souu como uma inverdade. Foi executado, esse era o comentário que tinha no Quartel.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT –** Vamos organizar. A Denise volta, depois o Reinaldo quer falar e a Ângela Mendes de Almeida quer falar.

**A SRA. DENISE CRISPIM –** Só para dar uma dimensão daquilo que estava acontecendo lá. Eu tenho esses depoimentos escritos de próprio punho, alguns deles. Então, diz assim:

‘Era uma noite de temporal que desabava e ele, reutilizando o cano de uma descarga de latrina da cela escavou um buraco na parede a medida, e já se encontrava

com meio corpo para fora quando foi visto pelas guardas que deram o alarme. Era o Soldado Milton e o Soldado Carneiro que guardavam a cela naquela madrugada. Para seu azar, pois se fosse outra guarda, mais ingênua, poderia ter escapado. Ele gritava, pelo amor de Deus, vocês não podem fazer isso comigo. Entreguem-me para a Justiça. Durante toda a madrugada até às 10 horas do dia seguinte, ele permaneceu algemado a grade da cela pelas duas mãos. Foi lhe providenciado um novo alojamento. Levaram para dentro de um túnel cavado dentro de um morro. Um abrigo antiaéreo em descanso que permanecia com suas paredes brotando água permanentemente. A ferida de sua perna havia piorado e apresentava segundo ele, alto grau de infecção e gangrena, devido às torturas e choques elétricos. E que apresentava sintomas de pneumonia. Recusou-se a aceitar a nova cela e pediu para ser levado para um hospital. A guarda foi transferida para o túnel construído de abrigo para os Soldados e sem telefone para contato com o resto do Quartel. Bacuri declarou-se em greve de fome negando-se a aceitar a permanecer naquelas condições desumanas. E após ser instalado no banheiro cela, não aceitou absolutamente alimento nenhum. Tudo que lhe foi oferecido foi rejeitado por ele. No 10º dia da greve ele entra em estado de desespero, gritando frases desconexas e chamava por Denise, sua mulher, e pelo filho. E eu interferi. Tenente Alessandro, precisamos chamar um médico. O preso pode morrer a qualquer momento. O Tenente: você conhece o preso? Soldado: mas se trata de gente, e gente não se trata assim. Tenente: ele é bandido, matou para roubar e tem que pagar pelo que fez. Soldado: mas nessas condições ele não terá nem tempo para ser julgado. Tenente: estamos no tempo do Brasil, no país do não julgamento, mas mesmo assim o julgamos ontem e ele foi condenado. Soldado: nós quem? Tenente: nós, o sistema da ordem e da paz. Soldado: e antissubversão e a democracia? Tenente: eu não sei se deveria estar falando isso com você, devemos esquecer para sempre essa conversa e tudo que vimos. E se você algum dia comentar alguma coisa sobre isso, eu nego e lhe denuncio. (alguma coisa assim parecida, depois vocês vão ver na documentação que eu entreguei).

Esse acontecimento foi de fato esquecido por 10 anos de medo e insegurança desse período covarde pelo qual passamos. E hoje resolvemos esclarecer mais uma das tantas mentiras que habituávamos a conviver e a engolimos todas as manhãs no café de nosso dia’.

Esse é o Reinaldo, o rapaz que não foi encontrado para vir aqui. Agora, o que eu quero dizer é que eles ali mantiveram ele naquelas condições, ele estava com início de pneumonia como ele mesmo diz, e mesmo assim tinha tentado a fuga, estava desesperado. Essa mesma pessoa descreve o momento da morte dele. Diz que chegou essa mesma perua Veraneio, a C14, aquela que descreve ele. E ele descreve quando chega o preso, que ele pega e leva para a cela. E ele diz, o Eduardo diz para ele, meu nome é Eduardo Leite, o Bacuri, eu sou preso político, eu sou um homem do povo, eu sou um Soldado como você. Eu não matei Soldado. E ele diz, comigo na Veraneio tinha o Fujimori que eu não sei para onde levaram. Quer dizer, quando eles chegam ao Forte de Andrada, naquela Veraneio que despeja o Eduardo dentro de um saco de lona, amarrado dentro de um saco de lona e depois vai levado para essa cela onde o Roberto descreveu que ele fez a tentativa de fuga. O Eduardo diz que nessa mesma Veraneio estava o Fujimori. Eu não sei se vocês lembram, o Fujimori era aquela pessoa, aquele companheiro que foi anunciada a sua morte por tiroteio naqueles dias entre os 10 primeiros dias de dezembro, mais ou menos, ou de outubro, eu não sei, mas foi no final do ano. Quer dizer, provavelmente o Fujimori foi levado para o outro lugar na mão do Exército, porque ele estava em uma Veraneio onde foi distribuído ele no Forte de Andrade e o Fujimori provavelmente ele foi assassinado em outro canto.

Tem uma outra coisa, quando esse Soldado diz que o Eduardo chegou naquelas condições, ele disse depois... Eu checo a verdade como sendo verdade, porque eu fiquei na casa do pai do Eduardo até um determinado momento, porque ali eu vinha periodicamente sendo buscada para o DOPS, levada para lá com a minha filha, pequenininha, que eu fazia de conta que eu amamentava porque eu já não tinha mais leite, e junto com a irmã mais velha do Eduardo, que era Edna. E eles me interrogavam. Eles não me penduravam, mas faziam uma pressão violentíssima, que eu ia voltar para a prisão e que não tinha nunca uma segunda prisão. Quem entrava uma segunda vez não saía vivo mais. E eles me diziam constantemente isso. E eu estava nas mãos da auditoria militar porque eu ia assinar a cada 15 dias como presa domiciliar na espera do processo. Então, em determinado momento o pai do Eduardo entra em transe completo, fica em pânico e começa a pressionar a minha presença na casa por essa condição do DOPS estar... E aí ele pressiona tanto que a Edna sempre, uma espécie de anjo da guarda que eu tive na minha vida essa menina, me leva para a casa da tia que era para o lado do

Brás. E nessa casa, nesse apartamento, aliás, na casa do pai do Eduardo tinha sempre uma Veraneio parada, umas casas mais para frente. E nessa casa da tia do Eduardo, aparece uma Veraneio, e ele pede para o Soldado, o Reinaldo ir buscar e entrar em contato com a família para dizer onde ele estava. Ele diz, ali está a minha família. Ali tem alguém. Quer dizer, ele deve ter intuído que aquela casa da tia poderia ser usada pela família. E aí ele manda lá nessa casa, nesse apartamento. O Reinaldo vai até lá e vê a Veraneio. Aí ele dá uma volta, volta para o Quartel e não fala mais com ele porque fica com medo. Essa Veraneio, quando tem o momento da execução do Eduardo, eles pegam essa Veraneio, o Eduardo diz que a mesma Veraneio que trouxe ele, volta, e descem dois Oficiais, e ele dá o nome. Aqui vocês vão encontrar na documentação. E ele pede para o Soldado que está fazendo a guarda nesse momento para levantar o Eduardo. O Eduardo não consegue mais se levantar porque eram 12 dias que ele estava em greve de fome. E isso foi o dia da execução dele.

Levantam ele nessa cela banheiro e fecham a porta. E enfiam ele dentro do saco outra vez dizendo para ele que ele ia ser transportado para outro lugar. E aí fecham a porta e diz que esse Soldado ouviu um barulho surdo, fortíssimo. Minutos depois a porta se abre com esse saco sendo transportado, pingando de sangue. Eu acho que essa execução é muito provável que tenha sido assim, porque do jeito que eu vi o corpo dele, a cabeça dele, a ideia é de que ele levou uma pancada violentíssima transversal. Então, é muito possível. Corresponde com a verdade que ele foi executado lá naquele momento. Era isso que eu queria dizer. E eu queria dizer outras coisas, quer dizer, quem me interrogou e me prendeu, e me arreventou de pancada não obstante eu fosse grávida de seis meses, foi o Capitão Albernaz e a equipe dele.

Não me perguntem o nome deles porque eu nunca soube. Agora, tinha um personagem estranho lá nessa equipe, que era um vestido de militar, com a roupa de militar dentro da OBAN, que eu saía dessa sala onde diz que tinha morrido o Virgílio, o Jonas, onde tinham marcas, aqueles vermelhos amarronzados que eles dizem que era o sangue do Virgílio que tinha espirrado na parede. E eles me tiravam de lá e me levavam para uma salinha do lado onde tinha uma mesinha, eles punham uma cadeira na frente, eu sentava. Eu fazia 10 horas de interrogatório em pé, grávida de seis meses. Então, eu

cambaleava, caía, eles tiravam em pé e dizia, segura a barriga senão o Bacurizinho vai cair.

Então, para dizer a essa Comissão que eles eram muito generosos com uma mulher em estado de gravidez avançado como eu, e que provavelmente o Eduardo me salvou a vida, porque se ele não tivesse divulgado a minha prisão, naquelas condições eu não tinha sobrevivido. Era isso que eu queria dizer. E depois, os nomes daqueles que estavam nessa caverna, nesse Forte de Andrada, estão todos nessa relação. Eu tenho inclusive o cd que eu trouxe, que se por acaso vocês não tiverem, eu peço a vocês de copiarem e me devolverem porque é a única coisa que eu tenho agora. Tenho os originais que estão guardados e não estão comigo. Eu guardei porque se me acontece alguma coisa amanhã, eu quero que a verdade possa sair para fora de qualquer maneira. Independente da minha existência ou não. Pelo menos as minhas netas vão poder saber. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Reinaldo, quer falar?

**O SR. REINALDO MORANO** – Eu só queria dizer que há uns dias me dei conta de que podia tentar recuperar aquela edição da Folha da Tarde que o Tenente mostrou para o Bacuri. Eu entrei no site, tentei ver o acervo da Folha digitalizado, isso virou uma novela porque aí tem o departamento que faz cópias para pesquisa, um companheiro que tem mais prática nisso me ajudou, e hoje de manhã estava no seguinte pé isso. Depois dias e dias, idas e voltas, você tem que pagar um valor para cada página do jornal, e está no seguinte pé, que a Folha da Tarde, diz o encarregado, ela não circulou no dia 25 de outubro. Ela circulou no dia 24 e no dia 23. Então, a última solicitação é uma cópia, um extrato da Folha da Tarde do dia 24 de outubro de 70, supostamente trazendo a notícia da prisão, enfim, da morte do Toledo que foi no dia 23

e onde tem essa coisa da fuga do Bacuri. Mas eu, infelizmente não consegui ainda. Era isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Tem duas pessoas inscritas. A Ângela e a Suzana. O Senador Suplicy que foi amplamente citado pelos Deputados Federais também, vai fazer uso da palavra porque ele vai se retirar. Mas vamos ouvir a Ângela e a Suzana, e em seguida o Suplicy. Com a palavra Ângela Mendes de Almeida.

**A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA** – Bom, eu acho que a Denise citou aqui o depoimento de uma pessoa que ela chama de Reinaldo. Eu não entendi porque esse Reinaldo não está sendo convocado. Eu não sei se ele morreu. Eu queria, em termos de localizar, eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Roberto que é a seguinte, mas eu acho que independente da resposta dele também há a possibilidade de investigação de Soldados que prestavam serviço militar nesse Quartel. Se o Sr. pudesse dar alguns nomes, mas também uma investigação sabendo quem eram os Soldados que prestavam serviço militar lá, é possível convoca-los e muitos deles podem ser que tenham conversado e talvez esse Reinaldo esteja entre eles.

Eu acho que é possível levantar os nomes dos Soldados que nesse período estavam no período militar. Então, primeiro eu queria saber se o Sr. não se lembra de nome dos seus colegas conscritos.

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Sim. Mastrangelo, Palma, Renato, Alailton, uma série de nomes. São 42 anos. Moises, Carneiro, Reinaldo. No Quartel deve estar toda a relação deles. Ninguém joga fora documento militar.

**A SRA.** – O serviço de RH do Exército não tem mais a ficha pessoal.

**O SR.** – Sai à publicação no Diário Oficial da União.

**A SRA. SUZANA LISBOA** - Eu só achava importante acrescentar para efeitos da Comissão da Verdade um telex que consta do processo. Eu não tenho aqui, mas está no processo, talvez esteja na documentação da Denise, mas eu acho importante o conteúdo dele. É um telex que foi encontrado nos arquivos do DOPS de Pernambuco, foi o Ivan que encontrou lá em Pernambuco esse documento, e ele diz o seguinte, é um telex, não me lembro à procedência, mas é para ser divulgado em todos os órgãos de informação.

‘Hoje, em tal lugar foi morto em briga com a polícia Joaquim Câmara Ferreira, etc. e tal. Para efeitos de divulgação para a mídia externa, divulga-se o seguinte, aí reproduz a mesma nota que estava em cima. Hoje, em tais circunstâncias na avenida tal, foi morto Joaquim Câmara Ferreira e fugiu o Eduardo Leite Bacuri.’

Então, eles mesmos nesse telex, eles assumem o que eles estavam divulgando, esse telex a gente usou para provar o caso do Bacuri na Comissão, da Lei 9.140, o

Bacuri foi o primeiro caso que nós escolhemos para apresentar, que tinha essa além de todos os 109 dias, essa prova cabal de como a Ditadura montava. Então, esse telex está assinado, não sei se está na documentação que a Denise está entregando, senão depois eu faço chegar na Comissão. Porque ele está no processo da Lei 9.140, e eu achei importante registrar.

**O SR. ROBERTO DE ASSIS TAVARES DE ALMEIDA** – Também como a Ditadura montava um caso, agora me recordo que nos arquivos do DOPS existe uma ordem de serviço e alguma coisa que o valia que fala que estão sendo feitas diligências na baixada santista para prender o foragido Eduardo Leite, vulgo Bacuri, que fugiu nessas circunstâncias. Então, tem esse documento que a polícia procura o Bacuri, e depois o documento que fala que ele foi preso e morto em ação contra as forças da ordem, com a polícia. Então, a Ditadura montou um documento anterior, estão procurando ele. No outro documento apresenta a morte dele. Esse documento está no arquivo do DOPS Santos. Foi um documento que foi recentemente, coisa de dois ou três anos, encontrado no Palácio da Polícia de Santos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Eu quero cumprimentar o prezado Deputado Adriano Diogo pelo trabalho da Comissão da Verdade, da Comissão Nacional da Verdade a Rosa Cardoso e a Rita Kehl, meus cumprimentos por esse trabalho tão significativo e tão importante para o povo brasileiro. Saber a verdade completa sobre o que ocorreu.

Eu quero explicar (ininteligível) a Suzana estava aqui agora, saiu um pouquinho. Eu gostaria de estar aqui no depoimento da Suzana hoje de manhã, e também nos testemunhos a respeito do Luiz Eurico Tejera Lisboa, mas os Parlamentares de São



Paulo tivemos uma reunião com o Governador Geraldo Alckmin que durou quase toda a manhã, então, não pude estar aqui de manhã Adriano Diogo, ao seu convite.

Mas para mim foi muito importante ouvir os depoimentos do Ottoni Guimarães Fernandes Junior, Reinaldo Morano, Ariston Lucena, Carlos Roberto Pittoli, Roberto Assis Tavares de Almeida, e sei do trabalho que o Ivan Seixas está fazendo e tem colaborado para que tudo isso venha à tona. E certamente nós teremos depois o relato completo de todos esses fatos. Não será possível estar ouvindo a todas as reuniões, mas tendo testemunhado hoje, eu quero cumprimentar o trabalho tanto da Comissão da Assembleia Legislativa, como também da Comissão Nacional da Verdade por essa colaboração de ambas. Parabéns a todos vocês.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Obrigado Suplicy.  
Rosalina e Ivan Seixas.

**A SRA. ROSALINA** – Eu quero fazer uma pergunta que é dirigida a Comissão da Verdade e a Comissão Estadual. Eu fiz essa mesma pergunta em Pernambuco, quando a gente depois, no caso do meu irmão Fernando Santa Cruz, desaparecido. Por que, ou a gente não tem poder de chamar aqui os conhecidos responsáveis por cada um dos casos. Por exemplo, no caso em questão a gente está chamando um Soldado que já deu um depoimento e tal. Por que nós não chamamos o Comandante daquele Quartel ou o Comandante de plantão naquele dia? Não cabe a Comissão da Verdade, se ele reconhece que houve, que há uma suspeita de que o Eduardo Leite Bacuri foi morto nesse Quartel, nesse dia, nesse momento, se uma Comissão Nacional é uma Comissão de Estado, o Estado tem a obrigação e eu acho que o poder de convocar os Srs. que são responsáveis naquele momento por aquele Quartel para perguntar se é verdade, quem são os responsáveis, que subterrâneo era esse, que local, para onde ele foi. Porque o

depoimento do Soldado tem a mesma informação e o mesmo poder que tem o nosso depoimento. Eu pelo menos já estou cansada de fazer esses depoimentos e não poder ouvir os responsáveis. Nós fomos até indenizados, eu fui indenizada porque fui torturada ou reconhecida que fui torturada pelo próprio Estado brasileiro nas dependências da OBAN no período do dia três ao dia 15 de abril de 1974. Quem era o Comandante desse local? Se o Estado me indeniza, se o Estado reconhece que eu disse a verdade, que eu fui realmente em uma cadeira de dragão, que eu (ininteligível) de um cara que eu descrevo, mas não conheço. Mas o Estado brasileiro tem poder sobre o Comandante daquele lugar naquele dia. E se é verdade que eu, fulano e vários prisioneiros dizem que estiveram ali naquele dia, naquela hora, naqueles momentos sendo torturados, tem um responsável que é o Comandante e todas as pessoas que estavam ali prestando serviço, recebendo salários todos, porque a Comissão da Verdade como a Comissão de Estado, principalmente a Comissão Nacional da Verdade, ainda não chamou essas pessoas, ainda não autorizou esses cidadãos, esses militares, para que viessem aqui ser ouvidos, ser arguidos, responder pelo que acontecia nos quartéis deles? E quem eram as pessoas que ali trabalhavam e todas as equipes. Eu acho que enquanto não fizermos isso, a gente não avança. Eu quero saber por que não fazemos?

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Companheira Rosalina, eu queria responder essa pergunta da seguinte forma. Não é a primeira vez que a companheira faz comparação entre a Comissão Estadual de Pernambuco e a de São Paulo. Eu queria pedir desculpa para a companheira que tantos anos luta, pela pequenez e pela fragilidade dessa Comissão Estadual, que tenta.

A Comissão Estadual foi criada por Lei do Governador de Pernambuco e está fazendo um trabalho. Eu acredito que nós estamos tentando fazer o melhor. Com a palavra, Dra. Rosa Cardoso.

**A SRA. ROSALINA** – Eu não estou comparando as Comissões. Eu estou dizendo que eu fiz essa mesma pergunta na Comissão Estadual de Pernambuco onde fiz um depoimento, aqui, mas estou perguntando a Comissão Nacional que é uma Comissão de Estado, porque isso não é feito. Você me desculpe Adriano Diogo, mas eu acho que você não me entendeu.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Eu acho que não foi bem entendida a sua questão. Mas o que eu quero dizer é o seguinte, a Comissão Nacional da Verdade se associou a Comissão Rubens Paiva porque diferentemente do que humildemente está dizendo o Deputado Adriano Diogo, nós consideramos essa Comissão importantíssima, com uma força enorme, em um Estado em que as questões tiveram uma virulência muito grande também das questões do ponto de vista do terrorismo de Estado, e nós vemos aqui reunidos uma militância não só de São Paulo, mas de outros Estados que ocorre aqui para ajudar. Nós vemos aqui a possibilidade com esses 140 casos que São Paulo se propôs e investigar conosco de mortos e desaparecidos, o lugar ideal para nós fazermos, para nós ouvirmos o conjunto do que nós chamamos elegantemente de petreadores de violências, que nós temos que chamar e que seria desejável até que nós estabelecêssemos essas cadeias de comando e chamássemos de cima para baixo, embora a técnica policial seja sempre de ouvir de baixo para cima. É assim que se procede nos organismos policiais. Mas eu acho que a gente não tem que ouvir uma técnica ou outra. A gente tem que ouvir primeiro, deve se fazer uma avaliação política e estratégica disso e ver quem vai chamar.

Eu acho que essa é a primeira audiência pública ouvindo as próprias vítimas, de uma solenidade, de uma forma que nós da Comissão da Verdade ainda não tínhamos feito. Talvez a gente ainda possa fazer isso de uma forma mais racional e ouvindo mais casos do que fizemos hoje. Mas acho que nós temos que nos sentar já para avaliar se a cada audiência nós chamamos os perpetradores de violência. Senão nós não temos que fazer isso. E uma das questões que nós temos que ter também é muito racionais no uso desse tempo. Nós temos um ano e seis meses, digamos, um ano só porque seis meses

tem que ser os meses finais de racionalização de relatos, de elaboração dos relatórios. Enquanto nós vamos vivendo essa história, essa pesquisa, essas audiências, claro que elas têm que ser divulgadas o máximo que a gente puder. Prestar contas à sociedade é importante. Mas já me disponho com a Maria Rita, agora no mês de dezembro talvez seja um mês que não possamos fazer audiência aqui, sentar para estabelecer como é que nós vamos dar prosseguimento a essa ação conjunta da Comissão Nacional e a Comissão Rubens Paiva. Se nós vamos fazer audiências como essas e depois ouvir essas pessoas, se nós vamos fazer um conjunto de seis audiências ou 10 mais significativas, e a seguir chamar os responsáveis por essas audiências porque nós vamos chamar em cada caso ou em cada conjunto de caso aqueles que talvez participaram e são responsáveis por um número muito maior, ou nós vamos fazer as audiências e depois fazer os dossiês.

Agora, também não adianta chamar sem fazer uma preparação muito aguda, porque senão nós vamos só chamar as pessoas e elas vão dizer qualquer coisa, ou podem, elas tem o direito de ficar caladas, de não falar. É um direito constitucional. E se nós não tivermos um conjunto de questões muito bem elaboradas para apresentar, o Sr. é responsável por isso, o que o Sr. diz sobre isso? Porque esse tipo de acusação, o silêncio já vai ser significativo nesses casos. Eu acho que vocês entendem isso. Então, isso tem que ser preparado. Mas eu gostaria de ouvir também o Ivan falar como entende isso, já que está organizando essas audiências e está encaminhando uma proposta já para essas audiências.

**O SR. IVAN SEIXAS** – Bom, o que a Comissão Estadual decidiu, inclusive através do termo de cooperação da Comissão Nacional da Verdade, nós da assessoria, nós vamos pegar cada um dos casos. Nós temos 140 casos de mortos ou desaparecidos em São Paulo ou de paulistas desaparecidos em outros lugares e vamos fazer uma investigação. Cada um desses casos pode ser um processo. Hoje é o inicial. Então, está se ouvindo para formar o caso, depois outros depoimentos serão tomados. No caso do Bacuri com certeza, no caso do Luiz Eurico provavelmente também, se a gente

conseguir localizar as pessoas que moravam lá ou os Delegados, essas coisas, nós vamos voltar a esses casos. Cada um dos casos, ou seja, cada um dos processos terá um relatório que comporá o relatório final.

Porque você não pode chamar o perpetrador antes de ter a acusação a ele. Antes de ter as acusações dos testemunhos também. Do mesmo modo os documentos. Esse cd que a Denise fala que vai nos entregar é fundamental. Nós temos muitos documentos, mas faltam outros. Esses aí, por exemplo, depoimentos de próprio punho que ela leu. Nós temos o depoimento que a Suzana lembrou, que é o telex que os caras dizem, nós vamos mentir dessa forma. É isso que esse telex que é da chamada comunidades de informações.

Então, antes de se chamar Ustra, nós temos que ter vários casos ou todos os casos em que ele é acusado, para poder formar um processo contra ele. É um outro processo. E aí a gente tem um caso novo que é o torturador. Ele vai ser acusado. Então, todo o trabalho que a gente está fazendo, isso aqui não termina nessa audiência. Ele vai ser reunido com documentos com novos depoimentos para se formatar o caso Bacuri. Ele vai ser (ininteligível), dois infiltrados que levaram ele a prisão. Tem a Casa de São Conrado, tem a Delegacia de Vila Rica até chegar na fortaleza dos Andradas lá no Guarujá, tem uma série de depoimentos que a gente ainda vai ter que tomar. Só o fato de ter anunciado que tem essa audiência, várias pessoas mandaram email dizendo que queria falar também, para falou com o Bacuri, foi acareado com o Bacuri e etc. e tal.

Então, não encerra aqui. É só para a gente reforçar isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT –** Ótimo. Então, para a gente já ir para a reta final, eu queria tentar organizar. A Maria Rita Kehl vai falar agora. A Denise vai fazendo o fechamento. Denise, eu queria até te pedir para você falar um pouco sobre esse documentário. Quando esse documentário sobre a vida de vocês vai ficar público, que pode ser anexado no documento. Queria saber se os companheiros, Ottoni, os companheiros que vieram testemunhar gostariam de fazer as

suas considerações para a gente ir encerrando, e depois a Dulce vai fazer uma singela homenagem, Ottoni, Reinaldo Morano, Pittoli, Ariston, companheiro de Santos, e aí a gente já vai para os encaminhamentos finais. Queria pedir para a gente terminar essa sessão de forma organizada, conjunta. Nós vamos exibir um pequeno vídeo do Bacuri, que evidentemente não se compara com o documentário feito recentemente. Então, com a palavra, Maria Rita Kehl.

**A SRA. MARIA RITA KEHL** – Bom, primeiro agradeço muito ter tido a oportunidade de participar dessa audiência pública. E eu quero te dizer, Adriano Diogo, e também aos familiares, que eu até agora, quer dizer, a Comissão da Verdade está desde maio, eu não tinha visto uma audiência tão bem montada como essa. Porque o fato de se chamar várias pessoas, o máximo possível para falar de cada caso, isso sim ajuda. Até agora as audiências foram interessantes como contato nosso com a sociedade, como oportunidade de demandas serem dirigidas a nós. Então, todas elas foram muito proveitosas. Mas esse formato de audiência que já é um começo de investigação, porque a gente começa a ouvir várias pessoas que tiveram contatos diferentes com um específico desaparecido político, eu achei de um maior proveito, eu acho que vocês estão de parabéns. Não é uma pequena e modesta Comissão, e já nos ultrapassaram nesse momento em termos de método. A gente tem que aprender com vocês.

A outra coisa que eu queria dizer da Comissão da Verdade é que eu concordo com tudo que a Rosa disse, mas é bom pressionar a gente. E no caso de mortos e desaparecidos, quem está encarregado são José Carlos Dias e Cláudio Fontelis. Mandem coisas para eles. Se comuniquem com eles, falem com eles, pressionem eles. Tem que ser assim, porque cada um vai fazendo seu caminho ali. E são caminhos difíceis. Ninguém está em caminhos suaves, como as cartilhas do nosso primário, então, tudo que puder ser enviado como informação, como pedido, como contato, falem com fulano, vai ajudar. Todo mundo é novato nisso. Infelizmente é verdade, somos novatos nisso. Então, vontade de trabalhar existe, boa vontade existe, sinceridade, honestidade de propósitos existem. Mas eu tenho certeza que a qualidade do nosso trabalho... Eu que

estou na questão de camponeses e indígenas, eu sinto perfeitamente e na pele, na minha experiência cotidiana, como faz diferença para mim. O fato de camponeses e indígenas tem muito pouca divulgação na nossa sociedade. Na hora em que meu nome apareceu ligado a isso, eu sou alimentada semanalmente por Comissões, por pessoas que tem informações, por pesquisas. A gente precisa muito disso.

Então, não basta dizer confiem em nós que a gente vai fazer. A gente vai fazer com todas as informações que vocês puderem nos mandar, ou todos os contatos que vocês puderem nos sugerir, enfim, são bem vindos. Acho que já fica como minhas considerações finais. Obrigada.

**A SRA. ROSA CARDOSO** – Tem tanta coisa ainda para acontecer de importante, não vou fazer considerações. Já fiz as suficientes.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – Então está bem. Só queria dizer que em que pese a ausência da Amelinha em virtude do problema grave de saúde do Cesar, essa reunião foi cuidadosamente organizada pela assessoria, pelo Ivan Seixas, pela Amélia Teles, pela Taís Barreto, pela Vivian, pela companheira Tatiana Merlino e o companheiro Renan Quinalha. E já vamos passar então a palavra para a Denise, enfim, e em seguida vamos apresentar um pequeno documentário produzido pelos estudantes.

Com a palavra, Denise, e em seguida o documentário. E a Dulce faz uma homenagem a Denise e ao Bacuri de encerramento. Denise.

**A SRA. DENISE CRISPIM** – Foi feito um ano atrás a pedido da Comissão de Anistia, do Dr. Paulo Abraão particularmente. Depois do meu depoimento e do depoimento da Eduarda de ter conhecido um pouco a história da minha família ele propôs que fosse feito um documentário que seguisse mais ou menos essa história dessa família que estava fazendo, que era empenhada nas causas, nas lutas do povo brasileiro durante o século XX quase inteiro, começando com os meus pais.

E não sei como foi o mecanismo. Eu sei que estava a Ana Peita que tinha uma produtora, o Paulo Abraão falou com ela, mandou pedir autorização para mim, se eu estava de acordo. E eu tinha respondido para ele que eu achava que ele tinha que estender para outras famílias que já tinham tanta história quanto a minha para contar, inclusive citei a família Lucena e outras, a Teles por exemplo. E ele não voltou mais em contato comigo. Eu fui procurada pela Ana dizendo que a Maria de Medeiros ia fazer o documentário. Aí eu volto para Roma, ela me procura e me pede se pode começar as filmagens Roma. E aí vai para a minha casa e começa a fazer 15 horas de filmagem. Vai para a Holanda, filma a Eduarda lá, e ela começa a construir essa história através de uma... Da história de três mulheres, de três gerações começando com a minha mãe. O que eu achei mais, como se diz, que eu cedi para fazer esse trabalho é porque tinha essa coisa ligada a minha mãe, porque ela tinha sido uma operária filha de imigrantes espanhóis, vindo no início do século e ela tinha vivido uma militância dentro do Partido Comunista muito cedo. Primeiro com os irmãos dela que eram operários ligados ao Partido Comunista, que se ligaram imediatamente e ela tinha depois seguido meu pai, não como simplesmente mulher dele, mas como uma pessoa que se identificava perfeitamente naquela luta, naquela opção de entregar a vida em função de uma causa, naquilo que ela acreditava, que precisava melhorar as condições do povo brasileiro. Então, minha mãe foi uma grande guerreira. E ela morreu e muito pouco foi conhecida. Os companheiros que estiveram com ela tem um carinho muito grande por ela. Mas quem era muito, vamos dizer assim, mais assim, homenageado em geral era meu pai. José Maria Crispim. Tinha sido Deputado durante a Constituinte de 46, e tinha sido um batalhador, um lutador expulso do Partido por divergência, não por razões de relaxamento do interesse dele na causa, mas por coisas maiores ainda. Essas coisas que aconteceram, pode-se dizer que ele tinha uma carreira, uma vida inteira nisso. E ela, minha mãe, foi uma heroína, porque ela viveu na clandestinidade, ensinou a gente a



viver na semi clandestinidade. Foi uma coisa muito generosa da parte dela em relação aos filhos, muito mais ao meu pai, porque meu pai dedicou mais a causa. Mas a causa, minha mãe se dedicou as duas coisas. Ela não perdeu de vista a coisa da família, dos filhos. E depois participou da luta armada, ela foi presa, foi banida do país. Então, tinha isso. Depois eu que tinha um pedaço de história minha também. A Eduarda que nasceu dentro da cadeia praticamente. E até hoje está pagando um preço caro de ter sido filha minha e do Bacuri. Porque eu não tendo tido um processo de elaboração antigo, eu não tendo capacidade para elaborar, no meu sofrimento eu não ajudei ela a poder conhecer bem a história dela e poder trabalhar nessa história. Então, ela está fazendo hoje. E fazer quando você é adulto, mãe de família já, é mais complicado ainda.

Aí saiu esse filme, esse documentário. Foi apresentado aqui na Amostra. E o filme a Maria de Medeiros está levando para outras Amostras, outros festivais. Ele passou em Sevilha agora e vai continuar. Aqui no Brasil o filme chama “Repare Bem”. Ele foi traduzido o título para o espanhol e eu acho que o para o italiano também, para outras línguas, ‘Os olhos do Bacuri’. E eu fiquei muito feliz por isso. Porque eu acho que é os olhos dele mesmo que está olhando e dizendo: Como é que é? Essa história vai ser resolvida nesse país ou não? Então, é isso.

Essa é a entrega do dossiê do Eduardo Leite Bacuri, que está sendo entregue para a Comissão da Verdade.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – O Reinaldo Morano fez questão de ressaltar um depoimento dele, que ele é testemunha do caso Araribóia. E é uma questão que a gente vai retomar. Então, vamos agora assistir o curta, esse pequeno trecho, esse pequeno documentário de quatro minutos sobre o Bacuri, e depois a Dulce vai fazer uma homenagem a Crispim.

\* \* \*

É FEITA A APRESENTAÇÃO DO VÍDEO.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT** – A Dulce vai dizer só uma palavrinha, e a gente enquanto isso vai providenciar o serviço médico.

**A SRA. DULCE MUNIZ** – Queria então, Denise, chamar você aqui para em nome da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva e no meu nome também, porque você sabe a emoção que eu sinto cada vez que você está presente, pelas lembranças que me vem de Eduardo, o Comandante Bacuri.

**A SRA. DENISE CRISPIM** – Eu vou ler. Eu sou muito emocionada e sou muito grata a vocês, primeiro pela beleza gráfica mesmo. Está lindíssima essa placa. E depois pela homenagem. É extraordinária. Eu sou muito grata.

‘A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva homenageia e reconhece o valor político e histórico dos familiares de Eduardo Leite Bacuri, que deu a sua vida lutando pela liberdade e por democracia. Por verdade, memória e justiça. São Paulo, 12 de novembro de 2012. Adriano Diogo, Presidente da Comissão da Verdade Rubens Paiva.’

Adriano Diogo, lhe sou profundamente grata não só por isso. Por tudo. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO - PT – A sessão está encerrada.**

\* \* \*



